

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RODRIGO BUENO FERREIRA

HOMO FABULANS

Ficcionalidade, Epistemologia e Pragmática

**Curitiba
2013**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RODRIGO BUENO FERREIRA

HOMO FABULANS

Ficcionalidade, Epistemologia e Pragmática

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração Estudos Linguísticos, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elena Godoi.

**Curitiba
2013**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

PARECER

Defesa de dissertação do mestrando RODRIGO BUENO FERREIRA para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Os abaixo assinados ELENA GODOI, RODRIGO TADEU GONÇALVES e SEBASTIÃO LOURENÇO DOS SANTOS arguíram, nesta data, o candidato, o qual apresentou a dissertação:

Homo Fabulans: Ficcionalidade, Epistemologia e Pragmática.

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que o candidato está apto ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADO Não APROVADO
ELENA GODOI		Aprovado
RODRIGO TADEU GONÇALVES		Aprovado
SEBASTIÃO LOURENÇO DOS SANTOS		Aprovado

Curitiba, 18 de fevereiro de 2013



Luis Gonçalves Bueno de Camargo
Coordenador

Aqueles que me expuseram à linguagem, às narrativas ficcionais e ao sebastianismo,

Sebastião e Sebastiana,

Dedico.

Assim como o ferro afia o ferro, o homem afia o seu companheiro.
Salomão 27: 17

Agradecimentos - por tornarem concreto um objeto abstrato!

A Elena Godoi, autêntica “formalista russa”, por viabilizar, orientar e me fazer respirar fundo, ao prever que este teria de ser um trabalho de fôlego.

Ao amigo Sebastião Lourenço dos Santos, ex/co/re-orientador, pela influência na trajetória intelectual e pelas valiosas sugestões.

Ao homônimo de meu ego, Rodrigo Tadeu Gonçalves, pela crítica e arguição, repletas de rigor, doação e encorajamento.

Ao professor José Borges Neto, pela constante inspiração e influência em meu pensamento sobre o empreendimento científico.

A Maurício Benfatti, pela colaboração e ininterrupta interlocução ao longo de dois anos.

A Aristeu Mazuroski, pela colaboração e pela disputa párea no quesito humor de 5ª série.

A Marcos Carreira, por generosamente compartilhar sua sintaxe e seu armário.

A Fábio Mesquita, pela constante troca de turnos, tanto de ordem verbal, bem como dos dias.

A Fábio Marcelo Sorgon, por me introduzir nas veredas da Linguística.

A Eva Beatriz Holland, com quem tenho uma dívida inestimável, por toda a cumplicidade, dedicação e “co-autoria”.

Aos professores Lígia Negri, Maria José Foltran e Rodrigo Vasconcelos Machado, por me ensinarem o quanto ainda preciso aprender.

Aos colegas do grupo Linguagem e Cultura UFPR/CNPQ, André Almeida, Crisbelli Brunet, Juliana Milani, Luzia Schalkoski, Mariana Muñoz, Marina Legroski, Rogério Macêdo, Selmo Figueiredo e Tania Mandarino, por compartilharem seus conhecimentos diversos.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras, professores Luís Bueno e Tereza Cristina Wachowicz, pela predisposição contínua.

À CAPES, pela concessão de bolsa de mestrado para a realização da pesquisa.

Aos meus pais, por toda a inspiração, sempre.

O BARDO IMORTAL

- Oh, sim - disse o Dr. Phineas Welch - posso trazer de volta o espírito dos mortos ilustres.

Estava um pouco ébrio, ou talvez não o dissesse. Era naturalmente aceitável embriagar-se um pouco na festa anual do Natal. Scott Robertson, o jovem instrutor de inglês da escola, ajustou os óculos no nariz e olhou à direita e esquerda para ver se tinham sido ouvidos por outras pessoas.

- Francamente, Dr. Welch.

- Falo sério. E não apenas os espíritos. Trago também os corpos de volta.

- Eu não diria que fosse possível - retorquiu Robertson, empertigado.

- E por que não? É uma simples questão de transferência temporal.

- Refere-se à viagem no tempo? Mas isso é... bem, é bem invulgar.

- Não é, se você souber como.

- Bem, como, Dr. Welch?

- Acha que vou lhe contar? - perguntou o físico em tom grave. Olhou vagamente ao redor procurando outra bebida e não encontrou bebida alguma. Disse, então:

- Eu já trouxe um bom número de volta. Arquimedes, Newton, Galileu. Pobres sujeitos.

- Eles gostaram daqui? Seria de crer que ficassem encantados com a nossa ciência moderna - disse Robertson, a quem a conversa começara a agradar.

- Oh, ficaram. Principalmente o Arquimedes. Pensei que ele ia enlouquecer de alegria, de início, depois de lhe ter explicado um pouco da coisa em algum grego que eu havia escovado, mas não...não...

- O que houve?

- Uma questão de cultura diferente. Eles não se acostumaram, ao nosso modo de viver. Ficaram muitíssimo solitários e assustados. Tive de mandá-los de volta.

- Uma pena.

- Pois é. Grandes espíritos, mas não tinham mentes flexíveis. Não eram universais. Por isso tentei Shakespeare.

- O quê? - berrou Robertson. Aquilo estava chegando mais perto, agora.

- Não grite, rapaz - disse Welch. - É falta de educação.

- O senhor disse que trouxe Shakespeare de volta?

- Trouxe, sim. Precisava de alguém com espírito universal, alguém que conhecesse as pessoas o bastante para poder viver com elas a séculos de distância de sua própria época. Shakespeare era esse homem. E apanhei a assinatura dele. Como lembrança, sabe?

- Está com ela? - indagou Robertson, os olhos a se esbugalharem.

- Bem aqui - e Welch vasculhava um bolso do capote, logo outro.

- Ah, aqui está.

Um pequeno pedaço de cartolina foi passado ao instrutor. A um lado achava-se escrito: "L. Klein & Sons, Ferragens por Atacado". No outro lado, em escrita garatujada, via-se "William Shakespeare". Uma desconfiança tresloucada apoderou-se de Robertson.

- Qual era o aspecto dele?

- Diferente das imagens que se apresentam por aí. Calvo e com bigode muito feio. Falava em sotaque forte. Está claro que fiz o possível para agradá-lo com nossa época. Conte-lhe que tínhamos a melhor das opiniões sobre suas peças e ainda as representávamos. Na verdade disse que em minha opinião eram as maiores obras da literatura na língua inglesa, talvez em qualquer idioma.

- Ótimo. Ótimo - concordou Robertson, quase incapaz de respirar.

- Eu disse que as pessoas haviam escrito livros e mais livros de comentários sobre as peças dele.

Ele quis ver um desses livros, naturalmente, e fui apanhá-lo na biblioteca.

- E depois?

- Oh, ele ficou encantado. Está claro que encontrou dificuldades com as expressões atuais e as referências a acontecimentos a partir de 1600, mas eu o ajudei. Pobre camarada. Não creio que tenha contado com tal tratamento. Não parava de dizer: "Que Deus tenha misericórdia! O que não arrancam das palavras em cinco séculos? Dá para arrancar, acredito, uma torrente de um pano molhado".

- Ele não diria uma coisa dessas.

- E por que não? Escreveu as peças tão depressa quanto pôde. Disse que tinha de fazê-lo, por causa dos prazos de entrega. Escreveu Hamlet em menos de seis meses. A trama era antiga, ele apenas lhe deu polimento.

- É tudo que fazem com o espelho de telescópio. Basta dar polimento - disse o instrutor de inglês, cheio de indignação. O físico não lhe deu atenção. Descobriu um copo cheio e intacto no bar, a alguns palmos de distância, e deslizou em sua direção.

- Eu disse ao bardo imortal que até dávamos cursos superiores sobre Shakespeare.

- Eu dou um...

- Sei disso. Matriculei-o em seu curso noturno de extensão. Nunca vi homem tão aflito quanto o pobre Bill, por descobrir o que a posteridade pensava a seu respeito. Ele estudou como o diabo.

- O senhor matriculou William Shakespeare em meu curso? - murmurou Robertson. Mesmo com fantasia alcoólica tal pensamento lhe causava estarrecimento. E era mesmo uma fantasia alcoólica? Começava a lembrar-se de um homem calvo, com o modo curioso de falar...

- Não sob o nome dele, está claro - explicou o Dr. Welch.

- Não importa o que ele passou. Foi um erro, só isso. Um grande erro. Pobre camarada.

Estava em posse do coquetel e sacudiu a cabeça para o copo.

- Por que foi um erro? O que lhe aconteceu?

- Tive de mandá-lo de volta a 1600 - trovejou Welch, agora indignado, por sua vez. - Até que ponto você acha que um homem agüenta a humilhação?

- E de que humilhação está falando? O Dr. Welch virou a bebida do copo.

- Ora, seu pobre imbecil, você o reprovou.

RESUMO

Em um trabalho seminal publicado no ano de 1975, sob o título *The Logical Status of Fictional Discourse*, o filósofo John Searle evidenciou duas questões que, conforme a revisão do antropólogo cognitivo Pascal Boyer (2007), permanecem enigmáticas à ciência. A primeira diz respeito à motivação para a ficção - quais processos evolutivos a teriam fixado como um atrator transcultural entre os seres humanos; a segunda remete ao processo da comunicação ficcional, pertinente ao que possibilita um autor usar as palavras literalmente sem se comprometer com seus significados literais. A fim de promover uma hipótese explicativa aos questionamentos searleanos, este trabalho supõe a ficcionalidade como uma propriedade psicológica intrínseca aos seres humanos, assunção que viabiliza uma formulação ontologicamente reduzida, sendo a ficção e a comunicação compreendidas como processos metarrepresentativos: a ficção é definida como uma relação de segunda ordem para com o mundo real, por intermédio de uma lógica de representações de personagens, eventos, lugares, etc. (WALSH, 2007), ao passo que a comunicação é assumida conforme o Segundo Princípio de Relevância, ou Princípio Comunicativo (SPERBER e WILSON, 1995), que a define como uma intenção de informar uma intenção informativa a uma audiência. Para tanto, o texto se articula em três momentos. Primeiramente se propõe o deslocamento epistemológico dos estudos ficcionais rumo a um paradigma naturalístico; em seguida, é descrita a função ficcional como emergente do componente cognitivo especificado sob a noção de Teoria da Mente (PREMACK e WOODRUFF, 1978), cuja habilidade é a de compreender e atribuir estados mentais, tais como intenções, crenças, desejos e conhecimentos, a si mesmo e aos outros. Por fim, é proposta uma modelação baseada na Teoria da Relevância (SPERBER e WILSON, 1995) para a comunicação ficcional, argumentando que tanto a ficcionalidade quanto a comunicação ordinária repousam sobre a capacidade metarrepresentativa, sendo, portanto, passíveis de tratamento pelo modelo relevantista.

Palavras-Chave: Ficcionalidade, Epistemologia, Pragmática, Teoria da Mente, Relevância.

ABSTRACT

In a seminal paper published in 1975, *The Logical Status of Fictional Discourse*, the philosopher John Searle presented two questions which, according to cognitive anthropologist Pascal Boyer (2007), remain enigmatic to Science. The first one relates to motivation for fiction and evolutionary processes which made it a *cultural attractor* among human beings; the second one is about the fictional communication process, pertaining to what makes possible for an author to use words literally without compromising with their literal meaning. In order to promote explanatory adequacy to this questioning by Searle, the present work supposes *fictionality* as an intrinsic psychological human property, an assumption which allows an ontologically reduced formulation, fiction and communication being metarepresentative processes: fiction is defined as a second order relation to the real world intermediated by a logic of representing characters, events, places etc. (WALSH, 2007), whereas communication is assumed according to the second principle of relevance, or Communicative Principle (SPERBER e WILSON, 1995), defined as the intention to inform an informative intention to an audience. Therefore, the text can be articulated in three moments. First, we propose dislocating epistemologically the fiction studies to a naturalistic paradigm; then, we describe fictional function as emerging from the cognitive component specified by Theory of Mind (PREMACK e WOODRUFF, 1978), which license us to understand and attribute mental states, such as intentions, beliefs, desires and knowledge to ourselves and the others. Finally, we propose a model based on Relevance Theory (SPERBER e WILSON, 1995) for fictional communication, arguing that fictionality as well as communication lay on metarepresentation capacity, that is, they can be described through a model based on relevance.

Keywords: Fictionality, Epistemology, Pragmatics, Theory of Mind, Relevance.

LISTA DE IMAGENS

Categorias ontológicas.....	31
Modelo da Teoria de Códigos da Comunicação.....	45

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	i
O BARDO IMORTAL.....	ii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
LISTA DE IMAGENS.....	vi
1. PRÓLOGO: Os Atos de Fábula.....	07
2. CONFLITO: Uma Odisséia rumo à epistemologia naturalista.....	17
2.1 O ‘Estado da Arte’...Literária.....	17
2.2 A Comédia Ontológica.....	22
2.3 A Tragédia Social.....	33
2.4 O Drama Semiótico.....	43
2.5 Epítome.....	52
3. CLÍMAX: Biopoética: a natureza funcional das narrativas.....	53
3.1 O registro arqueológico – alguns vestígios relevantes.....	56
3.2 As hipóteses da psicologia evolucionista.....	61
3.2.1 A hipótese do cheesecake cognitivo: a arte como subproduto evolutivo.....	61
3.2.2 O contra-argumento adaptativo.....	65
3.2.3 O adaptacionismo cultural de Ellen Dissanayake: um “fazer especial”.....	68
3.3 Abordagens bio-culturalistas.....	72
3.3.1 A arqueologia cognitiva de Steven Mithen.....	72
3.3.2 Origens culturais da cognição humana.....	78
3.3.3 Atenção conjunta e TdM.....	80
3.3.4 Origens “Neuro-culturais” da cognição.....	83
3.3.5 A Consiliência co-evolutiva de E. O Wilson.....	86
3.3.6 Especializações inferenciais precursoras da criatividade imaginativa.....	87
3.4 Algumas evidências empíricas.....	90
3.5 Epítome.....	94
4. DESFECHO: uma modelação relevantista.....	95
4.1 O segundo questionamento searleano e a caracterização do uso da linguagem.....	97
4.2 A intenção de Grice e seu quadro teórico.....	104
4.3 Teoria da Relevância como resposta às questões griceanas.....	108
4.4 Efeitos poéticos: modelando a comunicação ficcional.....	115
4.5 Epítome.....	130
5. EPÍLOGO.....	131
6.REFERÊNCIAS.....	136

A imitação de uma ação é o mito (fábula); chamo fábula a combinação dos atos

Aristóteles¹

E se recusarão a dar ouvidos à verdade, entregando-se às fábulas

II Timóteo 4:4²

I PRÓLOGO: Os Atos de Fábula

Era uma vez...o *Homo Fabulans*.

Ao longo das descobertas sobre o percurso evolucionário da espécie humana, ela recebeu inúmeras caracterizações derivadas dos avanços científicos. Nesse processo de entendimento dos estágios da humanidade, se tornaram comuns as denominações: *Homo sapiens* – o homem dotado de saber; *homo faber* – o homem dotado para o fazer; *homo ludens* – o homem dotado para o jogo; *homo aestheticus*, o homem dotado da estética. Atualmente, tem se tornado possível especular a plausibilidade de outro traço manifesto transculturalmente entre os humanos: a capacidade parar criar, narrar e consumir narrativas ficcionais.

Segundo consta nos dicionários etimológicos, o termo fábula vem do verbo latino *fari*, que compreende a ação de falar, de contar histórias, narrar. Também estão vinculadas a ele a figuração, o fingimento, a mentira e a simulação. Como afirmou Marcelo Dascal, “etimologia por vezes é útil” (DASCAL, 1989: p. 218). Então, a definição etimológica pode ser proveitosa para uma compreensão da relação intrínseca narrativa/linguagem. Para tanto, a investigação talvez não deva recair sobre a literatura, propriamente dita, mas sobre alguma capacidade psicológica inerente aos seres humanos.

Convém ressaltar que o teórico literário Terry Eagleton (1997) sugeriu o abandono da tentativa de compreender a literatura como uma categoria objetiva. Qualquer coisa pode ser literatura tanto quanto deixar de sê-la, podendo ser abandonada qualquer ideia de que o estudo da literatura é o estudo de uma entidade estável e bem definida. A literatura poderia se

¹ Aristóteles, Poética.

² Bíblia Sagrada, versão Almeida (1969).

preocupar com o aspecto verbal, mas muita retórica elaborada não é literatura. Alguns tipos de ficção podem ser literatura, outros não. Igualmente, parte da literatura pode ser ficcional, parte não. Portanto, em decorrência da dificuldade para se delimitar a verdade histórica da verdade artística, a distinção entre ‘fato e ‘ficção’ parece não ser útil.

O filósofo John Searle (1975) reafirmou que não é possível chegar a uma análise da literatura por não haver uma característica ou sequer um conjunto de características comum em todas as obras literária. Conforme a terminologia de Wittgenstein (1953), a literatura poderia no máximo possuir uma noção de semelhanças de família. Além de que “literatura” constituiria o nome de um conjunto de atitudes tomadas para um segmento discursivo, não o nome de uma propriedade interna do segmento do discurso, cabendo aos leitores decidir se uma obra é literatura ou não, enquanto ao autor cabe decidir se essa obra é ficção.

Porém, com o atual estado da arte, sobretudo após a disseminação da epistemologia pós-moderna entre as ciências sociais e as humanas, repercutiu-se o pressuposto de que as narrativas humanas são artefatos de estrita construção social. Além disto, tem sido bem aceito entre alguns estudiosos a ideia de que os fenômenos pertinentes à ficcionalidade não são passíveis de sistematização, uma vez que consistem na infração dos conteúdos semânticos da língua, caracterizando-se, portanto, como fenômenos ditos pragmáticos, pressupondo inclusive a pragmática como assistemática.

Este trabalho se opõe a ambos os pensamentos. O *Homo Fabulans* é uma investida a fim de promover duas conjecturas: a primeira é uma explanação da natureza da ficcionalidade como uma característica inerente e universal entre os seres humanos, emergente do processo evolucionário que condicionou a espécie; a segunda é a de evidenciar uma alternativa teórica sistemática para o estudo comunicativo das narrativas, sob o enfoque do campo da linguística dedicado ao estudo dos princípios de uso da linguagem, a pragmática, sob um enfoque cognitivo.

O que ocorre é que, com o advento das ciências cognitivas, alguns avanços foram alcançados no que concerne ao entendimento da mente humana. Embora não haja ainda consenso no que diz respeito à linguagem e à

arquitetura mental, progressos nas áreas da neurologia, etologia, antropologia, psicologia e linguística têm promovido uma melhor compreensão dos fenômenos ficcionais.

Ocorrências da ficção têm sido observadas em todas as sociedades humanas, existindo sempre uma literatura, seja ela escrita ou oral. A maioria das pesquisas antropológicas, bem como as literárias e mesmo as linguísticas trata do conteúdo destas histórias (WERNER, 1987). Ao invés de discutir os produtos da ficcionalidade, este trabalho propõe discutir seus processos. Para tanto, é necessário supor não um artefato, mas alguma capacidade. Tal capacidade pode ser compreendida sob o conceito de ‘ficcionalidade’, sendo daqui em diante compreendida como uma propriedade psicológica intrínseca aos seres humanos.

Uma das dificuldades ao avanço nestes estudos provinha da tradição que perpetuou a disciplina pragmática como campo dedicado aos dados linguísticos aleatórios. Mesmo após consideráveis resultados alcançados, a linguística estaria em dívida com os fenômenos narrativos. Isto porque os progressos na sintaxe e na semântica não se alastram às condições pragmáticas com que os indivíduos se apropriam do uso da linguagem, como é premente a este objeto.

No entanto, quando em voga o pensamento de que as narrativas não eram passíveis de sistematização, o já mencionado trabalho de John Searle postulou o contrário. Sob o título *The Logical Status of Fictional Discourse*, o texto de Searle foi seminal, ao questionar que tornaria possível a um autor usar as palavras literalmente sem, necessariamente, estar comprometido segundo as regras que se ligam ao significado literal dessas palavras.

A partir de seu questionamento, Searle propôs uma ferramenta metodológica útil, ao distinguir o discurso literário e discurso ficcional, sendo que algumas obras de ficção são obras literárias, algumas não. Embora grande parte das obras literárias seja ficcional, muitas das narrativas que a literatura registrou não são ficcionais. O exemplo usado por Searle para esclarecer essa diferença foi o de que considerar “a Bíblia como literatura” indica uma atitude teologicamente neutra, mas “a Bíblia como ficção” é tendenciosa.

Searle considerou imprescindível a seguinte pergunta: Se o autor na verdade não realiza atos ilocutórios, mas apenas finge fazê-lo, como se realiza o fingimento? Como resposta, Searle propôs a tese de que uma característica geral do fingimento é que se pode fingir realizar uma ação de ordem superior, ou complexa efetivamente, realizando ações de ordem inferior ou menos complexas, que são partes constitutivas da ação de ordem superior ou complexa.

A ilustração é a de que se pode fingir bater em alguém realizando efetivamente os movimentos do braço e punho característicos de bater em alguém. O bater é fingido, mas o movimento do braço e punho é real. De igual modo, as crianças possuem a capacidade de fingirem conduzir um carro parado sentando-se efetivamente no lugar do condutor, movendo o volante, alterando as marchas, etc. Este mesmo princípio é o que se aplicaria à ficcionalidade. O autor de uma obra narrativa de ficção finge realizar atos ilocutórios proferindo frases, ou escrevendo.

Ademais, após apresentar de maneira lógica o procedimento ficcional, Searle concluiu seu trabalho afirmando que sua análise deixava sem resposta uma questão crucial: “por que nos importamos com isso? Ou seja, por que damos tamanha importância e esforço a textos que contêm em grande medida atos de fala fingidos?” O autor supôs que parte da resposta teria a ver com o papel crucial que a imaginação desempenha na vida humana e o que os produtos partilhados da imaginação desempenham na vida social humana:

Em suma, o aspecto do papel que tais produtos desempenham deriva do fato de que atos de fala sérios (isto é, não ficcionais) podem ser comunicados por textos ficcionais, ainda que o ato de fala comunicado não seja representado no texto. Praticamente todas as obras de ficção importantes transmitem uma “mensagem” ou “mensagens” que são comunicadas *pelo* texto mas não estão *no* texto (SEARLE, 1975: p. 332).

Como observou recentemente o antropólogo cognitivo Pascal Boyer (2007), estes dois quebra-cabeças sobre a ficção ainda persistem:

- a) Um diz respeito à motivação para a ficção literária: quais cenários evolutivos poderiam ter levado os seres humanos rumo à necessidade compartilhada para o prazer em conteúdos ficcionais?;
- b) O outro é o dilema clássico sobre referência: como nós ativamos o conhecimento padrão, a fim de dar sentido a situações e processos ficcionais, considerando que semelhantemente a outras formas de pensamento contrafactual, a ficção exige simultaneamente a suspensão e a preservação dos pressupostos padrões sobre o mundo?

Inicialmente, Searle não teve ao seu alcance muitas fontes e alternativas auxiliares para apresentar uma solução a estes problemas. Contudo, passadas quase quatro décadas, hoje há melhores condições para satisfazer a estas duas interrogativas, sendo possível esboçar respostas, ainda que programáticas, a tais questões.

Sobre o primeiro tópico, referente ao porquê de consumirmos atos de fala fingidos, respostas interessantes têm sido formuladas na disciplina hoje conhecida como Poética Cognitiva. Este movimento ascendeu tratando das novas orientações e ferramentas advindas das ciências cognitivas para o estudo da literatura. Seus pesquisadores vêm conciliando as pesquisas cognitivas, convergindo em uma abordagem interdisciplinar: linguística, biologia evolutiva, etologia, inteligência artificial, neurofisiologia, antropologia evolucionista, filosofia analítica, epistemologia e psicologia evolucionista (BOYD, 1998).

A poética cognitiva tem se aproximado de alguns conceitos advindos da pragmática cognitiva, como a noção de modularidade massiva da mente, elementar no trabalho de Pinker (1997), o qual alavancou a discussão em prol do surgimento das artes e da ficcionalidade, e de Epidemiologia das Representações, defendida por Boyd, (1998), como *modus operandi* da proliferação das ideias literárias. Com isto, se viabilizou atentar à noção de que para a manifestação de fenômenos linguísticos não basta apenas faculdades inerentes à cognição, mas, se faz necessário algum mecanismo que viabilize o uso destas propriedades cognitivas em uma dimensão pragmática da

linguagem. Por esse motivo, este trabalho apresenta como sugestão a noção da 'Teoria da Mente' (TdM)³:

A TdM parece constituir um estágio primordial da cognição, de modo que os altos níveis cognitivos implicam o uso do processo de pensamento para simular atividades, ações e consequências. Por exemplo: 'o que aconteceria se eu ameaçasse X?' O pensamento passou a constituir um aparato pelo qual as consequências pudessem ser encenadas sem a necessidade de se correr o risco envolvido na ação real; ao me imaginar fazendo uma ameaça a um sujeito X percebo a situação de perigo, uma vez que X possui o dobro de minha força (FOLEY, 2003: p. 250).

O conceito de TdM especifica um mecanismo subjacente a um aspecto fundamental das habilidades sociais: ser capaz de conceber estados mentais, ou seja, saber o que outras pessoas sabem, querem, sentem ou acreditam. A TdM é impossível sem a capacidade de formar 'representações de segunda ordem', e a ausência desta capacidade levaria aos aspectos da inaptidão social. Crianças autistas, além de desvantagens sociais, demonstram inaptidão em jogos de fingimento que exijam engajamento ficcional, simulador. Isto sugere que as crianças autistas não empregam a TdM, por não representarem estados mentais alheios. Como resultado, sujeitos autistas são incapazes de imputar crenças aos outros, apresentando desvantagens em prever o comportamento de outras pessoas (BARON-COHEN, LESLIE e FRITH, 1986; BARON-COHEN, 1988; HAPPÉ, S/D).

Observando estas evidências empíricas, adotar a TdM pode fornecer uma via que permita explicar o atrator que a ficcionalidade exerce entre os seres humanos. De outra forma, as narrativas têm se caracterizado como elementares para a formação da cultura e do desenvolvimento cognitivo, ao oferecerem uma alternativa para canalizar a cognição a rumos que de outra forma ela não seria modelada (TOMASELLO, 2003: p. 220).

Sobre o segundo tópico, concernente à comunicação ficcional, somente em paralelo à publicação de Searle, neste mesmo ano de 1975, é que começava a surgir uma nova concepção a respeito da comunicação humana,

3 Teoria da mente (TdM) – tradução do inglês Theory of Mind (TOM).

com a teoria inferencial de Paul Grice (1975). A Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1962), sobre a qual Searle fundamentou sua explanação, supõe que falar ou escrever em uma determinada língua significa realizar atos de um tipo específico chamado “atos ilocutórios.” Nesta perspectiva, há um conjunto sistemático de relações entre o significado das palavras e frases proferidas e os atos ilocutórios que realizamos ao proferir aquelas palavras e frases. Por isto, Searle supôs que as ilocuições fingidas, constituintes das obras ficcionais, são viabilizadas pela existência de um conjunto de convenções que suspendem a operação normal das regras que relacionam os atos ilocutórios e o mundo.

Contudo, esta noção de linguagem é baseada na tradição semiótica, propositora da existência de um código linguístico composto pelo pareamento entre as estruturas fonéticas e as estruturas semânticas para a comunicação. Deste modo, o significado não literal das palavras só poderia ser explicado em termos de suspensão do funcionamento padrão da linguagem.

Este modelo foi contestado e abandonado por alguns teóricos da pragmática (GRICE, 1975, SPERBER e WILSON, 1986/1995, TOMASELLO, 2008) os quais têm se esforçado para demonstrar que a comunicação humana não é bem descrita pelo processo de codificação/decodificação, fundada na biunivocidade som/significado, mas que, antes, ela também comporta uma dimensão inferencial da compreensão dos enunciados linguísticos.

Ainda assim, Searle forneceu uma ideia chave para a compreensão das narrativas, propiciando uma nova resposta em momento oportuno. A chave foi concedida pela explicação de que *fingir* é um verbo intencional, daqueles verbos que integram em si o conceito de intenção, não sendo possível dizer que se fingiu fazer algo sem a intenção em fazê-lo. Por isto, o critério para uma obra ser ou não ficcional reside nas intenções do autor, visto que em princípio não haveria propriedade textual, sintática ou semântica, que identificaria um texto como obra de ficção (SEARLE, 1975: p. 325).

A respeito do que possibilita a um autor usar as palavras literalmente sem se comprometer com seus significados literais, uma resposta plausível foi formulada nos postulados de Paul Grice sobre um “querer dizer” e sobre lógica e conversação (GRICE, 1957 e 1975, respectivamente). Estes trabalhos

inauguraram a noção de intencionalidade no campo da filosofia da linguagem, e influenciaram a pragmática linguística.

Reformulando e ampliando a teoria griceana, ao integrar a pragmática linguística com as ciências cognitivas, a Teoria da Relevância (SPERBER e WILSON, 1986/1995), doravante TR, propiciou uma alternativa teórica profícua para a observação do uso da linguagem. Postulando que a característica central da cognição humana é a busca pela maximização da relevância em situações comunicativas, a TR assume uma intenção como sendo um estado psicológico, supondo que o conteúdo da intenção tem de ser mentalmente representado. Assim, por meio do modelo ostensivo-inferencial, a comunicação humana pode ser explicada em termos de reconhecimento de intenção, em oposição ao modelo semiótico de codificação-decodificação.

Sperber e Wilson (2001) consideraram como o grande desafio para qualquer teoria dedicada à comunicação humana a apresentação de uma descrição e de uma explicação precisa dos seus efeitos mais vagos, o que é benéfico à compreensão da ficcionalidade. Segundo os autores, as descrições que se apresentam sobre a comunicação ou não consideram a psicologia humana, evitando as referências que se relacionem com o pensamento e com as intenções, ou supõem que a intenção de um comunicador é o de induzir em seu interlocutor pensamentos específicos.

A sugestão da TR é que a intenção informativa da pessoa que comunica é descrita de melhor forma se compreendida como a intenção de causar diretamente uma modificação no ambiente cognitivo do ouvinte, ao invés de em seus pensamentos. Considerando que os efeitos cognitivos reais de uma modificação no ambiente cognitivo são previsíveis apenas em parte, os comunicadores procedem na formação de suas intenções comunicativas a partir daquilo que é minimamente controlável, o ambiente cognitivo, ao invés de sobre os pensamentos reais do ouvinte.

Ao propor um modelo ostensivo-inferencial, a TR é uma teoria da pragmática linguística que ambiciona explicitar o processo comunicativo humano. Para isso, a Relevância prevê que o reconhecimento de intenções é central para a comunicação, sendo comportada por dois princípios, o 'princípio informativo' e o 'princípio comunicativo'. Assim, um comunicador produz um

estímulo ostensivo com duas intenções: (a) a "intenção informativa" de tornar mutuamente manifesta a informação X; e (b) a "intenção comunicativa" de informar ao ouvinte a sua intenção de tornar X mutuamente manifesta (SPERBER e WILSON, 2001: p. 101).

A intenção comunicativa é em si uma intenção informativa de segunda ordem. A comunicação ostensivo-inferencial pressupõe a capacidade de reconhecer pelo menos a intenção informativa, ao assumir que a ocorrência de X foi intencionalmente comunicada, o que permite ao ouvinte supor relevância na mensagem, eliminando as características da vagueza, da ambiguidade e da ausência referencial via enriquecimento das informações contextualmente disponíveis.

Desta forma, se houver plausibilidade no postulado da TdM como adjacente aos processos narrativos, tanto o atrativo ficcional quanto a comunicação linguística convergem na capacidade de representação psicológica dos estados intencionais alheios em uma dimensão de segunda ordem. Deste modo, o enfoque da pragmática cognitiva pode apresentar uma ferramenta vantajosa, uma vez que o modelo relevantista assume a comunicação de segunda ordem, a TdM, como uma metarrepresentação (a representação de uma representação).

Destarte, o objetivo geral deste trabalho supõe uma investida da pragmática cognitiva sobre a ficcionalidade. Para tanto, o trabalho se organiza em três objetivos específicos, articulados do seguinte modo: primeiramente buscam-se os argumentos difundidos pela concepção crítica, propondo o deslocamento do eixo epistemológico dos estudos ficcionais rumo a uma alternativa naturalística; o segundo momento é dedicado à questão da atração que as narrativas ficcionais exercem sobre os seres humanos, revisando as principais hipóteses disponíveis, apontando para a descrição dos fenômenos ficcionais como emergentes de um mecanismo cognitivo inerente às faculdades humanas, mais especificamente ao conceito de TdM; por fim, é apresentada a sugestão da Teoria da Relevância como um modelo explicativo para a comunicação ficcional, visto que tal quadro pressupõe a formalização de uma arquitetura mental psicologicamente plausível em termos metarrepresentativos, fornecendo uma teoria sobre a teoria da mente.

Convém destacar que este trabalho não se pretende à análise de uma obra ou autor específicos, como convencionalmente são direcionadas as pesquisas no campo literário e da ficção em geral. Antes, com o modesto objetivo de uma adequação explicativa, a metodologia empregada nesta pesquisa é de cunho teórico, exclusivamente bibliográfico, ancorado em um recorte epistemológico. Como já antecipado, a delimitação do objeto observacional pretendido compreende a ficcionalidade como uma propriedade cognitiva da qual emergem a criação, o consumo e o compartilhamento dos produtos ficcionais. Para tanto, o conceito de ficção assumido é aquele geralmente entendido como uma relação de segunda ordem para com o mundo real, através de uma lógica de representação: personagens, eventos, lugares, etc. (WALSH, 2007).

Em muito, este trabalho pretende satisfazer as premissas de redução, causalidade e falseabilidade, a fim de constituir uma conjectura alternativa às hipóteses atualmente bem aceitas entre os estudiosos da ficcionalidade. Em suma, eis que vos apresento o *Homo Fabulans*.

Tenha por ambição refutar e substituir suas próprias teorias

Karl Popper⁴

*E estai sempre preparados para responder com mansidão e temor a qualquer
que os pedir a razão da esperança que há em vós*

I Pedro 3: 15⁵

II CONFLITO: Uma Odisséia rumo à epistemologia naturalista

Admitindo um raciocínio crítico anti-criticismo gratuito, este primeiro momento é dedicado a uma breve arguição em favor de uma abordagem naturalista para a investigação ficcional. A principal motivação para as reflexões a seguir é pertinente a uma postura metodológica, visando a apropriação dos principais argumentos favoráveis ao empreendimento de naturalizar o objeto ficcional.

Uma das dificuldades levantadas a este objetivo provém do ceticismo atribuído por alguns intelectuais à teorização dedicada aos estudos ficcionais. Em certa medida, parte deste ceticismo se deve à situação teórico-metodológica em que se enquadram as pesquisas. Após expor algumas afirmações que revelam os cétricos acima mencionados, destacam-se adiante três elementos distintos, porém interligados: a) o problema ontológico; b) o modelo padrão das Ciências Sociais; c) e a teoria semiótica ou semiológica.

2.1 O “Estado da Arte”... Literária

Tendo a literatura desde a antiguidade despertado o interesse dos pensadores, ao longo dos anos acabou por se tornar objeto de diversas teorias, constantes especulações e mesmo de alguns dogmas. Remontando aos estudos clássicos platônicos e aristotélicos, o fenômeno literário foi amplamente discutido sob uma estimável diversidade epistemológica,

⁴ Popper (1972, p. 266).

⁵ Bíblia Sagrada, versão Almeida (1969).

abrangendo interesses filosóficos, lógicos, retóricos, gramaticais, históricos, sociais, estéticos, teológicos, discursivos e, sobretudo, filológicos.

Desde os dias do professor romano de retórica, Quintiliano (35 a 96 d.C), a literatura era vinculada à etimologia da expressão latina *litterature*, empregada como sinônima do termo grego *grammatiké*. Somente a partir do fim do século XVIII a palavra literatura adquiriu o sentido em que hoje a conhecemos, passando a haver duas concepções de literatura: em sentido lato, ela representa todos os conjuntos de produções escritas; em sentido estrito, ela diz respeito à criação ficcional, à recriação da realidade, inspirado ou não na realidade dos fatos, por (re) composição da linguagem (TAVARES, 1996).

Em sua *Introdução à Linguística Românica* (1982), Lorenzo Renzi divide os estudos filológicos em três períodos: o clássico, delimitado desde a antiguidade, perpassando pela Idade Média em todo o período românico; o histórico-comparativo, de grande sucesso na observação da história das línguas e da literatura; e o estrutural, abarcando a moderna linguística, desde Saussure até a gramática gerativa, ainda que a escola gerativa apresente claras oposições ao método estrutural, embora apresentem, em muito, claras oposições. Renzi descreve a alteração nos estudos linguísticos desde a revolução saussureana e comenta que, desde então, expor os êxitos e fracassos da filologia é como entoar um elogio fúnebre. Seguindo o padrão kuhniano de alterações de paradigmas científicos, o autor descreve como a linguística se tornou mais rigorosa que qualquer paradigma precedente, rompendo para sempre as relações com a perspectiva humanística, se distanciando, conseqüentemente, da filologia, filosofia e literatura. A adoção do rigor científico teve como contrapartida o abandono de interessantes questões, uma vez que não podiam ser imediatamente observadas cientificamente.⁶

Do século XIX ao século XX, com a ascensão de movimentos como o Formalismo Russo e a Neo-Crítica americana, a literatura concretizou-se como disciplina autônoma, naquilo que se conhece como o advento da moderna

⁶ Outros estudos sobre história da Linguística podem ser vistos em Matoso Câmara Jr. (1975) e Weedwood (2002).

Teoria Literária. Este acontecimento coincide com o surgimento da Linguística Moderna, fundamentada nos postulados de Ferdinand de Saussure (1916).

Passados alguns anos desde o surgimento de ambas, moderna Teoria Literária e Linguística moderna, surgiram algumas propostas de integração entre os estudos da linguagem e da literatura. Dentre elas, convém destacar o *Círculo de Praga*, com Roman Jakobson (2002) e suas *Funções da Linguagem*, o *pensamento* de Mikhail Bakhtin (1979; 1981), concernente aos conceitos de polifonia, carnavalização e gêneros textuais, e as ideias de Michel Foucault (1963; 2009), sobre a sensibilidade literária, a construção do saber e as teorias discursivo/ideológicas.

Desde então, os manuais de literatura passaram a possuir uma taxonomia própria: Formalismo Russo, Escola de Praga, Nova Crítica Norte Americana, teorias literárias arquetípica, psicanalítica, marxista, hermenêutica, estruturalista, semiótica, pós-estruturalista, desconstrucionista, pós-modernista, pós-colonialista, estudos culturais, teoria da recepção, teorias literárias feministas e teoria do cânone, entre outras (EAGLETON, 1997). O ponto de convergência entre estes movimentos é que, em maior ou menor grau, assumem a teoria literária como uma área delimitada no campo das ciências sociais e humanas (GAMBOA, 2008).

O século XX demarca, portanto, uma novidade metodológica vista na aproximação dos estudos literários ao pensamento das Ciências Sociais, uma vez que, até então, a literatura era delimitada no seio do pensamento filológico. Todavia, a abordagem social incorporada pelos estudos literários nada ficou devendo aos estudos anteriores e parte do resultado obtido até a primeira década do século XXI é expresso pelas correntes que compreendem o mundo como um composto “textual”, “discursivo”, “relativo” ou “socialmente construído”, entre outras formulações terminológicas que sugerem a hipótese da mente humana ser uma “tábula rasa”.

Essas descrições do estado das coisas no mundo não são de todo banais. Elas representam uma nova orientação filosófica a respeito da humanidade e de seus feitos. Porém, eleger qualquer uma destas máximas como resposta a um problema não é exatamente sua solução, ao contrário,

constitui uma observação trivial, não colaborando com nada na resolução da problemática em questão.

Com a permanência de algumas teorizações literária sob esse tipo de enfoque, ainda que os estudos linguísticos e literários se dediquem à observação de um objeto parcialmente comum (a linguagem), alguns linguistas, e igualmente os críticos literários, tornaram-se céticos quanto à possibilidade de integração entre estas áreas. O filósofo Marcelo Dascal (2006), por exemplo, exprimiu certo ceticismo quanto a um estudo sistemático de literatura, embora admita ser natural a possibilidade de sua integração com a pragmática.

O linguísta Noam Chomsky foi contundente em sua análise ao trabalho realizado pela crítica literária afirmando que:

Uma disciplina é definida em função de seus objetos e resultados. Quando uma área do saber não tem princípios profundos e importantes, não há nada a ser dito. Damos com observações, intuições e impressões. A crítica literária tem coisas para dizer, mas não tem princípios (...). Um fenômeno em si não interessa em nada para um físico. É por isso que cientistas sérios não se preocupam com dados, mas com princípios e explicações (CHOMSKY, 1967: p.63/65).

Já o filósofo John Searle foi complementar ao pensamento chomskyano, quando explicou de forma clara e sucinta em que se precipitaram os estudiosos da literatura:

Os críticos literários explicaram numa base *ad hoc* e particularista como o autor comunica um ato de fala sério através da realização dos atos de fala fingidos que constituem a obra de ficção, mas não há ainda uma teoria geral dos mecanismos pelos quais essas intenções ilocutórias sérias são comunicadas por ilocuições fingidas (SEARLE, 1975: p. 332).

O ceticismo que se instaurou quando se fala de literatura entre a comunidade linguística pode ser explicada, por um lado, através do fracasso em que recaíram as teorias linguísticas dedicadas aos estudos literários, e, por outro, a não-adesão dos teóricos literários aos avanços expressos no campo da linguística. Além do distanciamento em função do processo de

especialização, parte do fracasso resultante das tentativas de integração no século XX pode ser explicado pela condição ontológica em que estas áreas se situam: as teorias linguísticas se pretendem como científicas, satisfazendo a critérios como o falseamento e testabilidade, conforme as ideias de Popper (1980), enquanto os estudos literários priorizam condições de segunda ordem, como o esgotamento descritivo e a interpretação, o que tornou tácita a ideia de que linguística e literatura parecem ser irreconciliáveis (FURLONG, 2007).

Diante disto, este primeiro momento é dedicado à revisão de alguns dos principais pressupostos adotados para a investigação das narrativas ficcionais, em certa medida hostilizados em função de seus paradigmas metodológicos e epistêmicos. Entre algumas das características parcialmente observáveis nos estudos ficcionais é que formam um escopo ontologicamente situado na Fenomenologia, demarcado no campo das Ciências Sociais e adequado à Teoria Semiótica. Tais escopos são frequentemente complementados pela sustentação de métodos holísticos, da densidade descritiva e da interpretação do pesquisador sobre os dados observados.

Com este somatório, parece ser inevitável compreender a literatura a não ser por vias de esgotamento descritivo e de interpretativismo, considerando que se privilegia a observação dos fenômenos manifestos, ao invés de princípios explicativos. Ainda, com a soma de uma visão holística comumente adotada por grande parte dos pesquisadores, a subjetividade metodológica só tem aumentado e obscurecido as investigações, além de inviabilizar saudáveis debates teóricos. Isto para não falar em uma onda de pesquisas que poderiam ser reunidas sob uma vanguarda denominada “impressionismo acadêmico”⁷.

Para fins ilustrativos, em um ensaio reconhecidamente eloquente, um renomado pensador elaborou a seguinte reflexão:

Pergunto-me se não seria possível fazer, ou pelo menos esboçar, a distância, uma ontologia da literatura a partir desses fenômenos de auto-representação da linguagem; tais figuras, que são aparentemente da ordem do artifício ou da diversão, escondem, ou melhor, traem, a relação que a linguagem

⁷ Termo “oficializado” por Borges Neto (2012) durante o I Workshop Internacional de Pragmática.

mantém com a morte com esse limite para o qual ela se dirige e contra o qual ela é construída. Seria preciso começar por uma analítica geral de todas as formas de reduplicação da linguagem das quais se podem encontrar exemplos na literatura ocidental (FOUCAULT, 1963: p. 46).

O que se extrai deste tipo de meditação é que se trata mais de uma inventiva metaliterária do que um esclarecimento teórico. Ao retratar a linguagem como reflexo de um espelho frente ao outro (similar ao efeito de um caleidoscópio), esta proposta indica uma concepção nebulosa sobre a literatura. Ao invocar estados como a loucura, a morte e o infinito⁸, a ontologia literária sugerida por Foucault, ou qualquer outra que implique respostas extraídas da Caixa de Pandora, apresenta um rumo oposto ao de um empreendimento que vise naturalizar a ficcionalidade. Por esse motivo, parece ser premente invocar uma rota alternativa. As próximas explanações são dedicadas a delinear tal rota.

2.2 A Comédia Ontológica

A arte está arraigada na natureza humana. Em todas as sociedades, as pessoas cantam, dançam, se ornamentam e inventam, contam, representam e ouvem narrativas. Para o pesquisador que admite a existência de universais humanos, a explicação para este fato seria muito simples: a arte é uma manifestação universal porque ela provém de uma natureza humana universal.

Embora esta ideia pareça ser intuitivamente constatável, alguns acadêmicos insistem em ignorar a provável causa da universalidade da arte. Um dos motivos para tal desconsideração possivelmente se deva à priorização dos estudos da diversidade, da observação e descrição dos fenômenos manifestos – os produtos culturais - que consideram o “fazer artístico” uma categoria ocidental, não aplicável a todas as populações, uma vez que, sob esta ótica, *arte* seria uma terminologia ideológica (elitista) para designar um padrão estético.

⁸ Ver Foucault (1963), Holland (2010).

Após séculos da tradição dicotômica realismo/idealismo como maneiras elementares de compreender o mundo, a fenomenologia demonstrou-se uma terceira via interessante para aqueles que pretendiam transcender os limites do pensamento grego clássico, ainda atrelado a Platão e Aristóteles. Conforme essa doutrina, o objetivo da investigação está situado na análise e na compreensão dos fenômenos propriamente ditos, ao invés da postulação de mecanismos causais e explicativos. Ao integrar o escopo das pesquisas históricas, sociais, críticas, semióticas e discursivas, os estudos literários se aproximaram da epistemologia fenomenológica, inviabilizando um modelo universal para qualquer que fosse o conceito em questão.

De maneira geral, estudos concernentes à crítica de arte têm apreciado algumas noções ocidentais ortodoxas sobre a arte, advindas de ideais iluministas, que enfatizam as noções de belo, de precisão e criatividade, uma vez que tais discussões se baseiam em tentativas de classificações canônicas da arte. Como explicou o linguista John Lyons (1981), em sua distinção sobre os vários conceitos relacionados à cultura, há o sentido em que ‘cultura’ é entendida como sinônimo de ‘civilização’, uma formulação antiga e contrastada ao ‘barbarismo’. Esta noção baseia-se na concepção clássica do que constitui excelência em arte, literatura, maneiras e instituições sociais. Tal noção foi retomada pelos humanistas do Renascimento, sendo enfatizada por pensadores do Iluminismo no século dezoito e associada à sua visão da história da humanidade como modo de progresso e auto-desenvolvimento.

O que decorre, porém, é que, na maioria das sociedades humanas, não há o conceito de arte no sentido ocidental, referente a uma grande categoria que inclui modalidades diversas, como pinturas, esculturas, danças, música e literatura. Por isso, os estudos centrados nos padrões classicistas das artes ocidentais aderiram ao axioma de que não há um denominador comum que caracterize a arte, influenciando grande parte das teorias sociais a conceberem, em resposta aos argumentos dos estudos classicistas, que não existe arte entre os povos ditos “primitivos”, que a arte é apenas um conceito socialmente construído (DISSANAYAKE, 2008).

Essa concepção não se limitou ao campo das artes, ela gerou uma “revolução científica”, para usar o termo de Thomas Kuhn (1962). Com a

ascensão de ideias como a epistemologia desconstrucionista de Michel Foucault, em que o mundo é formado por discursos, a teoria hermenêutica de Clifford Geertz (1973), sob a qual o mundo é um conjunto de textos narrativos, a etnografia de laboratório realizada por Bruno Latour e Steve Woolgar (1979), delatando o simbolismo na ciência, e com a disseminação (um tanto enviesada) da relatividade, de Einstein (1905; 1953), instaurou-se uma onda de críticas sobre o modelo tradicional de ciência.

Contudo, ao apresentarem relevantes observações, estas investigações e críticas não se pretenderam a apresentar soluções eficazes aos problemas que apontavam. Seus argumentos despertaram inúmeras reflexões no meio acadêmico e foram posteriormente suscitados em favor do excessivo relativismo metodológico, do aumento da subjetivação das pesquisas e do argumento de que a ciência é mera ingenuidade positivista.

Desde então, de modo geral, e mais especificamente nas Ciências Humanas, o primeiro passo para se propor um estudo sistemático é o de se prever a crítica e elucidar uma adaptação metodológica que permita superar, ao menos minimizar, o que se conhece como 'o problema ontológico'.

O problema ontológico diz respeito à condição das teorias científicas serem capazes de acessar a realidade no mundo, problematizando a extensão do objeto observacional para o objeto teórico. O impasse que isto levanta para a Epistemologia se concentra sobre a seguinte interrogação: a natureza das entidades do objeto teórico é tão real quanto a das entidades do objeto observacional, ou as entidades do objeto teórico são apenas conceitos úteis para formulações descritivas e explicativas? (BORGES NETO, 2004).

Para fenômenos intrínsecos à relação psicologia/cultura, como é o caso da ficcionalidade, um agravante do problema foi expresso nas palavras do antropólogo Clifford Geertz, cuja afirmação foi que "a psicologia e antropologia escolheram entre si dois dos objetos mais improváveis em torno dos quais tentar construir uma ciência positiva: cultura e mente" (GEERTZ, 2001, p. 179). Para o autor, quando ambas (cultura e mente) se aliam não ocorre uma soma de dificuldades, mas uma explosão. Ou se propõem e se elaboram reduções complicadas e/ou implausíveis do primeiro ao segundo ou do segundo ao primeiro, ou é proposto um modelo de integração intrincado.

Para não precisar remeter a todos os argumentos da epistemologia da ciência, pode-se recorrer ao trabalho do neurobiólogo Humberto Maturana, em contraste com o pensamento de Geertz. Maturana é conhecido por defender o construcionismo radical no debate ontológico. Portanto, tal como Geertz, Maturana assume uma postura crítica sobre o fazer científico e a inconsistência da objetividade. Todavia, os autores divergem quanto ao procedimento científico.

A partir de sua visão interpretativista, Geertz declarou que:

O conceito de cultura que eu defendo é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado à teias de significação que ele mesmo teceu, assumo a cultura como essas teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura dos significados (GEERTZ, 2008: p. 4).

O recorte hermenêutico assumido por Geertz o leva a descrever a cultura como teias de relações, cabendo ao pesquisador que a entenda como um texto, interpretando-a dependentemente da época e do contexto. Ou seja, deve-se construir uma leitura que permita a compreensão da construção do texto como um todo e sua possível relação com outros textos. Geertz demonstra-se cético quanto à possibilidade de isenção do pesquisador, cabendo a este o trabalho de oferecer uma descrição densa da cultura observada (apreendendo-a em todos os aspectos que a compõe, ou seja, social, político, religioso, artístico, etc.), favorável à interpretação dos dados observados, ciente de que sua própria pesquisa é influenciada pelos significados culturais que o rodeiam.

A impossibilidade de isenção do pesquisador também é defendida pela visão naturalista de Humberto Maturana, que considera a imersão do pesquisador como integrante da própria ontologia do objeto investigado. Ao afirmar que tudo é dito por um observador, Maturana explica que:

Sempre que alguém inventa um princípio explicativo, inventa um mecanismo para esconder aquilo que pretende explicar. Então, o que proponho fazer é especificar um problema e especificar também o que penso ser uma explicação. Então vou discutir, segundo meu modo de ver, uma maneira de me dirigir ao problema. De certa forma, estou pedindo a vocês para aceitar como um problema o que vou propor como um problema, aceitar como uma explicação o que vou propor como uma explicação e, finalmente, aceitar como uma resposta o que vou propor como uma resposta (MATURANA, 1997: p.53).

O distanciamento da postura naturalista de Maturana, comparada à postura hermenêutica de Geertz, é que Maturana admite a possibilidade de certa abstração metodológica, isto é, um construto teórico para fins explicativos sobre entidades no mundo, ainda que conforme uma ontologia própria do indivíduo. Tal como Geertz, Maturana considera conveniente ao cientista especificar e descrever o fenômeno que deseja explicar. Porém, ao invés de caber ao pesquisador interpretar o fenômeno, como quer Geertz, “cabe a ele a proposição de um processo gerativo que, como um mecanismo *ad hoc*, gera o fenômeno como resultado de seu operar, mesmo que no domínio das experiências de seu observador” (MATURANA, 1997: p. 81).

Em resumo, ao propor a imersão do investigador na pesquisa e a densidade descritiva, as metodologias como a geertziana sugerem a subjetivação do método, mas conclusões objetivas e sujeitas à interpretação do pesquisador. Contrariamente, uma metodologia reducionista sugere que, embora crie uma realidade ontológica, cabe ao investigador a objetivação do método e respostas hipotéticas, ao invés de conclusivas.

Deste modo, uma abordagem reducionista constitui uma tentativa de explicar os fenômenos pelas suas partes e entidades elementares, a partir de um mínimo de pressuposições sobre essas partes e entidades. O reducionismo é contrastado com a abordagem holística, que enfoca o fenômeno como um todo. De um lado, o holismo pode oferecer uma compreensão mais profunda dos fenômenos complexos, mas na prática acaba dificultando o estudo. A abordagem reducionista significa um mínimo de pressuposições explicativas e a esperança de se chegar à percepção de como diferentes componentes se

encaixam uns aos outros articuladamente, como, por exemplo, o bipedalismo, cérebros grandes, cultura e linguagem (FOLEY, 2003, p. 38).

Se referindo às abordagens holísticas, Borges Neto (2004) observou que as tentativas em se formular uma teoria “integral” estão fadadas ao fracasso, e que ainda que se fosse possível formular uma teoria assim, ela não seria de grande utilidade. Para explicar a importância do método de redução, Borges Neto invocou o escritor Jorge Luis Borges em seu *Do Rigor na Ciência*:

...Naquele império, a Arte da Cartografia alcançou tal perfeição que o mapa de uma única Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmesurados não foram satisfatórios e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos Afeitas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o país não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas. (Suaréz Miranda: Viajes de Varones Prudentes, livro quarto, cap. XLV, Lérida, 1658.) (Borges, 1999: p.247)

Para a Epistemologia, uma redução constitui a ideia elementar das hipóteses científicas. Elas tendem à descrição da natureza de um objeto e da postulação de um mecanismo que explique seu funcionamento, constituindo assim o que se convencionou considerar uma teoria científica *stricto sensu*. As reduções satisfazem ao critério de refutação, como sugerido por Popper (1980); elas são elementares ao avanço do conhecimento naquilo que Kuhn (1962) denominou ‘revoluções científicas; compõem o núcleo inatingível dos programas de investigação e promovem a oposição teórica, como propôs Lakatos (1970, apud BORGES NETO, 2008); ou, ainda, originam as discussões, disputas e controvérsias científicas, para utilizar a terminologia de Dascal (1994).

Por isto é bem aceito entre os cientistas que a teorização científica é uma construção, mais que isto, ela carrega incompletude, subjetividade e até mesmo interesses políticos. Todavia, é esta mesma teorização que permite a pessoas tão diferentes ontológica e ontogeneticamente compartilharem

conceitos comuns e discutirem quais teorias possuem as melhores ou piores explicações.

Tomando por exemplo o caso da linguagem. Como soluções para o problema ontológico, a filosofia medieval apresentou três distintas soluções: a solução *nominalista*, a solução *conceptualista* e a solução *realista* (BORGES NETO, 2004). Complementando estas noções, já no século XIX, com a repercussão das ideias de Charles Darwin (1859), passou a haver uma quarta alternativa como solução ontológica. Esta alternativa é conhecida como a ontologia naturalista, ou darwinista, como alguns a tem chamado.

Para esclarecer um tanto mais o assunto, pode-se recorrer ao trabalho do antropólogo Dennis Werner (1997), que distingue estas quatro formas elementares de ver o mundo. Paralelamente, será comentada uma ou outra ideia literária que pode ser relacionada às categorias explanadas por Werner. As quatro diferentes visões de mundo são: a) realismo ingênuo; b) idealismo; c) fenomenalismo; d) darwinismo:

a) O realismo ingênuo - é caracterizado pela ideia de veracidade objetiva de todas as entidades no mundo, chocando-se com a possibilidade de conceitos abstratos. Os realistas ingênuos pressupõem a existência de músicas, pinturas e artes melhores umas que as outras, em termos estéticos; em certo-errado, em termos éticos; e no normativismo comportamental, tais como listas de pecados, normas religiosas e regras de governo, para conduzirem a vida.

Na linha do realismo ingênuo podem ser classificadas *A Poética*, de Aristóteles e *Mimesis*, de Auerbach (2001). Estas propostas exploram a arte literária como um processo de imitação da vida real. Aristóteles se preocupa com o conceito de verossimilhança entre a literatura e a vida, enquanto Auerbach com a exposição realística da realidade.

b) O idealismo é caracterizado pela crença de que o mundo real é imperfeito, sendo o conjunto de entidades uma fonte para levarmos a realidade externa para dentro da mente, onde é possível formar um mundo ideal. Aquilo que nunca foi visto pode combinar todas as qualidades necessárias para formar o conceito ideal. Segundo a visão da primazia das ideias, a moral e a

estética também estão muito ligadas à questão da verdade. Tudo se realiza no encontro com a perfeição, com o mundo ideal, ressaltando o progresso contínuo da humanidade na direção daquilo que é melhor, mais perfeito.

Expressando o pensamento idealista podem ser mencionados O Mito da Caverna, de Platão e a poética *Do Sublime*, de Longino (1996). Para Platão, a vida sensível é imperfeita, apenas uma sombra refletida da perfeição manifesta no mundo das ideias. Para Longino, a estética narrativa deve conduzir à sensibilidade transcendental, à fuga do plano real, conduzindo ao plano do sublime.

c) A fenomenologia concorda com o idealismo no tocante ao mundo ser em grande parte produto de nossa mente, porém não concorda com as formas ideais, ou qualquer possibilidade de uma verdade universal. Os fenomenologistas defendem que a estética e a ética refletem a falta de sentido universal para a vida, invertendo as noções de beleza estabelecidas, atribuindo beleza àquilo que é considerado feiura. As diferenças são privilegiadas, devendo-se respeito e tolerância aos princípios morais e estéticos de cada indivíduo, povo ou cultura.

Entre aquelas que poderiam ser citadas como pertencentes à Fenomenologia, pode ser destacada a *Poética de Maiakovski* (SCHNAIDERMAN, 1971), engajada na defesa da política socialista russa e do proletariado, e a grande maioria dos trabalhos atuais que tratam da literatura, principalmente os estudos sociais marxistas que tentam estabelecer criticamente as relações institucionais políticas, as ideologias e as classes minoritárias.

d) o darwinismo assume a existência de uma realidade externa e pressupõe uma relação entre nossa mente e esta realidade. Isto se opõe ao realismo ingênuo, em que a realidade existe independente de nossas mentes e reflete-se pouco sobre como chegamos a conhecer tal realidade, e também se opõe ao idealismo, em que os fatos naturais são correspondências imperfeitas de fatos ideais. O darwinismo se aproxima do fenomenalismo ao pressupor que a realidade, tal como a percebemos, é uma construção de nossas mentes, mas se afasta dele ao negar que este construto seja arbitrário. Para os darwinistas, a mente é vista como um produto da evolução via seleção natural.

Tratando-se de estética, os darwinistas compartilham com os fenomenalistas a ideia de inexistência de um belo transcendental ou certo-errado absoluto. No entanto, diferem na medida em que reconhecem limites naquilo que o ser humano pode considerar belo ou errado, considerando que noções de belo e certo podem também ser um produto da seleção natural.

A distinção se dá ao passo que enquanto os fenomenalistas vêem a mente como independente da realidade ou construtora dela, o darwinismo limita o que a mente pode ter da realidade. Do contrário, se nossa mente não possuísse nenhuma relação com a realidade externa, seria um tanto inexplicável termos sobrevivido ao processo seletivo (WERNER, 1997: p. 12). Nos termos da biologia, a melhor definição de evolução via seleção natural é “descendência com modificação”, mecanismo através do qual o processo evolutivo além de não-teleológico ou finalista, não visa necessariamente a complexidade.

Apesar dos estudos nesta área indicarem que a evolução da vida no planeta ocorreu de criaturas simples precedendo às mais complexas, não significa que a complexidade, em si, seja uma finalidade (NEVES, 2007: p.1). Do mesmo modo, a mente ser adaptada à realidade de modo algum significa que ela seja perfeitamente adaptada. Do ponto de vista da seleção natural, o que importa à estruturação da mente é que nosso pensamento nos deixa sobreviver e reproduzir, mesmo não havendo nenhuma garantia de que o pensamento possa chegar a qualquer verdade.

Werner (1999) complementou estas quatro noções em sua explicação sobre as diferentes formas de se pensar o mundo na relação mente e matéria (pensamento e realidade). Há uma diferença entre fatos e dados, e enquanto os realistas ingênuos não têm problema em usar a palavra ‘fato’, os fenomenalistas e os darwinistas são mais cautelosos.

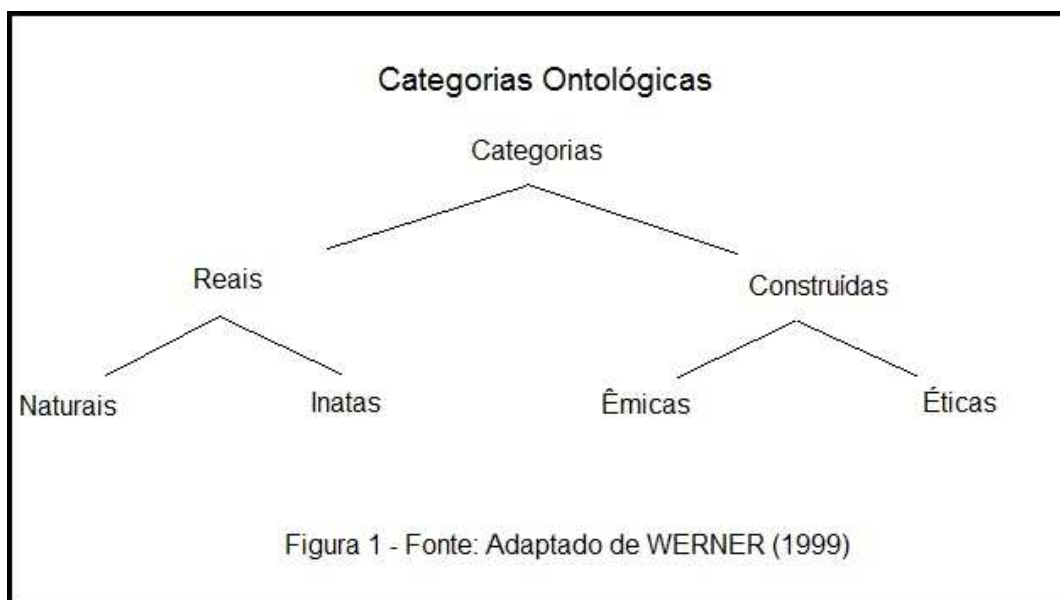
Os realistas entendem que podemos chegar às categorias reais da natureza, já os fenomenalistas e darwinistas são mais céticos quanto a isto. O problema é mais acentuado quanto os chamados ‘essencialistas’ defendem sua crença de que categorias artificiais (culturais) se aplicam à realidade. A crítica dos ‘construtivistas’ chega a ser pertinente quando os ‘essencialistas’ dão substância real a conceitos arbitrários. Todavia, os construtivistas falham ao

não observarem que há duas maneiras de observar categorias construídas, uma distinção antropológica clássica entre categorias 'éticas e êmicas', derivadas da distinção na linguística entre análise fonética e fonêmica.

Na fonética, o linguista constrói sua análise recorrendo a um sistema de notação padronizado, enquanto uma análise fonêmica consiste em investigar quais fones pertencem a um determinado fonema e em quais ambientes. Já na antropologia, quando se fala em categoria êmica, o interesse é saber quais as categorias reconhecidas pelas pessoas estudadas, ao passo que quando se fala em categoria ética parte-se de um inventário de distinções que se deseja para a pesquisa, independente das pessoas estudadas reconhecerem a categoria ou não.

As categorias éticas não são radicalmente 'essencialistas', já que são reconhecidamente categorias de construções metodológicas. O que permite observar se o conceito ético adotado será adequado a fins de replicabilidade ou validade serão os fatores observados. Assim, as categorias éticas são úteis como ferramentas da pesquisa científica e não sob a noção de 'certo ou errado', elas são construções dos pesquisadores, a fim de revelarem algo a respeito das categorias reais, indo além dos conceitos construídos dos fenomenalistas.

A tabela esquematizada no trabalho de Werner (1999) ilustra as categorias em questão:



Novamente, ainda que não cheguemos, de fato, às categorias reais, nossa mente não é totalmente independente da realidade, considerando que as pressões da seleção natural asseguram que há alguma correspondência. Porém, sim as categorias da mente (inata, êmica e ética) são conceituais e muitas das desavenças acadêmicas decorrem da confusão desses três tipos de conceitos, sobretudo no engano de se querer comparar um conceito ético de nossa cultura com um conceito êmico de outra, declarando que se trata de uma diferença radical entre conceitos êmicos diferentes.

Conforme Werner, podemos assumir que nossas categorias são sempre construções, nunca eternas ou absolutamente corretas. Contudo, algumas destas construções são melhores para determinados fins do que outras. Como contra-argumentou o antropólogo Robert Foley (1999) à crítica de Geertz de que o evolucionismo seria apenas mais uma narrativa em meio a tantas outras, se admitirmos que a teoria evolutiva seja somente mais um texto, ela é ainda a melhor narrativa a respeito da evolução.

Uma vez que a seleção natural é a melhor explicação de que dispomos até o momento, afirmar que a mente seja totalmente independente do mundo é uma suposição precipitada. Ainda que minimamente, o mundo impõe limites às nossas capacidades mentais e as características da mente são universais nos seres humanos (PINKER, 1997, 2004).

Embora alguns estudiosos usem o argumento de que mesmo havendo uma natureza humana o interesse de suas pesquisas seja voltado à diversidade, há de se contra-argumentar que a explicação da cultura pressupõe a natureza humana (SPERBER, 1996; PINKER, 2004). Por exemplo, o modo como as pessoas aprendem a cultura pode ser suposto por meio da língua, da imitação ou de estímulo/resposta em forma de recompensa e punição, e por trás de cada uma destas respostas há pressupostos sobre o que motiva a criança sobre a organização cognitiva (WERNER, 2009).

Como observado por Werner, aos adeptos de correntes teóricas que se opõem a levar a natureza humana em consideração cabem as seguintes perguntas: a) Aos behavioristas: de onde vêm e por que sentimos as sensações de dor ou prazer que iniciam os esquemas de condicionamento? b) Aos freudianos: por que existe um complexo de Édipo? c) Aos teóricos da

gestalt: porque percebemos as coisas em termos de padrões básicos? d) Aos piagetianos, de onde vem nossa capacidade de construir novos conceitos?

Se considerarmos que o comportamento humano é influenciado por três fontes básicas: diferenças inatas (programas genéticos diferentes), diferenças na história de vida das pessoas (ontogenia) e diferenças situacionais a que se expõe (oportunidades e problemas diferentes), a cultura se limita à segunda e terceira fontes. No entanto, a cultura como sistema simbólico inclui fontes não demarcadas nestas últimas duas fontes, mas na primeira, como é possível saber através de doenças que afetam a linguagem (SPERBER, 1996; PINKER, 1998; WERNER, 1999;).

Em suma, maior atenção à natureza humana pode ser auxiliar para a obtenção de menos teorização errada, além de viabilizar uma compreensão mais profunda do comportamento e dos artefatos psicológicos e culturais. A teoria da evolução via seleção natural pode ser um esquema metodológico útil na explicação destas questões, mas, para poder introduzir a abordagem naturalista para além da questão ontológica, é necessário confrontar o segundo impasse encontrado nos estudos narrativos, o que tem sido chamado “o modelo padrão das ciências sociais”.

2.3 A Tragédia Social

A segunda questão que frequentemente se levanta aos estudos narrativos é que os artefatos ficcionais, predominantemente no pensamento dos críticos literários e de cientistas sociais que se empenham em estudá-la, é um fenômeno emergente das demandas sócio/culturais. De fato, parece ser premente que qualquer intento investigativo dedicado à literatura deverá considerar a essência de sua dimensão cultural. No entanto, a falta de consenso sobre a definição do conceito de cultura constitui de antemão um problema em tentar definir a ficcionalidade como um produto “cultural”.

Junto a outros fatores, como a linguagem e a mente, a cultura tem permanecido um dos grandes desafios científicos. Ela tem sido considerada um dos conceitos mais complexos de ser definido, sendo muitas vezes

enganosamente concebida como o oposto de “natureza”, pois, embora considerar a natureza como um derivado da cultura esteja em voga, a cultura é que é uma propriedade emergente da natureza (EAGLETON, 2005).

Por este motivo, ao se admitir a importância da cultura nos processos narrativos, convém uma rota alternativa à compreensão dos fenômenos culturais que contraste com aquilo que o antropólogo John Tooby e a psicóloga Leda Cosmides (1992) denominaram ‘o modelo padrão das ciências sociais’, ou o modelo *standard*. Se a premissa do modelo padrão é a negação da biologia no comportamento humano, algo parece ter de ser repensado.

Consideráveis trabalhos foram elaborados com o objetivo de naturalização da cultura. Entre eles, o trabalho pioneiro de Richard Dawkins (1976), as teorias duais gene-cultura de Cavalli-Sforza (2003) e Boyd e Richerson (2006) e a teoria cognitiva de Dan Sperber (1996/2011). Todavia, quando não completamente ignorados, eles foram duramente criticados sob rótulos como: reducionistas, cartesianos, positivistas, ou, pelos mais contestadores, fascistas, spencerianistas, darwinistas sociais e outros termos de equivalentes intenções pejorativas.

Tais protestos, muitas vezes puramente retóricos, não têm compreendido que aceitar papel da biologia não significa rejeitar a cultura. Ao contrário, a biologia viabiliza a cultura. O problema se deve em grande parte à a má compreensão dos fundamentos da biologia nos estudos sociais e, como advertiu o bioantropólogo Walter Neves (2007), isto tem apenas servido para reforçar a postura “biofóbica” em que se encontram os estudos sociais.

Como resumiu Foley (2003), as várias hipóteses pseudocientíficas que remetiam a Darwin, como o darwinismo social, racismo e arianismo fizeram insurgir o conflito entre pesquisadores evolucionistas e sociais. Desde então, as ideias sócio-científicas foram muito mais proveitosas ao tratarem do comportamento humano como uma investida de identidade grupal, basicamente coletivista. Podendo os indivíduos viver internamente aos grupos, sua inserção no mundo social tenderia a erradicar qualquer padrão individualista, o que contrasta com a abordagem evolucionista, cuja ênfase é o interesse individual, a competição entre indivíduos e grupos e uma visão reducionista da sociedade humana.

Com a interpretação do social como a antítese do biológico, adotar a abordagem evolucionista em direção à natureza humana passou a ser algo equivocado e perigoso, resultando na quase extinção da antropologia evolucionária. Já quando os estudos em evolução começavam a ser revigorados, entre 1930 e 1950, com a unificação das ideias de Darwin e de Mendel na moderna síntese evolucionista, a vertente do relativismo cultural e o desconstrucionismo ingressaram no debate.

O darwinista literário Brian Boyd (1998) constatou que nos estudos narrativos o problema permanece no histórico de como, desde os anos 1900 nas Ciências Sociais e desde 1960 nas Ciências Humanas, tem repercutido a ideia do mundo e da mente humana como um construto social, cultural ou linguístico. Nesta perspectiva, a cultura, não a biologia, forma o que somos, e a linguagem, não o mundo, determina o que pensamos. Assim, se a cultura, a convenção, o discurso e a ideologia moldam o homem, então não há tal coisa como uma natureza humana.

Boyd ressaltou as razões intelectuais e sociais que levaram o sociólogo Émile Durkheim (1895) e o antropólogo Franz Boas (1938) a fazer o recorte no estudo da humanidade em que se excluía a biologia, tendo em vista o contexto das doutrinas do darwinismo social e da eugenia. Mas também apontou que não havia a mesma justificativa quando os departamentos de Literatura aderiram ao pensamento de Roland Barthes, Jacques Derrida, Michael Foucault e Jacques Lacan, ao concordarem na ideia de que o homem não existe antes da linguagem, seja como espécie ou indivíduo. Este ponto de vista não apenas excluiu a existência do mundo fora dos limites da linguagem, mas ignorou alguns dos principais desenvolvimentos intelectuais a respeito da compreensão da natureza humana.

Um destes avanços está na descoberta de que não só a biologia é produto da cultura, como pressupõem as teorias sociais a respeito da formulação das ciências como uma necessidade taxionômica ocidental, mas de que a cultura é parte da natureza (BOYD e RICHERSON, 2006, SPERBER, 2007). Os genes não restringem, antes, eles viabilizam a cultura, e sem eles a flexibilidade de cultura, de comportamento e de aprendizagem seria impossível. Os genes são projetados para levar sugestões para a criação. Uma nova

concepção é a de que o instinto não é o oposto de aprendizagem, onde as influências ambientais às vezes são menos reversíveis do que os genéticos, e onde a natureza é projetada para nutrir. Não se trata mais de natureza versus aprendizado, mas de natureza através do aprendizado (RIDLEY, 2004).

Este fato deveria incitar o abandono do controverso debate 'natureza/cultura', motivo de tensão entre os estudos cognitivos, de viés naturalista, e os estudos culturais, de viés social, o qual remete a uma antiga oposição filosófica sobre a estrutura mental. Se por um lado a variação cultural é um importante dado descrito pelos etnógrafos, por outro, a constatação de uma constituição mental comum não o deixa de ser.

Um dos principais argumentos da abordagem social é o de que os seres humanos constituem um objeto de estudo muito mais complexo do que aqueles tratados pelas ciências naturais. De fato, é difícil negar tal afirmação, diante das evidências de relatos etnográficos. As Ciências Sociais desenvolveram ao longo dos anos uma inestimável descrição a respeito da diversidade entre os seres humanos. A compreensão da diversidade foi fundamental no que diz respeito a fatores éticos, políticos, filosóficos e até mesmo dentro do campo da ciência.

Porém, diante da impossibilidade de serem encontrados comportamentos recorrentes entre as diversas culturas, os cientistas sociais elaboraram um recorte metodológico que supõe apenas a compreensão de seu objeto de estudo, ao invés de explicações. Considerando a possibilidade explicativa inviável ou antiquada, o pensamento dominante nas Ciências Sociais, então, não está comprometido com fatores explicativos ou causais (WERNER, 1999).

Com isto, os estudos sociais adotaram uma ontologia própria, demonstrando pouco interesse em se apresentar em continuidade com a integração conceitual com as ciências naturais. Diante do abismo entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais, o que tem ocorrido é que, ao não abandonar a noção de uma ontologia própria, os estudos sobre a cultura não se habilitam à autonomia teórica (SPERBER, 2010), inviabilizando a superação do paradigma da horizontalidade nos estudos humanos, sob o qual se nega a relação causa e efeito.

A integração conceitual, também conhecida como integração vertical, se refere ao princípio de consistência disciplinar. Tal princípio projeta que as ciências naturais adquiriram coesão entre si: as leis da química são compatíveis com as leis da física, e os químicos não propõem teorias que violam os princípios da física, ao invés disto, utilizam tais princípios para fazer inferências sobre processos químicos. Assim, uma teoria conceitualmente integrada é elaborada de modo que seja compatível com os dados e teoria de outros campos relevantes (TOOBY e COSMIDES, 1992). Em outras palavras:

De fato, em toda antropologia existe uma psicologia. Não existe uma maneira de pensarmos os fenômenos sócio-culturais sem que façamos, ao menos implicitamente, hipóteses sobre a maneira na qual esses fenômenos se realizam, em parte, no cérebro dos atores sociais, através de processos cognitivos e afetivos. Seria muito fácil pegar qualquer monografia etnográfica ou texto teórico da antropologia e mostrar expressões que são psicológicas, expressões que contêm explícita ou implicitamente hipóteses sobre os processos cognitivos e as motivações dos atores sociais. Então, a partir do momento em que querendo ou não fazemos psicologia, podemos fazê-la bem ou mal. O problema é que quando explicitamos o conteúdo das hipóteses psicológicas que encontramos nos textos antropológicos, vemos que elas são extremamente rudimentares e pouco justificadas. Existe uma mistura de psicologia do senso comum com a psicologia cognitiva de cinquenta anos atrás (SPERBER, Apud SOUZA, 1998).

Um estudo integrado tende a evitar análises de fenômenos culturais incompatíveis com a psicologia, o que seria comparável a uma teoria neurofisiológica que requer uma bioquímica impossível. A integração conceitual tem sido defendida por constituir uma ferramenta que tanto permite aos cientistas conjecturar as hipóteses improváveis ou construir pontes entre as disciplinas, como viabilizar a descoberta de novos conhecimentos (TOOBY e COSMIDES, 1992).

No caso da variação cultural, ela tem sido auxiliar no trabalho de como os cientistas cognitivos decidem entre modelos concorrentes para explicar os universais cognitivos. Isto tem inclusive permitido avanços na compreensão das narrativas, por exemplo, nos trabalhos que apresentam evidências sobre como a estrutura da memória e da atenção podem ajudar antropólogos

culturais a entenderem porque alguns mitos e ideias se espalharam mais fácil e rapidamente do que outros (SPERBER, 1985).

No entanto, ainda há persistência daqueles que não consideram aspectos básicos da natureza humana, ao suporem que a mente é uma lousa em branco, na qual pode ser registrada qualquer inscrito. Tem sido bem aceito entre os representantes do pensamento social ortodoxo a ideia de que a mente é um construto empírico da cultura (INGOLD, 2009). Esse modelo de mente adotado entre os pesquisadores sociais é semelhante a uma esponja ou computador de uso geral, habilitada com um aparato de inteligência generalizada: ao nascermos, a mente seria uma tabula rasa, vazia, sendo a cognição o resultado de um processo empírico de relação com o mundo cultural.

Essa concepção sugere que a mente absorve os próprios processos de pensamento. Usando a metáfora da esponja, o processo de aquisição do conhecimento seria o de inflar a esponja com mais conteúdo, o conhecimento apenas faria a esponja aumentar dentro de nossas cabeças.

Tal arquitetura mental foi contestada há ao menos 50 anos, desde que o linguista Noam Chomsky (1959/1983) elaborou o chamado *argumento da pobreza de estímulo*. O que Chomsky questionou foi como os falantes das línguas naturais desenvolvem com tamanha eficiência suas línguas a partir de estímulos tão aleatórios e incongruentes. A contribuição da linguística chomskyana para a compreensão da natureza humana foi a de evidenciar que os falantes de uma língua natural produzem sequências de sentenças infinitas, a partir de recursos finitos, sem jamais violar a leis gerais que governam as gramáticas das línguas naturais (CHOMSKY, 1957).

Deste então, a aquisição da linguagem deixou de ser pesquisada somente a partir de pressupostos empiristas, behavioristas e sociais. A teoria de Chomsky, por exemplo, prevê que para uma explicação plausível a respeito da linguagem humana, é necessário um módulo, ou órgão de linguagem, especializado e biologicamente determinado. A este órgão de linguagem, Chomsky denominou GU (gramática universal).⁹

9 Ver Piatelli-Palmarini (1983), Gonçalves (2007).

Inspirado nas ideias de Chomsky, o psicolinguista Jerry Fodor (1983) elaborou a *Teoria Modular da Mente*, outro trabalho seminal ao advento da Revolução Cognitiva. Fodor explicou a arquitetura mental como dividida em duas partes, a *percepção* (sistemas de entrada) e *cognição* (sistemas centrais). Para Fodor, os sistemas de entrada, linguagem, audição, visão, toque, são sistemas discretos e independentes, uma série de módulos especializados. Estes módulos especializados introduzem a concepção de um modelo de mente em que a percepção já está embutida ao nascermos.¹⁰

A partir destes rumos nas pesquisas cognitivas, Jereome Barkow, John Tooby e Leda Cosmides (1992) apresentaram um modelo em que a cultura não é vista como um fenômeno aleatório, sem causa e sem forma. Unindo a biologia moderna com a revolução cognitiva, este modelo potencializou a reunião dos ramos distintos da psicologia em um sistema integrado de conhecimento. Este novo campo concentrou-se em como evoluíram os mecanismos de processamento de informações que compõem a mente humana.

Nesta ótica a mente é um sistema de órgãos de computação, projetados pela seleção natural para resolver os tipos de problemas que nossos ancestrais enfrentavam em suas vidas de coletores de alimentos, em especial entender e superar em estratégias os objetos, animais, plantas e outras pessoas. A mente não é o cérebro, mas sim o que o cérebro faz, nos permitindo pensar, sentir, escolher e agir, em suma é o processamento de informações, ou computação (PINKER, 1997, p.32, DAMÁSIO, 2010).

As adaptações psicológicas humanas possivelmente evoluíram em função de problemas enfrentados por nossos antepassados, tais como selecionar o companheiro, evitar relações sexuais com parentes, reconhecer faces e emoções, adquirir linguagem, inferir intenções alheias, se engajar em trocas sociais, ter cuidado com mordidas de cobra, identificar alimentos e selecionar habitats seguros.

De forma semelhante à teorização de Chomsky sobre uma gramática linguística, Tooby e Cosmides mostraram a probabilidade de uma gramática social inata na mente humana. Enquanto o Modelo Padrão das Ciências

10 Ver Fodor (1983), Mithen (1997), Benfatti (2010).

Sociais prevê que qualquer troca social é ensinada a partir do zero, estes autores sugerem que o intercâmbio social é fornecido culturalmente, mas a interpretação de seus conteúdos é viabilizada por mecanismos específicos de processamento de informação que evoluíram para esta finalidade. Sem domínios específicos, tal como instintos de raciocínio universal, a aquisição da própria cultura seria impossível por inexistir a capacidade de inferir que as representações existem na mente de outros membros da cultura (BOYD, 1998).

Sob esta perspectiva, é possível explicar a cultura como um produto gerado de modo rico e intrincado pelos mecanismos de processamento de informações situado nas mentes humanas, sendo novamente a evolução por seleção natural a única explicação atualmente válida para a acumulação de características de design funcional através de gerações. Assim, para compreender a relação entre biologia e cultura, é premente compreender a arquitetura de nossa psicologia (TOOBY e COSMIDES, 1992).

Sob a perspectiva evolucionária, o comportamento, os artefatos e a cultura humana são fenômenos naturais, aspectos dos fenótipos dos seres humanos e de suas relações com o outro. Deste ponto de vista, a cultura é o produto manufaturado de mecanismos psicológicos situados em indivíduos que vivem em grupos. A cultura e o comportamento social humano são complexamente variáveis, não porque a mente humana é um produto social, uma lousa em branco, ou um computador de uso geral externamente programado. Ao invés disso, a cultura humana e o comportamento social são ricamente variáveis porque são gerados por um complexo conjunto de programas funcionais que utilizam e processam as informações do mundo, incluindo as informações fornecidas tanto intencionalmente quanto não intencionalmente por outros seres humanos.

A premissa central passou a ser a de que existe uma natureza humana universal, mas que esta universalidade existe principalmente em termos de mecanismos psicológicos evoluídos, ao invés de comportamentos culturais expressos. Por esta via, a variação cultural não contradiz a universalidade, ela apenas fornece os dados necessários para a compreensão da estrutura dos mecanismos psicológicos que os geraram. A segunda premissa é que estes

mecanismos psicológicos evoluíram adaptativamente, tendo sido construídos via seleção natural ao longo do tempo evolutivo. Ao se concentrar em mecanismos evoluídos, essa abordagem é uma contrapartida ao modelo *standard*, que embora reconheça que a variação cultural depende da transmissão e da geração de informações, frequentemente ignora o vetor causal da variação, ou seja, os mecanismos de processamento de informação (BARKOW, TOOBY e COSMIDES, 1992).

A partir destes conceitos, se torna possível buscar explicações de como os humanos absorvem, geram, modificam e transmitem a cultura. Isto é, quais os mecanismos psicológicos que levam informação cultural como *input* e geram comportamentos como *output*?

Ao defender também que a mente é mais bem explicada não em termos de uma inteligência de propósito geral, mas como uma combinação de muitos dispositivos que são, em parte, geneticamente programados, Sperber (1996) admitiu a dissonância entre as teorias modulares e as manifestações culturais. A tensão entre a ‘modularidade mental’, sugerida por Noam Chomsky e Jerry Fodor, e desenvolvida pelos psicólogos evolucionistas, e as pesquisas em diversidade cultural humana, as quais contrariamente sugerem a uma mente indefinidamente maleável, podem ser conciliadas na hipótese modular massiva¹¹.

A ideia central da modularidade massiva da mente é a de que, por um lado, é bem aceito que a mente humana deve ser complexa o bastante, com capacidades suficientes para que os indivíduos adquiram e interiorizem as competências culturais; por outro lado, é aceito que a mente humana não é restritiva o bastante para impedir a diversidade cultural. Há então dois limites, um limite inferior, outro superior: a mente humana é ao menos complexa o bastante para explicar a aprendizagem, e suas estruturas não são restritivas ao ponto de impedir a diversidade cultural (SPERBER, 1996).

Estes módulos cognitivos são dispositivos mente/cérebro autônomos caracterizados por entradas específicas de onde derivam saídas específicas através seus próprios procedimentos. Um módulo é autônomo, não só no modo de funcionamento, mas também em seu desenvolvimento filogenético e

11 Ver Sperber (1996/2001), Pinker (1997), Mithen (1997)

ontogenético, sendo distintos de outros módulos, e também nas suas falhas, que podem ser diagnosticadas. Um exemplo é que algumas competências culturais podem ser seletivamente prejudicadas por eventuais lesões cerebrais, indicando que a informação cultural não é obtida por meio de um mecanismo de aquisição geral, mas sim da interação de vários mecanismos cognitivos com diferentes especializações.

Assim, a sugestão é a noção de que os módulos de aprendizagem são órgãos inatos, adaptações biológicas que realizam suas funções por desenho de insumos cognitivos para gerar módulos adquiridos. Estes módulos adquiridos derivados das funções biológicas possuem funções culturais diretas, manipulando o tipo de processamento de informação que executam (SPERBER e HIRSCHFELD, 2007). Uma vez que decorrente de módulos adquiridos, a cultura passa a ser mais bem visualizada não como uma coisa, mas como uma propriedade humana que intrinca representações mentais e variados graus de práticas e representações públicas.

Esta noção de cultura não está necessariamente comprometida com uma questão conceitual ou terminológica, mas com uma adequação teórica que pressupõe o desenvolvimento de uma abordagem naturalista (SPERBER, 1996, SPERBER e CLAUDIÈRE, 2008). Se por um lado a cultura é vista como uma propriedade, os fenômenos culturais podem ser explicados em termos causais, remetendo a uma Epidemiologia das Representações (SPERBER 1985, 1996). Como os modelos epidemiológicos explicam macro-fenômenos nas populações em termos de micro-fenômenos, esta proposta contrasta com o construcionismo social, o qual requer mentes sem forma e indivíduos sem interesses individuais, que aprendem por imitação passiva ou por imposição cultural, inviabilizando a explicação da origem, da transmissão ou do crescimento da cultura.

O modelo epidemiológico prevê que os fenômenos sócio-culturais podem ser causalmente compreendidos como agenciamentos ecológicos emergentes de fenômenos psicológicos (SPERBER, 1997). O objetivo se restringe, portanto, à compreensão do fluxo global de informações entre os seres humanos, através de suas implementações mentais e públicas, com o

intuito de responder por quais motivos algumas cadeias causais se proliferam mais do que outras ao longo do tempo e do espaço.

As implicações que esta abordagem levanta para os estudos ficcionais remetem primeiramente ao modo como algumas estruturas são disseminadas mais facilmente que outras. Isto permitiria, por exemplo, explicar a dimensão epidemiológica que determinadas construções ficcionais podem adquirir entre os indivíduos de uma população ou a sua permanência ao longo de gerações.

No entanto, uma vez que a cultura é disseminada por cadeias de informações ecologicamente proliferadas, emergentes de demandas psicologicamente motivadas, resta uma explicação complementar de como, afinal, os indivíduos comunicam estas informações a fim de não somente fazerem as histórias se alastrarem ecologicamente, mas em uma dimensão discreta, de um indivíduo a outro indivíduo. Ou seja, como explicar o processo das trocas informativas e/ou comunicativas entre os seres humanos?

Esta pergunta remete ao terceiro e último tópico deste capítulo, em qual se pretende discutir a teoria geralmente adotada para explicar a comunicação, a teoria semiótica, diretamente vinculada aos fenômenos artísticos e muito disseminada entre os pesquisadores da ficcionalidade.

2.4 O DRAMA SEMIÓTICO

Como conclusão deste capítulo, o último ponto a ser discutido é a adoção da tradicional teoria Semiótica, conforme chamou o filósofo Charles Sanders Peirce, ou Semiologia, como a chamou Ferdinand de Saussure. Embora não sejam muitos os trabalhos que hoje remetam diretamente a estes autores, a teoria semiótica ainda é pano de fundo para muito do pensamento contemporâneo nos estudos narrativos.

O especialista em Semiótica Winfried Nöth (1995) apresentou um panorama elucidativo a respeito desta teoria. O autor explanou a história da Semiótica desde o pensamento clássico platônico e aristotélico, passando por filósofos da Idade Média, da Renascença, do Iluminismo, chegando a sua bifurcação com os escritos de Peirce e Saussure, até o atual estado de

confronto paradigmático com as Ciências Cognitivas. Descrita como a teoria geral dos signos, a semiótica remete etimologicamente ao grego *semeîon* (*signo*) e *sêma*, que também pode ser traduzido como 'signo' ou mais especificamente como 'sinal'.

No início do século XX, sob influência da sociologia de Durkheim (1985), Saussure descreveu o status da linguagem como um fato social¹², introduzindo o termo semiologia como uma nova tradição linguística. Trabalhos como o de Louis Hjelmslev e Roland Barthes deram continuidade ao empreendimento semiológico, de aí em diante sendo elaboradas distinções conceituais sob as quais a Semiótica passou a ser entendida como uma ciência mais geral dos signos, enquanto a Semiologia passou a ser uma teoria dos signos humanos, culturais, linguísticos e textuais.

No ano de 1969, por iniciativa do eminente linguista Roman Jakobson, a Associação Internacional de Semiótica encerrou a distinção entre esses dois termos, adotando 'semiótica' como termo geral ao campo das ciências dos signos.

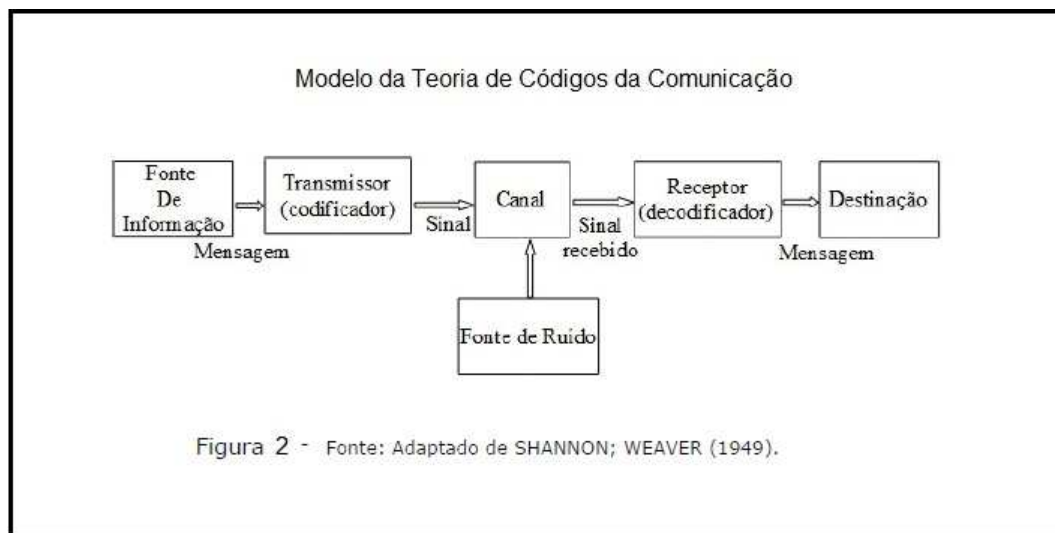
A teoria semiótica foi desenvolvida sobre o modelo clássico de comunicação, conhecido como o 'modelo de código', em qual a comunicação humana é viável pela existência de códigos linguísticos, e os eventos comunicativos constituem um processo de codificação/decodificação de mensagens. As frases de um idioma seriam, portanto, pares de som e significado. Para transmitirem seus significados, os falantes codificam suas mensagens em estruturas sonoras pareadas com as estruturas significativas.

Umberto Eco (2002) postulou um tratado geral sobre semiótica com o objetivo de explorar as possibilidades teóricas e sociais unificando todo e qualquer fenômeno de significação ou comunicação. Seguindo a tradição semiótica, Eco fundamentou suas ideias comunicativas, tanto em trocas verbais, como em fruição literária ou mesmo para fenômenos culturais, como um processo baseado em modelos de códigos. Eco assumiu que uma teoria semiótica geral é capaz de explicar qualquer caso de função sógnica em termos de sistemas subjacentes correlatos de um ou mais códigos. Para esta teoria

¹² Ver Ilari (2005).

geral, foi compreendida uma teoria dos códigos e uma teoria da produção sígnica em vários fenômenos, como o uso natural da linguagem, evolução e transformação dos códigos, a comunicação estética e as interações comunicativas.

Como ilustração, a imagem abaixo apresenta uma das versões mais conhecidas da teoria da Comunicação/Informação, conforme a elaboração de Shannon e Weaver:



Este modelo supõe que através da univocidade entre codificação e decodificação e eliminação dos ruídos que rodeiam o código é possível obter a eficiência comunicativa. Portanto, o modelo prevê que a comunicação é obtida pelo conjunto de códigos organizados conforme algumas regras, sendo que cada um destes códigos possui significados uns em relações aos outros, podendo ser a língua, oral ou escrita, gestos, código morse, sons etc. O código é então mediador dos pensamentos pretendidos pelos emissores aos receptores.

A comunicação é alcançada da seguinte maneira: o emissor transmite uma mensagem através de um sinal. Este sinal chega até o receptor por meio de um canal. O receptor decodifica a mensagem ao acessar o código, que por sua vez garante a réplica da mensagem codificada pelo emissor. A partir desta

ideia, não é difícil se apelar à concepção de que qualquer que seja o tipo de comunicação humana ela funcionará como uma espécie de xerox, sempre havendo garantias da cópia de pensamentos e dos conteúdos mentais do comunicador ao destinatário.

Este modelo tem se demonstrado equivocado, considerando que a comunicação humana não é uma atividade que falha apenas diante do surgimento de ruídos no canal da comunicação. A comunicação é uma atividade constantemente permeada por riscos e fracassos. Outro fator observado na comunicação humana é que ela não se constitui por meio da réplica dos pensamentos de um locutor em um destinatário, mas sim como um comportamento coordenado e flexível entre os indivíduos.

Em resumo, a comunicação não é obtida por meio de um mecanismo de cópias rigorosas, já que ao invés de replicar uma representação, o intérprete constrói uma versão sua (LAMB e JABLONKA, 2010). A ocorrência deste processo não é apenas porque os mecanismos de comunicação são imperfeitos, mas porque mesmo que uma replicação fosse possível, isto não seria de modo algum vantajoso, considerando que a interpretação não é um fim em si mesmo, mas um meio para um fim (SPERBER e HIRSCHFELD, 2007).

Como ressaltaram Sperber e Wilson (1995), o mérito da teoria semiótica é seu potencial explicativo: considerando que as elocuições são bem-sucedidas na comunicação dos pensamentos, a hipótese de que os sons codificam os pensamentos poderia explicar este processo. No entanto, o principal defeito da teoria semiótica é ser um modelo descritivamente inadequado, quando observado que a compreensão humana exige ao menos um elemento a mais que a decodificação dos sinais linguísticos.

A diferença essencial entre a comunicação humana para as comunicações codificadas, como a de alguns animais ou das telecomunicações, é que os códigos das línguas naturais são bastante defeituosos. Cada sinal em um código ideal deve ser emparelhado com apenas uma mensagem, de modo que o receptor do sinal possa recuperar de forma inequívoca a mensagem inicial (SPERBER e ORIGGI, 2009).

Por outro lado, as sentenças linguísticas estão repletas de ambiguidades semânticas, indeterminações referenciais e vaguezas. Isto não significa que as

línguas não sejam funcionais, mas sugere que a função da linguagem humana não seja codificar o significado dos falantes, como previsto pelo modelo semiótico. Com isto, o modelo de código da comunicação linguística teria de ser repensado.

Através desta observação, Sperber e Wilson (1995) identificaram que o problema em que recaíram vários teóricos dedicados à literatura foi o de se inspirarem em um modelo inadequado para a comunicação linguística e, em seguida, proporem sua generalização para outras formas de comunicação. Aceitando o postulado de um sistema subjacente de sinais, o que cabia aos semioticistas era a tarefa de reestruturação deste sistema. Trabalhos que seguiram esta linha podem ser vistos entre linguistas, teóricos literários, psicólogos, sociólogos e antropólogos.

Mesmo que estes pesquisadores tenham conseguido demonstrar algumas regularidades, não chegaram a evidenciar a descoberta de sistemas de código em sentido estrito (compostos pela paridade sinal-mensagem). Portanto, suas explicações não foram eficazes ao relatarem como os conteúdos ficcionais expressos em mitos e em obras literárias são comunicativamente eficientes, mesmo que subvertendo o significado linguístico.

Como explicado por Furlong (2007), a inevitável conclusão foi a de que os estudos literários foram incapazes de apresentar pesquisas sistemáticas dos textos literários. Como consequência, foi elaborada uma série de teorias críticas sob as quais os teóricos deveriam trabalhar as comparações quantitativas embasadas majoritariamente no trio formado por Marx, Freud e Saussure, culminando no uso precipitado do termo 'teoria' nas aplicações de análises literárias,

Desde então, a visão semiológica de sistemas como unidades de oposição, implicado na existência de um elemento contrastivo, deixou de ser base somente para o estruturalismo literário e pós-estruturalismo. Ela atingiu outros domínios, e o desenvolvimento de grande parte da teoria literária e da crítica foi impulsionada através da convicção de que os estudos literários podem ser racionalizados, desde que comprometido com o modelo semiológico funcional de linguagem em soma com algum modelo complementar.

Com isto, tem sido necessário o cuidado constante para distinguir dois tipos de teorização, a científica e a interpretativa, as quais não se referem a atividades idênticas: a primeira constitui uma hipótese a fim de explicar um grupo de fatos ou fenômenos e como eles são causados, resultando também em previsões sobre casos não examinados; as teorias interpretativas, por outro lado, formam sistemas de ideias conexas ou declarações realizadas como explicações sobre um grupo de fenômenos.

Nos estudos narrativos, então, a teoria não é utilizada exatamente como um modelo explanatório, mas como uma estrutura interpretativa, o que em parte explicaria o fracasso das abordagens linguísticas para a análise da literatura. O problema seria a não compreensão dos limites da linguística: ao adotarem os procedimentos, terminologias e modelos linguísticos, alguns estudiosos entenderam que a finalidade das análises linguísticas aos textos literários deveria ser a produção de novas leituras.

Diante disto, se tornou corriqueira a assunção de que a linguística fornece ferramentas de análises dos mais diversos significados, desde que repouse sobre outros modelos complementares: a psicanálise, por exemplo, reivindicado a interpretação da psique humana pela inexistência da realidade fora da linguagem; a teoria feminista reivindicando as relações de poder entre mulheres e homens como atuantes em cada interpretação do texto; o marxismo reivindicando as lutas de classes; e assim, a cada novo enquadramento teórico, uma nova leitura possível.

Ao priorizar os critérios de segunda ordem, parcimônia, produtividade e exaustividade, as formulações semiológicas ou críticas passaram a constituir declarações sobre o mundo, confinando-se ao universo das teorias interpretativas. Ignorando a demarcação fronteira entre ciência, não-ciência (mito (pré-ciência), e 'adivinhação' (pseudociência)), estes modelos não se conscientizaram que sua ruína estava prevista no que Popper (1980) arrazoara sobre a teoria histórica de Marx e a psicanálise de Freud.

Propondo que o critério de demarcação para que uma teoria possa ser compreendida como científica deva ser a possibilidade de falseamento, Popper explorou a impossibilidade de contra-evidenciar tanto o materialismo histórico marxista, quanto o inconsciente freudiano. Para Popper, tais teorias não

chegam a ser teorias científicas ruins, uma vez que, diante da impossibilidade de serem fornecidas evidências que as contrarie, nem sequer chegam a constituir uma teoria científica.

Já sobre os resultados atingidos pelos modelos de códigos das teorias semióticas foi reconhecido que:

Este insucesso foi instrutivo ao evidenciar que os fenômenos culturais como a literatura, o mito e o ritual não pressupõem mensagens precisas e previsíveis, antes, focam a atenção dos ouvintes em certas direções e ajudam a impor alguma estrutura à experiência (SPERBER e WILSON, 2001: p. 35)

Em contraste com o modelo semiótico, o modelo inferencial da comunicação foi baseado na obra do filósofo Paul Grice (1957, 1975), e ampliado na Teoria da Relevância. Por esta via, a decodificação linguística de um enunciado fornece apenas uma estrutura semântica como elemento de evidência para se inferir o significado pretendido pelo falante. Uma vantagem oferecida por este quadro teórico é que ele não pretende lançar luz sobre o mundo, mas sobre a linguagem, e esta, por sua vez, pode lançar luz sobre as narrativas.

Por um lado, ambos os modelos assumem que as línguas humanas são códigos estruturados através de uma gramática recursiva, composta por pares fonéticos e semânticos. No entanto, graças à sua gramática e seu repertório lexical, as línguas humanas são incomparavelmente mais ricas do que os códigos de repertórios pequenos dos sinais usados em comunicação codificada. Assim, compreender o significado do falante é um processo inferencial sustentado nas sentenças e atributos semânticos da língua em conjunto com as informações contextualmente disponíveis.

Grice (1957) apresentou a noção de significado pretendido pelo falante, sendo a comunicação um complexo de intenções as quais deverão ser inferidas pelo ouvinte a fim do propósito comunicativo. Uma intenção, então, passou a ser vista como um modo de alcançar certo efeito sobre a mente do ouvinte, o qual, através do reconhecimento da intenção do falante, interpretará o significado pretendido.

Desde então, a comunicação tem sido entendida não mais como um processo de codificação/decodificação, conforme supunha a teoria semiótica, mas como um processo dependente da capacidade dos seres humanos em atribuir estados mentais aos outros, naquilo que se tem chamado de 'Teoria da Mente'.

Em função desta melhor compreensão acerca da comunicação humana, a TR se constituiu como uma proposta assentada sobre os principais avanços no campo das ciências cognitivas, com Chomsky, da filosofia da mente, com Grice e Fodor, e da perspectiva evolucionária¹³. Tal conciliação permitiu visualizar fatores adaptativos da linguagem (SPERBER e ORIGGI, 2009), tanto ao que diz respeito aos mecanismos concernentes à adaptação biológica quanto ao que se resguarda ao exercício cultural do uso da linguagem.

Com isto, a afirmação fundamental da Teoria da Relevância é que todos os aspectos da comunicação e da cognição são regidos pela busca da maximização da relevância. As expectativas de relevância são precisas e previsíveis o suficiente para guiar o ouvinte na direção do significado do falante, tornando o objetivo da pragmática inferencial explicar como um ouvinte infere o significado do falante com base na evidência fornecida (WILSON e SPERBER, 2005).

A teoria considera que intuitivamente relevância é uma propriedade potencial não somente de enunciados e outros fenômenos observáveis, mas de pensamentos, memórias e conclusões de inferências. Deste modo, qualquer estímulo externo ou representação interna fornecedora de um *input* para processos cognitivos pode ser relevante para um indivíduo em algum momento.

Sendo a busca pela relevância a característica básica da cognição humana, um *input* é relevante para um indivíduo quando ele se conecta com a informação de *background* disponível, de modo a produzir conclusões que importam a esse indivíduo. Por exemplo: poder responder a uma questão que ele tinha em mente, aumentar seu conhecimento em certo tópico, esclarecer uma dúvida, confirmar uma suspeita, ou corrigir uma impressão equivocada.

¹³ Ver Benfatti (2010).

De outro modo, um *input* é relevante para um indivíduo quando seu processamento, em um contexto de suposições disponíveis, produz um efeito cognitivo positivo, uma diferença vantajosa na representação de mundo do indivíduo, como uma conclusão verdadeira, por exemplo. Conclusões falsas não constituem posses vantajosas; elas são efeitos cognitivos, mas não são efeitos positivos (SPERBER e WILSON, 1995/2005).

Sob estes fundamentos, a TR repercutiu como um programa de investigação alternativo à teoria semiótica, sendo umas de suas reivindicações a de que a comunicação humana não é apenas um processo de codificação/decodificação, mas um processo que exige em parte também a inferenciação.

Em sua explanação sobre os trabalhos literários, Deirdre Wilson (2011) expôs que as principais contribuições da teoria da relevância podem ser resumidas do seguinte modo:

- Ela ajudou a distinguir dois modelos de comunicação - um modelo de código e um modelo inferencial – evidenciando que a comunicação verbal tem sempre um elemento inferencial, não sendo alcançada através de codificação sozinha;
- Demonstrou que a comunicação inferencial pode ser analisada em termos das intenções informativas e comunicativas do falante;
- Introduziu a distinção entre a comunicação forte e fraca, sob a qual a força da comunicação depende da intenção manifesta de um falante em transmitir certa implicação;
- E apresentou a reivindicação empírica de que a comunicação inferencial desencadeia automaticamente (apoiada na definição de relevância e em dois princípios de relevância) uma compreensão heurística composta por intuições inferências que auxiliam o ouvinte na compreensão do significado pretendido pelo falante.

Ancorada no paradigma cognitivista, ao propor mecanismos cognitivos que operam para a efetivação comunicativa, a TR se encerra no campo dos estudos naturais, viabilizando a assunção de que os objetos aos quais lança luz também são fenômenos naturais. Com isto, pode-se considerar propiciado

um caminho metodológico em que as narrativas ficcionais podem ser tratadas naturalmente, independentes de sua natureza psicológica, cultural ou linguística, uma vez que, como se argumentou até aqui, todos estes fatores são também naturais.

2.5 Epítome

Este capítulo buscou apresentar algumas das principais dificuldades ao empreendimento de naturalização da ficcionalidade, visto principalmente em seus fundamentos metodológicos e epistemológicos. Em paralelo, foram apresentadas algumas alternativas para a superação de tais dificuldades: primeiramente, em resposta ao problema ontológico, foi sugerida a ontologia naturalista em substituição às ontologias concorrentes vistas no realismo ingênuo, no idealismo e, sobretudo, no fenomenalismo; em seguida, em oposição ao modelo *Standard* das ciências sociais, foi apresentada uma concepção de cultura compatível com o viés modular da mente; por fim, em substituição ao modelo semiótico, advogou-se em favor da noção inferencial para a comunicação humana, especificando o modelo teórico relevantista.

Perguntar qual é a origem das histórias (não importa como estejam classificadas) é perguntar qual é a origem da linguagem e da mente.

J. R. R. Tolkien¹⁴

...para admoestares a certas pessoas a fim de que não ensinem outra doutrina, nem se ocupem com fábulas e genealogias sem fim...

I Timóteo 1: 3-4¹⁵

III CLÍMAX: Biopoética – a natureza funcional das narrativas

Em posse de uma via metodológica embasada nas três assunções explanadas no capítulo anterior – sobre a epistemologia naturalista, a perspectiva massivo-modular da mente e da alternativa pragmática como paradigma linguístico – parece ser viável observar a ficcionalidade como um fenômeno natural. Isto isenta o trabalho da pretensão de se lançar a toda e qualquer manifestação narrativa, lhe convindo explicitar algum aparato psicológico subjacente à ficcionalidade. Portanto, em continuidade à preocupação com os possíveis mecanismos geradores da ficção, como se tem exposto até aqui, o objetivo do presente capítulo se limita à apresentação de algumas das respostas formuladas a um dos questionamentos de John Searle, sobre o porquê de darmos tamanha importância e esforço a atos de fala fingidos. Em outras palavras, qual o atrator que as narrativas ficcionais exercem sobre a espécie humana e que se tem visto em toda sorte de tribo, sociedade e cultura?

Este capítulo se dedica à motivação para a ficcionalidade frente aos possíveis cenários evolutivos percorridos pelos humanos. Busca-se evidenciar que, embora não haja consenso entre os pesquisadores acerca da natureza evolutiva das artes, sobretudo da arte ficcional, tem sido consensual o apontamento para uma propriedade cognitiva cujo domínio pode ser assumido como um mecanismo gerador, do qual emergem os conteúdos ficcionais, como

¹⁴ Tolkien (1964).

¹⁵ Bíblia Sagrada, versão Almeida (1969).

que por meio de um processo de retroalimentação. Tal propriedade é expressa no conceito de TOM (theory of mind), doravante TdM.

A TdM tem sido definida como a capacidade de atribuir uma gama completa de estados mentais a outros indivíduos, bem como a si mesmo, sendo as atribuições utilizadas para prever e entender o comportamento. A TdM é um elemento central do que tem sido chamada de 'inteligência social' e/ou 'maquiavélica', também sendo tratada como sinônimo de 'leitura da mente', 'psicologia natural', 'psicologia popular' ou 'postura intencional'.

Esta ideia é originária dos estudos em primatologia (PREMACK e WOODRUFF, 1978). A capacidade de fazer inferências sobre o que outras pessoas acreditam em uma dada situação permite prever o que elas vão fazer, constituindo claramente um componente crucial de habilidades sociais. Desde então o termo vem sendo usado por psicólogos e filósofos para descrever nossa capacidade de explicar o comportamento em termos de pensamentos subjacentes, sentimentos, desejos e intenções. Nós atribuímos estados mentais a nós mesmos e aos outros o tempo todo, como, por exemplo, quando alguém pede um copo de água e nós deduzimos que ele está com sede. Esse exemplo pode demonstrar como as atribuições são frequentemente incorretas: o copo de água poderia servir para tomar algum comprimido. Ainda assim, a TdM é o meio padrão por qual agimos e vivemos em nosso meio social (ZUNSHINE, 2008).

Psicólogos cognitivos e evolucionistas acreditam que a leitura da mente é uma adaptação desenvolvida durante a 'evolução neurocognitiva massiva', quando o nosso cérebro triplicou de tamanho, durante o Pleistoceno (1,8 milhões a 10.000 anos atrás). O surgimento destas adaptações foi a resposta evolutiva ao complexo desafio enfrentado por nossos antepassados, que precisavam dar sentido ao comportamento de outras pessoas em seu grupo, o que pode incluir até 200 indivíduos. O fator determinante por trás do aumento no tamanho do cérebro possivelmente tenha sido a natureza social da nossa espécie.

A TdM pode ter surgido por pressões como o aumento do altruísmo, da infância prolongada, da imitação infantil precoce, da aprendizagem social, da articulação da expressão facial, da vocalização e do gesto, e acarretou no

desenvolvimento da protolinguagem, da linguagem moderna e do refinamento sintático, sendo um pré-requisito essencial para a vida social dos primeiros seres humanos, constituindo uma vertente de apoio à evolução da linguagem. Os indícios são de que por volta de 250.000 atrás os primeiros humanos já possuíam adaptações anatômicas que viabilizavam a ação discursiva, remetendo à comunicação intencional, que, por sua vez, requer uma teoria da mente (MITHEN, 1998).

A interação social pode ter sido a causa evolucionária da inteligência humana devido ao modo de operação do cerebral ter sido submetido às fortes exigências sociais recaídas sobre os humanos primitivos, o que resultou em uma formação cerebral voltada às exigências sociais. Então, a TdM seria um estágio primordial na evolução da cognição, não por uma teoria de como a mente funciona, mas através da ideia de que a mente funciona por meio da teoria de que há uma mente.

Os altos níveis de cognição implicam o uso do processo de pensamento para simular atividades, ações e consequências. O pensamento constitui uma maneira intermediária pela qual as consequências podem ser encenadas sem a necessidade de se correr o risco envolvido na ação real. Desta forma, a função mental seria a de simular ações, sendo que, devido ao vetor social da evolução do cérebro, a principal função mental seria a de tentar simular o que se passa na mente de outro indivíduo. Embora a capacidade de simulação mental tenha sido gerada por fatores de sociabilidade, ela não teria ficado restrita ao comportamento social, tendo sido estendida ao campo da tecnologia, da ecologia e a outros domínios, por ser uma característica vantajosa (FOLEY, 2003).

A TdM demarca a nossa espécie de forma mais radical em relação às outras espécies, permitindo um alto grau de compartilhamento cultural, o que tem viabilizado desenvolver, propagar e melhorar as próprias intuições. Enquanto outros animais interpretam o comportamento, especialmente de membros da mesma espécie, em termos de posição, orientação e movimento, e talvez até mesmo desejo e intenção, os humanos parecem ser os únicos capazes de entender os outros em termos de crenças, bem como desejos e intenções.

Atribuir estados mentais a um sistema complexo (tal como um ser humano) é a maneira mais fácil de entendê-lo e de chegar a de se prever o que ele vai fazer a seguir. Portanto, a leitura da mente é tanto emergente da natureza intensamente social da nossa espécie quanto o que a torna possível. Em nosso empenho diário para compreender os outros, temos que nos contentar com interpretações parciais e especulativas, sendo que quanto mais diferente de nós é o outro, mais especulativa é a interpretação.

3.1 O Registro arqueológico - alguns vestígios relevantes.

A literatura, como hoje a conhecemos, em sua forma escrita, surgiu somente entre os últimos cinco e dez mil anos, demarcando o início da era Histórica. Este é um período de tempo muito curto na trajetória humana. Desde antes mesmo da Pré-história, há ao menos dois milhões de anos, as espécies ancestrais do *homo sapiens* deixaram indícios de seu comportamento: utensílios de pedra, restos alimentares e pinturas rupestres apresentam alguns dos vestígios que permitem recompor o processo evolucionário gradual dos *homo sapiens sapiens*.

Conforme evidências fósseis e genéticas, relatadas em trabalhos como o de Foley (2003) e Mithen (2001), os seres humanos anatomicamente modernos evoluíram na África há cerca de 130.000 anos, data coincidente com um período de dura fase climática, cuja influência pode ter sido uma das causas do evento de especiação da espécie. Em decorrência disto, o *homo sapiens* obteve sucesso em colonizar uma ampla gama de ambientes de todo o mundo, competindo com seres humanos de outras espécies, sendo que, por volta de 30.000 anos atrás, o *sapiens sapiens* foi o único membro do gênero *Homo* a sobreviver no planeta, ocupando todos os continentes habitáveis.

Desde então, os seres humanos podem ser caracterizados por certo número de traços universais que demonstram o fato de que, apesar de algumas variações superficiais verificadas em suas diferentes populações, a sua totalidade pertence a uma mesma espécie, podendo, em condições normais, ser capazes de cruzar e reproduzir proles viáveis. Tais traços podem

ser verificados em termos anatômicos: bipedalismo – os seres humanos são bípedes, caminham eretos sobre dois, ao invés de quatro membros; polegar opositor – os humanos possuem polegares capazes de se opor a qualquer dos outros dedos, permitindo uma destreza manipulatória muito superior a de outros primatas; cérebros grandes – os humanos possuem cérebros muito grandes para o tamanho de seus corpos.

“Além da constituição anatômica, em um sentido evolucionário, as marcas que distinguem a espécie humana são o seu comportamento e sua capacidade mental” (FOLEY, 2003: p. 61). Os *homo sapiens* possuem o mesmo sistema nervoso e as mesmas faculdades de síntese e abstração, estando igualmente ligados pelo imaginário, o que é exigido pela arte, cuja característica elementar é necessariamente a capacidade imaginativa, de modo que talvez a arte exista desde que o homem transformou a realidade por meio de uma imagem mental que fez dela.

Os seres humanos modernos são considerados notavelmente mais criativos em seu comportamento do que quaisquer outras espécies vivas. Quando examinados os registros arqueológicos e fósseis, também se conclui que são dramaticamente mais criativos do que qualquer outro dos tipos de seres humanos que viveram desde o aparecimento do gênero *Homo*. Os tipos de seres humanos como o *homo erectus*, o *neanderthalensis* ou o *sapiens* arcaico apresentavam características semelhantes, mas por meio de uma retrospectiva moderna, o comportamento destes antepassados parece ser monótono: os mesmos tipos de ferramentas de pedra ao longo de milhares de anos, os mesmos padrões de forrageamento e os mesmos repertórios comportamentais. Ao contrário, os seres humanos modernos estão envolvidos em uma ampla gama de comportamentos não registrados anteriormente, como a arte, a religião e a agricultura.

O que se considera intrigante é que quanto mais se interroga sobre o nascimento da capacidade artística, se descobre um passado cada vez mais longínquo, demarcado por vestígios de ações não utilitárias de até 200 ou 300.000 anos. Por isto, a aparição da arte é considerada dramática no registro arqueológico (MITHEN, 1998), visto que, após mais de 2,5 milhões de anos desde as primeiras ferramentas de pedra, o mais próximo daquilo que hoje se

concebe como arte são alguns arranhões impressos em peças de osso e pedra. Possivelmente estes riscos tenham algum significado simbólico, porém o que inviabiliza essa hipótese é aquilo que os arqueólogos denominam como o problema da 'antropia'. A questão antrópica diz respeito ao limite em que devem ser interpretados os vestígios arqueológicos como resultantes de ações humanas ou de meros acidentes naturais.

Um ponto a ser observado é que a arte ancestral pode não ter sido preservada devido à utilização de materiais orgânicos, não duráveis, como argila e madeira, ao contrário de algumas "mídias" duráveis como no caso das pinturas em cavernas. É também possível que as obras de arte ainda aguardem para serem descobertas em registros arqueológicos de tempos muitos remotos. O que se tem relatado até o momento (CLOTTE, 2002) é que em Israel, em uma camada sedimentar cuja data é anterior a 235.000 anos, foi descoberta uma pedra em forma de silhueta feminina com pequenos traços acentuando a cabeça. Em Bilzingsleben, na Turíngia, local de provável ocupação do *Homo Erectus* entre 220.000 e 350.000 a.C, foi encontrado o fragmento de um comprido osso de elefante com traços gravados e incisões em série. Em Singi Talat, no Rajasthan (Índia), em um local datado de 150.000 a 200.000 anos, foram extraídos seis cristais de uma rocha não encontrável nesta região e que foram, portanto, importados, como que para uma pequena coleção. Entre outras escavações arqueológicas foram descobertas a utilização de ocre há alguns milhares de anos.

A questão da antropia condiciona que os vestígios datados acima de 230.000 anos não são passíveis de serem confirmados como provenientes de uma intenção simbólica. Devido à dificuldade de rigor metodológico, a passagem à criação estética tem sido reconhecida somente a partir do homem anatomicamente moderno (100 a 200 mil anos), e mais especificamente a partir do homem comportamentalmente moderno, cujo surgimento é datado ainda mais tardiamente (45 a 80 mil anos).

Já no Paleolítico Médio, por volta de 120 mil anos atrás, um dos primeiros indícios de arte é reconhecido em sítios de cavernas, por meio de quantidades significativas de ocre vermelho em forma de pó, lápis de cera e placas riscadas. Novamente, o fato de nenhuma representação ser encontrada

anteriormente pode apenas refletir a má conservação de obras possivelmente produzidas a partir de materiais orgânicos. Objetos em madeira, pele, argila e outros materiais perecíveis desapareceram, assim como os cantos, as danças, e os relatos míticos.

Há pouco mais de 30 mil anos, pelo menos 70 mil anos após o aparecimento dos seres humanos anatomicamente modernos, passam a haver indícios de pinturas rupestres reconhecidamente técnicas e emotivas. O surgimento destas alterações no registro arqueológico é um dos fatores que demarcam o início do Paleolítico Superior.

Uma das manifestações explicitamente artísticas do *homo* moderno foi encontrada em Jura Suábio, uma série de estatuetas em forma de humanos e de animais, talhadas em marfim mamute, datando 30 a 35.000 anos. Na África, foram descobertas plaquetas pintadas de 27.000 anos e na Austrália, gravuras de até 40.000. As evidências dos afrescos e registros nas grutas de Lascaux, Chauvet e Cosquer, desde 30.000 a 35.000 mil anos, apontam que já eram dominadas técnicas artísticas como contornos, relevos e tridimensionalidade. Pigmentos eram produzidos pela combinação de minérios, sendo bióxido de ferro e argila para os ocre, bióxido de manganês ou carvão para os negros e óxidos de ferro para os vermelhos. Considerando que foram conservados apenas objetos de pedra, marfim, ossos e desenhos sobre parietais, hoje se pode afirmar que a partir de 35.000 anos os seres humanos começaram a utilizar materiais não perecíveis.

Com esses dados, o consenso entre os especialistas é o de que entre 45 e 80 mil anos ocorreu o evento conhecido como 'A Explosão Criativa do Paleolítico Superior' (MITHEN, 2002, NEVES, 2006). Os registros fósseis indicam que neste período passaram a ser abundantes na moderna mente humana a criatividade e a significação. As ferramentas passam a ser adornadas, deixando de atender somente às necessidades funcionais, surgem esculturas, pinturas parietais passam a ser abundantes e surgem pingentes e dentes de animais perfurados como utensílios de ornamento pessoal.

Entre outros comportamentos e habilidades surgidas neste período está o aumento do kit ferramenteiro especializado a fim de alteração do ambiente em seu favor, o qual passou de cerca de 20 instrumentos para

aproximadamente 75 (NEVES, 2006). Entre os hominídeos anteriores ao *Homo sapiens* não são encontrados vestígios da utilização de osso, dente ou chifre como matéria-prima para a fabricação de artefatos, nem mesmo de marcas de estilo pessoal ou grupal nas ferramentas de pedra que fabricaram. Os neandertais não produziram ferramentas especializadas em número maior que vinte e jamais enterraram seus mortos de forma ritual.

Embora os neandertais estivessem presentes na Europa, a continuidade de tais comportamentos e produções pelos próximos 10.000 e 20.000 anos só poderiam ser creditados aos humanos modernos, tendo em conta que neste período os neandertais já haviam se extinguido. Além disto, entre 35.000 e 10.000 anos atrás, a semelhança das técnicas e das representações sugere este período de 25.000 anos como delimitador de uma mesma tradição. Uma das possibilidades é que a arte se manteve ao longo do tempo graças a um sistema estruturado e bastante eficiente de transmissão de conhecimentos, com ritos, mitos, e representações de mundo (CLOTTE, 2002).

Portanto, não só a ficcionalidade, mas, também, as outras artes possivelmente tenham surgido em função de uma imaginação mais sofisticada. Sobre essa forma de imaginação, capaz de transcender os limites espaciais e temporais do aqui/agora, estrutura e eficiente para transmitir tais narrativas rituais, mitológicas e/ou representativas, persiste, todavia, a seguinte questão: os guias genéticos que as viabilizaram são apenas subprodutos-epifenômenos de fenômenos evolutivos, ou são adaptações que diretamente melhoraram a sobrevivência e reprodução? E se é uma adaptação, quais exatamente teriam sido as vantagens da funcionalidade adaptativa para qual esta capacidade evoluiu? Como ela teria contribuído para propagação genética? A resposta continua a enigmática, havendo ao menos duas respostas aceitáveis à perspectiva evolucionária (TOOBY e COSMIDES, 2001):

a) O envolvimento humano na experiência ficcional, bem como em outras atividades estéticas, são um subproduto accidental e sem função susceptível de ser compreendida como uma adaptação. Por esta hipótese, as artes permeiam a humanidade de forma semelhante a uma doença ou algum vício em drogas, não sendo um comportamento cujos humanos foram projetados, mas algo a que estão vulneráveis; b) O envolvimento humano na experiência ficcional e

demais atividades estéticas é um produto funcional, portanto, adaptativo. Assim, o envolvimento na experiência estética, tanto ficcional quanto em outras atividades, deve ter contribuído para a sobrevivência e reprodução de nossos ancestrais caçadores-coletores, embora nós hoje não possamos saber como.

3.2 As hipóteses da Psicologia Evolucionista

A psicologia evolucionista é atualmente a disciplina dedicada às explicações dos universais humanos em termos adaptativos. Conforme difundido consensualmente por seus pesquisadores, a psicologia evolucionista parte da premissa de que a psicologia humana pode ser melhor compreendida à luz do conceito chave da teoria evolutiva, a seleção natural. Por intermédio da aproximação dos modernos conceitos da ciência cognitiva e da biologia evolutiva, a psicologia evolucionista se concentra em estudar o comportamento humano como produto de mecanismos psicológicos evoluídos. Portanto, cabe ao psicólogo evolucionista identificar os possíveis comportamentos enquadráveis em características universais da espécie humana, propor os 'domínios específicos' para tais comportamentos e sua funcionalidade adaptativa, a fim de se compreender quais vantagens esses domínios resultaram para a perpetuação da espécie.

3.2.1 A hipótese do *cheesecake* cognitivo: a arte como subproduto evolutivo

Ao questionar sobre como poderíamos compreender a psicologia das artes sob uma perspectiva da mente como um computador neural naturalmente selecionado, o psicólogo Steven Pinker (1997) propôs uma das mais repercutidas e polêmicas explicações para o comportamento artístico. Após apresentar um panorama unificador das ciências cognitivas aos novos fundamentos da psicologia evolucionista, Pinker hasteou a bandeira do neodarwinismo, afirmando que uma característica adaptativamente bem-

sucedida é um mecanismo que produz efeitos que teriam aumentado o número de cópias dos genes construtores desse mecanismo. A partir desta premissa, o autor explanou várias características humanas ainda obscuras em termos de consenso científico, entre elas a arte.

Segundo Pinker, muitos escritores afirmaram que a "função" das artes é unir a comunidade, ajudar-nos a ver o mundo de novas maneiras, proporcionarem um senso de harmonia com o cosmo, permitir-nos vivenciar o sublime, etc. Todas essas afirmações consistiriam em verdades parciais, porém nenhuma condizendo ao sentido adaptativo no sentido técnico. O autor chega a admitir que alguns aspectos das artes têm realmente funções nesse sentido, mas a maioria não. Considerar, então, as artes como produtos adaptativos seria uma postura tão precipitada quanto considerar a linguagem como um acidente evolutivo. Isto porque a linguagem possui características de design universal, complexo, de desenvolvimento confiável, bem projetado e promotor da evolução, enquanto inventar funções adaptativas para atividades desprovidas desse design, como as artes, seria apenas um esforço para enobrecê-las.

A hipótese de Pinker é a de que as artes não são resultado de evolução adaptativa no sentido estrito do termo, tendo surgido como um subproduto dos sistemas motivacionais que nos dão prazer, algo como um sistema que correlaciona algumas experiências sensoriais aos sistemas adaptativos de fato, como as necessidades de segurança, sexo, estima, informação, ambientes ricos e do *know-how* tecnológico. Essas supostas correlações criariam doses concentradas de prazer para a experiência humana, o que caracterizaria as artes como alguma tecnologia de estímulo mental para provocar prazer, ao invés de serem funcionais no sentido técnico de um mecanismo que produz efeitos para o aumento de cópia dos genes.

A relação dos seres humanos com as artes seria equivalente a um rato com acesso a uma alavanca que envia impulsos elétricos a um eletrodo implantado em seu cérebro para causar prazer. O rato aciona a alavanca freneticamente até cair de exaustão, deixando de lado oportunidades de comer, beber e ter relações sexuais. A diferença entre o rato e as pessoas estaria no fato de que as pessoas não se submetem a uma neurocirurgia para atingir seus

centros de prazer, mas descobriram modos de estimulá-los por outros meios, como as drogas recreativas, que penetram nas junções químicas dos circuitos de prazer.

O argumento de Pinker é expresso em sua metáfora sobre o *cheesecake* cognitivo:

gostamos de cheesecake de morango não porque nosso gosto por esta sobremesa seja um resultado evolutivo, mas, porque, evoluíram circuitos que nos fornecem doses de prazer através do sabor adocicado da fruta madura, da sensação cremosa das gorduras e óleos de nozes e carne e do frescor da água doce. Assim, ingerir uma fatia de cheesecake é uma forma de ativar megadoses de estímulos prazerosos, ou seja, uma invenção com a finalidade última de acionar nossos “botões” de prazer (PINKER, 1997, p.550).

Outra forma semelhante deste tipo de tecnologia de prazer seria a pornografia, um modo de acesso às experiências sexuais por um meio indireto. Ou seja, a arte, separada de todo o valor prático em relação à sobrevivência e à reprodução, seria equivalente ao prazer derivado da masturbação.

O que ocorre então é que as faculdades intelectuais aprenderam a identificar os padrões fornecedores de prazer, permitindo ao cérebro estimular-se sem os inconvenientes de eletrodos ou drogas. Outro modo como a mente pode produzir atividades sem funções biológicas emerge da capacidade da mente em raciocinar sobre como funcionam objetos, artefatos, seres vivos, animais e outras mentes humanas.

Sobre a ficcionalidade, especificamente, Pinker afirmou que a questão "por que as pessoas apreciam a ficção?" é idêntica à questão "por que as pessoas apreciam a vida?". Ao nos dedicarmos a uma narrativa ficcional, é possível desfrutar de paisagens, pessoas, objetivos, etc. O problema é explicar o consumo de histórias sem final feliz, isto é, afinal, por que consumimos simulações de vida que nos deixam tristes?

Uma possível resposta pode ser dada por questões das demandas sociais, observando virtualmente pessoas comuns em seu cotidiano, através da "bisbilhotice". O contexto social em que a mente evoluiu era de pequenos grupos, em quais todos se conheciam, por isso a bisbilhotice era útil.

Atualmente, ao explorarmos a vida particular de personagens fictícios, estaríamos nos aplicando a observações do tipo: quem é confiável, mentiroso, ciumento, etc., fatores que representam vantagens estratégicas nas relações sociais.

Mencionando a finalidade literária como a de "deleitar e instruir", Pinker supôs ser útil distinguir o deleite (talvez produto de uma tecnologia inútil para apertar nossos botões de prazer) da instrução (talvez produto de uma adaptação cognitiva). Sobre o deleite, a tecnologia da ficção produz simulações de vida passíveis de consumo desde o conforto das cavernas até o sofá de casa, ou das poltronas dos teatros. As narrativas podem suscitar imagens mentais, tais quais registradas do mundo pelo cérebro. Ao contrário, elas também podem violar as suposições de nosso aparelho perceptivo com ilusões.

Já sobre a instrução, é comum das narrativas apresentarem um personagem fictício numa situação hipotética, porém em mundos em que outros aspectos são reais, nos quais valem os fatos e as leis ordinárias do mundo real, permitindo ao leitor explorar as eventuais consequências das tramas e tomadas de decisão. Somente em temáticas em que o objetivo é o da quebra da trama lógica e realista, como nas narrativas *non-sense*, é que qualquer evento ou comportamento estranho poderiam acontecer. Assim, estabelecido o mundo fictício e apresentado o objetivo do protagonista, caberia ao leitor observar e registrar mentalmente os resultados das estratégias e táticas empregadas, visto que os personagens ficcionais se apropriam das mesmas formas de inteligência que utilizamos no mundo real.

Deste modo, as narrativas da ficção fornecem um catálogo mental das eventuais situações que se podem apresentar e possíveis estratégias para a resolução destas situações. A conclusão de Pinker é que o clichê de que a vida imita a arte é verdadeiro porque a função de alguns tipos de arte é ser imitada pela vida.

3.2.2 O contra-argumento adaptativo

John Tooby e Leda Cosmides (2001) consideraram poderoso o argumento de Pinker e admitiram que por muitos anos a ideia de subproduto foi bem aceita como a hipótese forte, permanecendo ainda como a hipótese padrão da psicologia evolucionista, tendo em conta a lógica das evidências a favor dela. Porém, ao observarem como essa noção deixa algumas questões da ficcionalidade inexplicáveis, os autores a consideraram improvável, dado que a mente humana é permeada por uma camada de adaptações selecionada para envolver os seres humanos em experiências estéticas e mundos imaginários, mesmo que essas atividades pareçam ser superficialmente não-funcionais e até mesmo extravagantes.

Os autores defenderam que a explicação de subproduto é inadequada por considerarem uma expectativa simples sobre a mente humana derivados de análises evolutivas: a mente é bem-sucedida em ações dependentes do acesso a informações precisas sobre o mundo. Portanto, os organismos devem possuir alguma tendência à obtenção de informações realísticas, sendo que a distinção entre informações verdadeiras e falsas deve ser importante na determinação de conteúdos relevantes ou não e se são absorvidas ou desconsideradas.

Tooby e Cosmides consideram que a evolução adaptativa da ficcionalidade está relacionada à constante necessidade em se lidar com problemas como suposição e raciocínio contrafactual, colaborando para a avaliação de premissas e proposições verdadeiras. Todavia, isso se torna um dilema, uma vez que a maioria das pessoas prefere ler romances ao invés de livros didáticos, e preferem filmes ficcionais ao invés de documentários. Então, como explicar o contínuo interesse das pessoas em comunicações explicitamente demarcadas como falsas?

A possível resposta estaria na característica básica da construção de um sistema de recompensa que permite a utilização de informação para apreciação da verdade, mas sem uma variedade de circunstâncias. Tais experiências permitem ponderações sobre fatores como o medo, por exemplo,

de feras ou do escuro, sendo que essas ponderações acarretam em eventuais comportamentos reais, ausente do evento ficcional.

Este modo de operação mental parece sugerir um design funcional, como que especializações cognitivas para participar de mundos imaginários, implicando que houve algum benefício por meio da capacidade de entretenimento ficcional. Se esta hipótese é verdadeira, torna-se importante identificar a função ou funções (as consequências adaptativas) dessas adaptações, ou seja, a causa de ela ter sido selecionada entre nossos ancestrais.

Então, semelhantemente ao que questionou John Searle em sua explanação lógica, a mesma questão é cabível sob uma perspectiva evolucionária: como poderia ser verdade, remetendo a uma frase de Pablo Picasso, que "a arte é uma mentira que nos faz ver a verdade?" que tipo de verdade a arte transmite e por que, paradoxalmente, esse tipo de verdade precisa ser transmitido em uma matriz de proposições falsas? Por que os humanos evoluíram orientados a reações estéticas?

Possivelmente, as motivações estéticas seriam constitutivas de uma orientação necessária aos sistemas de desenvolvimento adaptativo. As motivações para detectar, procurar e experimentar alguns aspectos do mundo advém de características de design que ajudam na organização adaptativa. Termos como 'beleza, fascínio e horror' seriam aspectos de uma psicologia evoluída para a estética. Os humanos estariam propensos a encontrar beleza por sua capacidade informativa a respeito de cenários evolutivos vantajosos, em quais se incluíam membros do sexo oposto, animais ameaçadores ou de potencial alimentar e jogos de exibição de habilidades complexas.

Com o desenvolvimento de adaptações cognitivas que viabilizavam a manipulação de informações verdadeiras apenas em um nível latente, ao invés de formas estáveis, abriu-se um novo e muito mais amplo universo de informações potencialmente representáveis para sistemas de uso. Este novo universo pode ter propiciado um sistema comportamental imensamente mais vantajoso em relação a outras espécies.

Esse avanço teria exigido que para que as informações viessem a se tornar úteis, elas deveriam ser combinadas e processadas através de

inferências. Do contrário, a proliferação de informações falsas transformaria conjuntos coerentes de representações em emaranhados de representações não confiáveis, obsoletos e descontextualizados. Consequentemente, devido às características dos *inputs* informativos, o sucesso adaptativo dos humanos passou a depender de estratégias computacionais que operam continuamente por meio de monitoramento e atualização de representações relevantes.

Conforme Tooby e Cosmides, o preço que os seres humanos pagaram por este novo conhecimento foi a perda do realismo ingênuo, permanente em outras espécies, passando a necessidade constante de calcular quando aderir a sistemas de crenças para depositar neles sua confiança. Como resultado, os seres humanos vivem como que dentro de grandes bibliotecas de representações que não são simplesmente armazenadas como informações verdadeiras, mas que podem ser verdadeiras, que foram verdadeiras, que parecem ser verdadeiras, que outros acreditam ser verdadeiras, que desejamos ser verdadeiras, que fingimos ser verdadeiras, etc.

A mente humana então tem de estar habilitada a resolver problemas por meio de suposições e raciocínio contrafactual, sendo que as inferências podem ser rigorosamente aplicadas a proposições e possíveis resultados avaliados, sem necessariamente se correr o risco de as premissas ou de as inferências serem armazenadas como estritamente verdadeiras. Isto constituiria uma vantagem evidente, tendo em vista os catastróficos resultados de uma mente que não viabilizasse a distinção entre o que realmente pode ser verdade e aquilo que os outros acreditam ser verdade.

Portanto, a operação mental procede de modo a armazenar informações cujo valor de verdade está suspenso, mas potencialmente aptas ao aproveitamento inferencial, podendo ser manipulada em diferentes realidades para dirigir o comportamento em diferentes contextos. Isto poderia explicar a predileção humana em receber as informações em forma de histórias. Os livros didáticos, por exemplo, estão cheios de informações verdadeiras, mas, em sua maioria, não possuem uma estrutura narrativa, o que os condiciona a quase nunca serem lidos por motivações de prazer.

Este dado parece ser um indicativo de que as pessoas são guiadas mais facilmente a um processamento de informação estruturado em eventos

temporalmente sequenciados, protagonizado por um agente que afeta e é afetado por fenômenos causais, como forma de uma busca de propósitos inteligíveis.

Os autores encerram sua argumentação com uma menção ao trabalho de Sperber (1996), argumentando que a capacidade de compartilhar e de lembrar algumas experiências permite que ela seja re-executada, sendo sucessivamente aperfeiçoada. Isto permitiria a constante reformulação das narrativas, permitindo aos artistas e ao grande público que dediquem esforços para o aproveitamento de seus melhores exemplares. Estas obras acabam se tornando convincentes na medida em que são experimentalmente elaboradas e testadas socialmente através de longas sequências de melhorias, mas ainda assim guiadas por uma base psicológica evoluída para a experiência estética.

3.2.3 O adaptacionismo cultural de Ellen Dissanayake: um “fazer especial”.

De forma semelhante a Tooby e Cosmides, Ellen Dissanayake (2008) enumerou uma sequência de argumentos para refutar a hipótese de Pinker, sugerindo que uma motivação humana elementar é a necessidade de criar ordem cognitiva e que, portanto, as narrativas ficcionais podem ser auxiliares na realização de operações especiais, atribuindo significados aos objetos e lhes acrescentando saliência emocional.

Dissanayake elaborou sua argumentação distinguindo dois problemas para se considerar a arte como uma adaptação da natureza humana: a) o primeiro problema diz respeito a uma preocupação comum sobre o que é arte, afinal?; b) o segundo problema é voltado aos psicólogos evolucionistas, interessados em quais caracteres são voltados a fins de sobrevivência e reprodução: qual é a função adaptativa da arte? Como acima visto nos trabalhos de Steven Pinker e de John Tooby e Leda Cosmides.

Conforme Dissanayake, a capacidade de fazer uma arma ou canoa parece presumivelmente benéfica, ao passo que contribui com o bem estar pessoal, enquanto cantar, dançar, batucar ou se ornamentar parece exigir

níveis de atividades altamente energéticas e com benefícios não imediatamente aparentes.

No entanto, Dissanayake argumentou que algumas observações sugerem o contrário: a) as artes são *cross-cultural*, observadas em todas as sociedades conhecidas independentemente de seu grau ou desenvolvimento tecnológico ou econômico; b) seus traços são evidentes em nossos ancestrais há no mínimo 100.000 anos, como o uso de ocre vermelho; c) seus princípios são facilmente detectáveis e promovem comportamento nos jovens, crianças e bebês, sendo que crianças espontaneamente passam à produção de narrativas, rimas, músicas e decorações no corpo; d) são atratores, tal como as demais adaptações, como acasalamento, repouso, sociabilidade e ambientes quentes e seguros; e) ocorrem em circunstâncias adequadamente importantes à vida, como em ritos cerimoniais; f) são caros: requerem tempo, esforço físico e psicológico e recursos materiais em mesmo nível de outras necessidades biológicas, como sexo, alimentação, socialização e aceitação social e busca de informações úteis. Sobretudo, especialmente em sociedades de pequena escala e de subsistência, a arte consome muito além dos recursos esperados para atividades sem importância.

Remetendo ao trabalho de Cosmides e Tooby (1992) para esclarecer que as adaptações evolutivas são caracterizadas por economia, precisão, complexidade, eficiência, especialização, confiabilidade e efeito, a autora expôs que o conceito de função adaptativa não precisa ser inflexível. A ideia adaptacionista pode compreender comportamentos como predisposições evoluídas passíveis de serem expressas em uma variedade de cultura e eventos individuais. Todo ser humano nasce com um preparo ímpar para adquirir cultura. Os bebês nascem predispostos à interação social, ao aprendizado linguístico, à imitação, ao desejo, a aceitar crenças e a jogar. Assim, comportamentos na tese adaptativa são envolvimento predispostos ao meio por qual todo humano torna-se aculturado nos caminhos do grupo em que nasceu.

A partir disto, entre as principais explicações para a arte conforme uma perspectiva evolucionária poderiam se destacar:

- a) Melhorar a cognição: as artes contribuem para a resolução de problemas e na tomada de decisão. A função da arte é representar a constante, duradoura, essencial e permanente característica dos objetos, superfícies, faces, situações e nos permitem adquirir um conhecimento mais profundo. O apetite humano por ficção seria para apresentar às crianças sistemas de simulação de situações de risco, que servirão para a tomada de decisão da criança em direção à segurança;
- b) Propaganda: as artes são usadas para manipular, enganar, doutrinar e controlar pessoas. Na medida em que a arte é dada pela emoção de dirigir a atenção para a mensagem ela pode subverter um benefício ao artista;
- c) Manifestação sexual: as artes promovem oportunidades de acasalamento, devido à ostensão de qualidades desejáveis, como beleza física, inteligência, criatividade, prestígio, que denotam aptidão. A arte humana faz alusões às caudas e plumagens coloridas de animais ou o canto de alguns pássaros;
- d) Reforçar a sociabilidade: as artes reforçam a cooperação e a coesão social, importantes atributos psicossociais, além de aumentar o impacto dos rituais, o que reforça o poder da religião como ferramenta de coesão grupal.

Admitindo a plausibilidade de todas as hipóteses em demonstrar contribuições para a sobrevivência ou sucesso reprodutivo, Dissanayake as considerou em sua maior parte inadequadas para o entendimento da arte como fenômeno adaptativo, argumentando que estas propostas são conceitualmente vagas, ao utilizarem a palavra arte como sinônima de estética, sendo algumas artes inclusive portadoras de características consideradas feias.

A proposta de Dissanayake consiste na noção de um 'fazer especial' (sinônimo de artefato), definido por ela como um comportamento ancestral da atividade que deu origem a caracterização do conjunto das artes. O 'Fazer especial' é, então, a realização de operações especiais, que ajudam a criar ordem cognitiva, dando significado aos objetos, acrescentando-lhes saliência emocional. O custo, como estímulos sensoriais ou preferências individuais são ingredientes das artes que são usados para fazer algo especial.

Para a autora, ao invés de perguntar por que as pessoas criam ficção, fazem música, pintam paisagens, uma pergunta para meditar é porque nossos

ancestrais começaram e nós intencionalmente continuamos a manifestar feitos especiais ou extraordinários. Outras espécies exibem seus encantos para companheiros em potencial e fazem escolhas de acordo com o cérebro com bases perceptuais e cognitivas e com imitações de outras espécies eles enganam predadores e rivais. Todavia, somente os humanos têm a proposital e deliberada necessidade de fazer com que materiais, lugares, movimentos físicos, sons vocais, palavras, histórias e ideias se tornem especiais.

A hipótese de Dissanayake se fundamenta em três argumentos: origem, motivação e manifestação. A 'origem' se dá pela estética e pela predisposição a realização de operações especiais, partindo de que experiências com bebês demonstram preferência por vozes agudas e suaves, como indicativos de cuidado; a 'motivação' se dá pela incerteza, investimento emocional e de enfrentamento, visto que seres humanos mais que outros animais usam a inteligência, ao invés do instinto pra resolver problemas e lidar com a incerteza; a 'manifestação' ocorre como evento de invenção de funções cerimoniais ou rituais, constituídas de artes como o canto, a dança e a poética, imbuídos de fazeres especial.

Este seria o modo com as artes conseguem atrair a atenção, manter o interesse, coordenar o esforço do grupo e fornecer excitação emocional e satisfação. Dois fatos importantes favoráveis ao surgimento das artes na evolução humana seriam, primeiramente, o de os humanos compartilham uma natureza comum, e, em segundo, a mente e os comportamentos e artefatos serem produtos de base biológica, resultados eletroquímicos da estrutura anatômica do cérebro, que evoluiu como outras partes do corpo para ajudar indivíduos a sobreviverem e se reproduzirem. Como as artes são parte da cultura e o fazer especial parte da biologia, o conceito de fazer especial seria congruente com uma série de estudos contemporâneos, além de ser ordenado para o estudo do comportamento humano universal.

3.3 Abordagens Bioculturalistas

As abordagens bioculturais frequentemente se contrapõem à psicologia evolucionista estrita, por considerarem que uma das grandes adaptações biológicas da espécie humana é a capacidade à cultura. Desse modo, não somente as adaptações evolutivas de natureza filogenéticas são responsáveis por comportamentos trans-culturais, mas também a operação mútua entre a biologia e a capacidade à cultura, resultando em produtos que passam a integrar o comportamento humano. Embora existam acirrados debates e contradições entre os especialistas de ambas as vertentes, os pesquisadores bioculturalistas não estão necessariamente comprometidos com a negação dos conceitos da psicologia evolucionista, antes, supõem um elemento a mais em suas respostas, isto é, a cultura, sendo ela também vista de uma perspectiva evolucionária.

3.3.1 A arqueologia cognitiva de Steven Mithen

Em seu panorama sobre a pré-história da mente, Steven Mithen (1996) apresentou a hipótese das origens da arte, da religião e da ciência sob um viés oposto à concepção estreita da psicologia evolucionista. Mithen sugeriu a hipótese de que 'Revolução Criativa' foi gerada por uma transformação cognitiva genética, uma mutação envolvendo a linguagem, que deu aos seres humanos uma vasta flexibilidade de representações simbólicas. Após relatar as possíveis alterações no padrão cerebral, mental e cognitivo, sob uma lógica sequencial da arqueologia, Mithen cunhou o termo 'fluidez cognitiva', com qual conceituou o poder de unir imagens e ideias em diversos domínios cognitivos especializados.

Em trabalho posterior (MITHEN, 2001), o autor considerou que uma adaptação não se limita em termos funcionais. Por exemplo, nossos dedos evoluíram para a manipulação de objetos, como apanhar frutas, mas, atualmente, os usamos para a digitação em computadores. Semelhantemente,

a imaginação pode ser utilizada para fins aos quais não evoluiu, e isto consistiria em uma característica exaptativa.

O termo 'exaptação' é atribuído à parceria do paleontólogo Stephen Jay Gould com a paleoantropóloga Elizabeth Vrba (1982). O trabalho introduziu o conceito de exaptação como uma adaptação biológica não evoluída diretamente pelas pressões seletivas relacionadas à funcionalidade atual da adaptação em questão. Um exemplo é o de que as penas teriam inicialmente surgido entre os animais com a função de isolamento térmico. Posteriormente, as penas foram modificadas e adquiriram uma função secundária, passando a ser funcionais entre algumas aves especialmente para o voo. Em resumo, quando uma característica é selecionada para um determinado efeito, mas, acaba sendo adaptada para outro efeito, o processo é compreendido como uma exaptação.

Baseado nisso, Mithen formulou diferentes níveis de imaginação, sendo a mais básica delas a tomada de decisão, prevendo cursos alternativos de ação. Por essa resposta, a imaginação teria sido um benefício considerável para a reprodução dos antepassados humanos, uma adaptação de mecanismos que evoluíram para encontrar respostas às perguntas colocadas diante de nossas mentes, buscando respostas criadas a partir de alternativas possíveis em mundos futuros dentro de nossas cabeças. Esse tipo de imaginação aparece como um pré-requisito para qualquer ser vivo complexo que deve se adaptar rapidamente às alterações de comportamento no mundo, avaliando os custos e os benefícios dos diferentes cursos de ações.

Uma segunda forma de imaginação já seria muito diferente e, conforme o autor, ela parece ser incompatível com uma perspectiva evolutiva sobre a mente humana. Essa é a imaginação sobre mundos que só podemos habitar em nossas mentes, mundos em que as leis da natureza são regularmente quebradas ou simplesmente não existem. Como exemplos, temos os mundos mitológicos, as hipóteses científicas e os mundos sobrenaturais. Esses mundos imaginários, responsáveis por uma grande quantidade de literatura e arte, são intrigantes de uma perspectiva evolutiva pelo raciocínio a seguir:

A psicologia evolutiva fornece argumentos persuasivos de que nossas mentes possuem muitas das "regras da natureza" embutidas pela seleção

natural em discretos e ricos módulos mentais. Entre tais regras estariam coisas básicas como a lei da gravidade, cujas regras se demonstrariam inflexíveis por um esquema lógico de que não faz sentido gastar tempo aprendendo a gravitação e se arriscar a lesões fatais. Admitindo que essas regras pré-programadas no cérebro constituem uma vantagem, os psicólogos evolucionistas têm levantado evidências substanciais para demonstrar que isso é procedente. Mas uma questão crítica é a de que se eles estão corretos, como é que os seres humanos são capazes de imaginar mundos em que tais regras não existem?

Aparentemente, os humanos não só teriam essa capacidade, como se deleitam com ela: os mundos imaginários são de fácil acesso, como visto na atração de crianças com pouca experiência por desenhos animados e histórias em que as regras naturais são quebradas; além da simpatia que as crianças mantêm com personagens como se eles realmente existissem, mesmo quando se tratando de animais que falam ou de humanos com super poderes.

Mithen lança, então, o questionamento de que se os psicólogos estão corretos, e as regras da natureza realmente foram programadas na mente pela evolução, como poderiam tais normas ser esquecidas e ignoradas tão facilmente e com tanta frequência? Esse tipo de imaginação, que cria mundos mentais em que as regras sociais e da natureza não se aplicam, seria de difícil explicação a partir de uma perspectiva evolutiva. Afinal, como mentes supostamente pré-programadas com as regras da natureza podem tão facilmente ignorá-las? Por que imaginamos o que se passa em outras mentes? Por que a narrativa é uma característica tão difundida entre os humanos?

Para Mithen, tornou-se evidente que ter uma teoria da mente é provavelmente essencial para a complexidade social e provavelmente um pré-requisito para a evolução da linguagem. O autor enumerou três aspectos do comportamento dos primeiros seres humanos que sugerem uma imaginação mais rica como fator evolutivo:

- a) Imaginação e Artefatos – uma das características dos antepassados humanos é o machado de mão, um nódulo frequentemente oval ou em forma de pêra. Muitos machados de mão são encontrados na África,

Ásia e Europa, remontando a mais de um milhão de anos, e considerado o artefato mais enigmático da pré-história;

- b) Imaginação e Caça Planejada – a caça provavelmente tenha sido um empreendimento cooperativo, com a exigência de cautela e planejamento entre os caçadores. Diante da ausência de linguagem falada, gestos e expressões faciais podem ter sido um ponto crítico para a comunicação. Para tal comunicação, cada mente teria de imaginar o cenário de uma ação cooperativa e seu papel específico dentro dele. Assim, alguma narrativa teria de ser imaginada pelos caçadores, como os movimentos dos animais e uma forma de atingi-los;
- c) Domínio Específico de inteligência e imaginação - a fabricação do machado de mão, da caça, e da colonização parece ter exigido uma substancial imaginação precoce, especialmente na ausência de habilidades linguísticas. Durante esse período da evolução humana, indivíduos com poderes de imaginação reforçada podem ter tido alguma vantagem seletiva, especialmente no que diz respeito a cenários futuros de comportamento.

Mithen argumenta que, entre 500.000 e 200.000 anos atrás, houve um aumento substancial no tamanho do cérebro, parecendo afetar duas linhagens distintas: na África aos humanos anatomicamente modernos, por volta de 130.000 anos atrás; e na Europa, aos neandertais. Inicialmente, os estudos de DNA sugerem que essas duas linhagens divergiram entre 600.000 e 500.000 anos atrás, sendo que por volta de 200.000 anos o tamanho do cérebro já havia alcançado a forma hoje encontrada nos humanos. Possivelmente, esse período de rápida expansão no tamanho do cérebro tenha sido em função da co-evolução de uma habilidade linguística mais sofisticada e da capacidade para a teoria da mente.

A linguagem poderia ter influenciado a imaginação como por migrações de ideias através da língua, permitindo a construção comunitária de ideias sofisticadas e progressivas, do tipo: João teve uma experiência e agora pode torná-la disponível à mente de Maria, que não mais precisa passar pela experiência para compreendê-la. Com o cruzamento destas informações, a

proliferação cultural tornou capaz de viabilizar caminhos nos quais os indivíduos jamais poderiam penetrar.

A resposta a como os seres humanos modernos se tornaram capazes de se engajar nesse novo tipo de imaginação pode estar atrelada ao uso externo que o pensamento humano suporta. Os objetos artísticos criados por volta de 50.000 anos atrás podem não ser apenas produtos de um novo modo de pensamento, mas também a sua fonte. Conforme Mithen, os humanos modernos aprenderam a criar outra casa para suas ideias, um mundo físico em forma de entalhe e pintura. Essas imagens acabaram por agir como uma âncora cognitiva para os conceitos que surgiam e agora eram passíveis de serem mentalmente recuperados, manipulados e compartilhados.

Assim, a cultura material passou a ser visualizada tanto com uma causa quanto como um produto: uma troca positiva mútua que transformou a mente, o comportamento e a cultura dentro de um curto período de tempo. A cultura material agiu de modo semelhante à linguagem em termos de criação de redes mentais, aumentando exponencialmente o leque de espaços conceituais disponíveis para a exploração e a maneira por qual algo pode ser realizado.

A linguagem seria um veículo eficaz para a migração de ideias entre mentes, mas, por ser uma mídia não durável, seria restrita. Por exemplo, a ausência de um ouvinte acarretaria a perda do enunciado ou de sua permanência na mente do falante. Ao contrário, ideias codificadas em mídias duráveis se tornavam parte do mundo, podendo ser comunicadas através do tempo. Como tal, a cultura material se tornou um meio das mentes serem estendidas para fora do corpo, conectando indivíduos que jamais se encontraram ou mesmo sabem da existência um do outro.

A este respeito, três aspectos da cultura material devem ser considerados: como um meio de armazenamento de informação, como um meio para ancorar ideias que não têm base evolutiva dentro da mente, e como um meio de constantes reinterpretações das ideias que codificam:

a) Cultura Material como memória não-biológica - grande parte da arte do Paleolítico Superior pode ter funcionado para armazenar informações, como calendários lunares, conhecimento sobre o mundo natural e armazenamento

de conhecimentos para gerações futuras. Assim, a arte do Alto Paleolítico funcionaria como que para reduzir a carga computacional das mentes individuais, ampliando as possibilidades de armazenamento de informação, e permitindo que informações e ideias migrassem entre diferentes indivíduos.

b) Cultura material como uma âncora cognitiva – permitiria novos espaços conceituais de existência transitória na mente biológica. Uma das características mais intrigantes da mente moderna é a forma como ela se envolve em atividades sem nenhum valor adaptativo ou mal-adaptativas, como nos exemplos clássicos da religião e da matemática pura. Embora a religião possa ser funcional para a coesão grupal e a partilha de crenças, bem como a matemática para a criação de valores e números complexos, ambas ainda não foram esclarecidas sob a ótica evolutiva. A comunicação de ideias sobre as relações sociais, ferramentas ou forrageamento demonstra transmissão relativamente fácil, dada a base profundamente evolutiva na mente. Em oposição, conceitos criados, como a religião e a matemática, demonstram uma transmissão muito mais difícil, devido à ausência de uma base evolutiva na mente. A cultura material teria sido funcional como uma âncora cognitiva levando à fixação dessas ideias não adaptadas à mente biológica.

c) A multivalência da cultura material - A terceira característica crítica da cultura material é sua diferença em relação à linguagem, podendo ser uma fonte mais poderosa para a fidelidade de transmissão de informações advindas do pensamento criativo. Quando se recebe um enunciado de outra pessoa, é necessário interpretar essa expressão para compreender seu significado. Se o enunciado não é claro e o receptor ainda está presente, podem-se pedir esclarecimentos, do contrário, o que resta é a má interpretação do enunciado. Já a cultura material constituiu uma mente sem corpo, de qual se podia constantemente recuperar informações outrora efêmeras.

Deste modo, objetos materiais, ferramentas complexas, estruturas sociais, performances ritualísticas e as narrativas constituiriam produtos ou representações de nossos pensamentos, desempenhando um papel fundamental em sua formulação, manipulação e compartilhamento.

A conclusão de Mithen sobre as diferentes formas de imaginação foi a seguinte: a função de pensar sobre as consequências de diferentes cursos de

ação provavelmente seja a mais antiga, talvez partilhada por muitos tipos de animais; a imaginação em termos de pensar sobre o conteúdo de outras mentes provavelmente remonte ao ancestral do homem, entre 5-6 milhões de anos atrás, como um meio essencial para se viver entre os complexos grupos sociais dos primeiros seres humanos, desempenhando ainda hoje um papel fundamental em nosso comportamento; a imaginação criativa a fim de propósitos narrativos também se tornou importante entre os primeiros humanos pela finalidade da transmissão de conceitos ferramenteiros, de habilidades como o planejamento da caça desportiva e da comunicação sobre novos lugares e paisagens; a imaginação em termos de criação de mundos em que as regras da natureza e da sociedade são quebradas fantasticamente seria a forma mais recente de imaginação, sendo que a evolução teria se resguardado a tais formas por serem potencialmente mal adaptativas.

No entanto, seres humanos modernos teriam aprendido a superar as limitações evolutivas por intermédio da cultura, explorando narrativas e realizando rituais como âncoras cognitivas para as ideias que não têm lar natural dentro da mente biológica. Esse processo de cultura material é que supostamente age como âncora cognitiva para obras de arte, bem como do armazenamento do conhecimento humano, que, por sua vez, viabiliza ainda mais obras. A arte, então, emerge dessa suposta dialética cumulativa e contínua entre o cérebro e a cultura.

3.3.2 Origens culturais da cognição humana

Em uma aparente concordância com a arqueologia cognitiva de Steven Mithen, Michael Tomasello (1999) também contrariou as duas primeiras hipóteses, oriundas da psicologia evolucionista e, portanto, comprometidas com a modularidade mental em sentido estrito, ao expor uma visão diferenciada a respeito da evolução da cognição humana. Tomasello argumentou que os 6 milhões de anos que separam os seres humanos de outros grandes primatas é

um tempo muito curto do ponto de vista da evolução, considerando que os humanos e os chimpanzés têm em comum 99% de seu material genético.

Em resumo, não haveria tempo o suficiente para os processos normais de evolução biológica, envolvendo variação genética e seleção natural, criarem, uma por uma, todas as habilidades cognitivas necessárias para que os humanos modernos inventassem e conservassem complexas aptidões e tecnologias no uso de ferramentas, formas de comunicação complexas e representação simbólica, e complexas organizações e instituições sociais.

A solução possível para o problema do tempo evolucionário seria admitir a existência do único mecanismo biológico conhecido que poderia ocasionar esse tipo de mudança em tão pouco tempo – quer na casa dos 6 milhões, 2 milhões ou 1 quarto de milhão de anos. Tal mecanismo biológico é a transmissão social ou cultural, cujo funcionamento se dá em escalas de tempo de magnitudes bem mais rápidas do que os da evolução, a chamada evolução cultural cumulativa.

De acordo com Tomasello, a sequência hipotética dos acontecimentos evolutivos seria a de que os seres humanos desenvolveram uma nova forma de cognição social que favoreceu algumas novas maneiras de aprendizagem cultural, que favoreceram alguns novos processos de sociogênese e evolução cultural cumulativa. Este resumo resolveria o problema do tempo evolutivo porque postula uma única adaptação biológica, e os processos culturais que ela desencadeou não criaram novas habilidades cognitivas do nada, mas tomaram habilidades cognitivas já existentes, como aquelas que a maioria dos primatas possui para lidar com espaço, objetos, quantidades, categorias, relações sociais e comunicação, e as transformaram em habilidades sociocoletivas. Tais transformações não teriam ocorrido no tempo evolucionário, mas no tempo histórico, em que muito pode acontecer em vários milhares de anos.

A partir de experimentos em psicologia comparada, Tomasello defendeu que a diferença essencial da cognição humana, em comparação a de outros primatas, consiste no fato de que seres humanos se ‘identificam’ com seus pares (co-específicos) mais profundamente que outros primatas. Sua definição de teoria da mente alude à capacidade humana para reconhecer seus pares

como agentes intencionais. Durante a ontogênese, por volta dos nove meses, as crianças passam a se perceber como agentes intencionais e, posteriormente, como agentes mentais, ou seja, um ser com pensamentos e crenças que podem diferir das de outras pessoas ou da realidade. Isto as leva a avaliar seus pares em termos diferentes, através da alteração perspectiva, colocando-se na “pele mental” do outro.

Esta capacidade de se identificar com os outros e de percebê-los também como agentes intencionais, permite aos indivíduos colaborarem intersubjetivamente para a criação de artefatos e de práticas culturais: histórias acumuladas e processos de aprendizagem cultural, por meio dos quais os indivíduos aprendem a usar e internalizar os aspectos dos produtos criados pela colaboração.

Ao tratar do papel das narrativas na cognição humana, Tomasello (2003) afirma que as histórias contadas por uma cultura são um importante elemento de como esta cultura se forma, moldando também a formação cognitiva de seus membros. Por isto, as histórias canônicas de uma dada cultura, seus heróis, sua mitologia e seus enredos estão relacionados com o tipo de valor que a cultura acredita ser importante, o tipo de explicações que valoriza e os tipos de gêneros que ela tornou convencionais, servindo as narrativas para canalizar a cognição a rumos que de outra forma ela não tomaria.

3.3.3 Atenção conjunta e TDM

Inspirado nas pesquisas de Tomasello, Boyd (2005) invocou os episódios de atenção conjunta para sua formulação a respeito da motivação ficcional. Boyd explicou o envolvimento humano em narrativas através de uma definição geral de arte como uma tentativa de envolver a atenção via transformação de objetos e/ou ações em atrações cognitivas, a fim de serem obtidas as respostas pretendidas. O autor apontou para o fato de que sem dedicação de atenção as obras de arte morrem. Por isso, a arte pode ser definida como uma tentativa de cativar a atenção. Mesmo porque devido à

capacidade de atenção conjunta, somos a única espécie capaz de produzir arte.

Inicialmente, todos os animais possuidores de algum nível de cognição poderiam dedicar concentração ao presente, acessar algum dado passado e manter expectativas sobre o futuro imediato. Porém, devido à capacidade para o compartilhamento intersubjetivo de atenção, os humanos podem partilhar acontecimentos passados, presentes ou futuros através de possibilidades e impossibilidades de eventos hipotéticos, contrafactuais e ficcionais.

O pensamento humano estaria habilitado para testar ideias e transformá-las em um amplo espaço de possibilidades. Com isso, a atenção compartilhada entre os seres humanos tornou-se mais intensa, interativa, flexível e precisa do que em outros primatas. A tardia duração da infância humana, bem mais extensa que o padrão entre outros animais, permitiria a capacidade de compartilhar e moldar a atenção das crianças rumo a preferências cognitivas fundamentais ao desenvolvimento da arte: comportamentos que não incidem sobre necessidades imediatas do aqui e agora, mas que dirigem a atenção e envolvem a emoção em função de seu próprio bem, mesmo que fazendo uso de realidades distantes e novas possibilidades.

Devido à alta inteligência e sua versatilidade, é tendência dos seres dirigem sua atenção ao que recompensa sua curiosidade, o que explicaria sua atração por aquilo que fornece estímulos cognitivos, tendo ou não algum valor imediato para a sobrevivência. Se a cognição evoluiu em função de um mundo cheio de potencial de informação, sugerindo modos vantajosos de comportamento, possivelmente a curiosidade pode ter evoluído em decorrência da inteligência, ampliando a gama de informações úteis ao comportamento. Assim, quanto maior o apelo suscitado às preferências cognitivas do indivíduo, mais bem sucedida tende a ser a tentativa de atrair a atenção e despertar a resposta pretendida.

Portanto, para explicar a arte, deve-se entender a atenção e o papel especial que a atenção compartilhada desempenha entre os humanos desde a infância. Segundo Boyd, em condições laboratoriais, tem sido demonstrado que dentro de uma hora de nascimento os neonatos dedicam atenção às faces humanas em detrimento de modelos concorrentes não animados como

manequins ou bonecos, demonstrando na sequência a capacidade de imitar outros seres humanos.

Pelos próximos seis meses, os bebês preservam um caso amoroso de atenção a outros rostos humanos, vozes e ao toque, e já por volta de oito meses, os pais e os bebês passam aos eventos de protoconversa, propiciando cenários típicos de sociabilidade para a arte por meio dos recursos humanos: performances multimídia usando os olhos e rostos, mãos e pés, voz e movimento; sintonização rítmica e imitação mútua, envolvendo elaboração; e episódios de repetição e improviso, com cada parceiro antecipando a resposta do outro, de modo a coordenar as suas emoções em sequência padronizada.

A atenção humana conduz ainda à linguagem e à capacidade de identificar e manipular a atenção alheia rumo a outras pessoas, objetos ou eventos ausentes, irreais ou mesmo jamais antes suscitados. Além disso, por volta do quinto ano, a atenção compartilhada por meio da TdM parece permitir às crianças que apreciem o que outros podem inferir em situações contextuais, conduzindo a uma maior capacidade de entender a multiplicidade intencional do tipo: o que A pensa sobre B, B sobre C, e assim por diante, acarretando na compreensão de situações sociais e de ricas produções narrativas.

O trabalho de Boyd (2001) argumenta que o desenvolvimento dos lobos frontais, associado à capacidade metarrepresentativa da TdM, teria supostamente viabilizado o controle de reações a fim de selecionar uma opção entre várias para a produção deste ou daquele efeito. Desde a infância os humanos tenderiam a demandar da atenção de outros e compartilhá-la, sendo que a principal diferença humana, em relação a outras espécies, parece mais uma vez ser como a sociabilidade moldou a evolução.

Os seres humanos, por serem socialmente interdependentes, seriam também ansiosos em manter o controle da atenção uns dos outros, e suas metas. O controle dos outros e de seus objetivos poderia ser efetuado, ainda que indiretamente, através de narrativas, ou de fofocas, as quais favorecem um alto poderio de compartilhamento informativo como ofertas sociais.

Assim, as narrativas poderiam ser totalmente factuais, especialmente as que são apresentadas em forma de fofocas a respeito de membros do grupo social. Aparentemente, o interesse a respeito dos outros parece ser inerente

aos humanos e a fofoca forneceria um recurso de como estar atento ao comportamento alheio, havendo nela ao menos duas desvantagens: ser enganosa e/ou inconveniente.

A ficção, em compensação, tenderia a remover os perigos do engano ou do inconveniente, apresentando uma maneira mais eficiente de conjecturar intuitivamente sobre o comportamento dos outros. Os contadores de histórias apreendem nossa atenção apelando ao nosso engajamento cognitivo para compreender as ações e intenções alheias. A ficcionalidade, portanto, ofereceria uma situação em que o narrador obtém a vantagem de conquistar a atenção do outro (beneficiado por atenção e status à custa do esforço imaginativo), enquanto o ouvinte é beneficiado por um amplo leque informativo (interesse cognitivo maximizado a um baixo custo, com exceção do tempo).

Um modelo evolutivo de ficção, portanto, deve se concentrar nos contadores de histórias como estrategistas que buscam otimizar a atenção de seu público, apelando a recursos que passaram a ser do interesse de todas as mentes humanas, por meio de nossos entendimentos compartilhados de eventos, nossas predisposições compartilhadas e nosso interesse compartilhar a atenção.

3.3.4 Origens “Neuro-culturais” da cognição

Defendendo também a hipótese coevolutiva gene-cultura para as artes, Damásio (2011) afirmou que sem uma mente dotada de subjetividade, de consciência, o homem jamais chegaria a se dar conta de sua existência, de seu pensamento ou de sua condição. Sem a consciência, ainda que bem modesta no início, é provável que a memória e o raciocínio não tivessem atingido uma expansão tão prodigiosa, e não teria sido aberto o trajeto evolucionário da linguagem e da versão moderna de consciência que hoje possuímos.

Segundo o autor, a criatividade não teria florescido, não existiria a música, a pintura, a literatura. O amor nunca seria amor, apenas sexo, a amizade seria apenas cooperação por interesse, a dor nunca se tornaria sofrimento e o prazer nunca se tornaria alegria. Sem a revolução do surgimento

da subjetividade, não existiria o conhecimento ou alguém para notar isto e, conseqüentemente, não haveria o registro da história, não haveria cultura nenhuma.

A partir disto, Damásio descreveu as narrativas como um importante instrumento de organização do *self*, supondo que no momento evolutivo em que o homem atinge a consciência, agora em posse da significação sobre si e sobre o mundo, as narrativas surgiram como um modo de organização e compartilhamento de seus significados. As narrativas, em muito, visavam a redução dos constrangimentos impostos pela natureza, como o perigo e a morte, passando a atenuar as hostilidades do mundo através da instituição de entidades mitológicas e religiosas.

Damásio supôs que seria difícil imaginar a existência dos comportamentos artísticos sem uma preocupação mínima com a interpretação e atribuição de valores à vida, o que, por sua vez, seria impossível sem a consciência. Por meio do acúmulo de conhecimento sobre outros humanos e sobre o universo, o contínuo processo de reflexão pode ter alterado a estrutura da consciência, levando à maior coesão do processamento mental. Esta coordenação da atividade cerebral impelida pelo valor à vida e posteriormente pela razão teria sido vantajoso.

Damásio supôs que o *self* teria recorrido a características que o cérebro humano havia adquirido muito antes do Pleistoceno, tendo como característica a dependência da capacidade cerebral em manter registros de memórias e a capacidade de reconstruir e manipular tais registros. O *modus operandi* passou a ser de modo em que o tempo fosse brevemente suspenso e as decisões não estivessem sujeitas a respostas imediatas. Com isso, o *self* passou a não depender apenas da capacidade de criar representações mentais miméticas, fiéis à realidade, mas também representações simbólicas de indivíduos, objetos e ações.

Conseqüentemente, o *self* teria se tornado dependente também de uma memória externa, paralela àquela já existente no cérebro. Essa outra memória opera por meio de representações pictóricas, como pinturas, entalhes, esculturas, ferramentas, adornos, arquitetura e, posteriormente, com o surgimento da linguagem, em registros escritos, reconhecidos como a mais

importante variedade de memória externa. Na mesma linha de raciocínio de Tomasello e Mithen, Damásio explorou o funcionamento do self por meio de conhecimentos armazenados em circuitos cerebrais e em mídias de memória externa, como pedra, argila, papel, etc., recursos por quais os humanos obtiveram um modo de atrelar suas necessidades individuais biológicas à sabedoria acumulada.

Esse novo comportamento teria iniciado uma fase de questionamentos, reflexões e respostas registrados em narrativas mitológicas, nas demais artes, na religião e nas demais estruturas sociais. Devido à intensa curiosidade a respeito do mundo físico e de outros seres vivos, os humanos ancestrais passaram a contar histórias sobre seu passado e seu destino, sendo a partir de então o surgimento das narrativas e dos mitos destinados à explicação da vida.

O problema de como transmitir o conhecimento acumulado de forma compreensível e persuasiva foi solucionado com o contar de histórias. Uma vez que contar histórias seja implicitamente constitutivo do *self*, essa seria a explicação do motivo da ficcionalidade ser encontrada em todas as sociedades e culturas humanas. Indivíduos e grupos portadores de um cérebro capaz de inventar e usar narrativas para realizar melhorias individuais ou sociais se tornaram aptos o bastante para que tal característica da arquitetura cerebral fosse selecionada e aumentada no decorrer de gerações.

As artes só surgiram após o cérebro ter adquirido certas características evolucionárias anteriormente estabelecidas. Entre elas, a reação de prazer às formas e pigmentos ecologicamente disponíveis, o prazer em determinadas estruturas sonoras e o prazer comunicativo. A arte passou a ser um meio privilegiado de trocas informativas sobre eventos e emoções consideradas relevantes aos indivíduos e à sociedade. Ela também se tornou uma ferramenta para serem obtidos emoções e sentimentos, resultando em um modo de explorar a própria mente e a mente dos outros, servindo para ensaiar aspectos da vida e possíveis ações.

Em suma, as artes teriam sido selecionadas por um valor de sobrevivência e contribuição ao bem estar da espécie. Elas teriam ajudado na coesão dos grupos, na ordem social, na comunicação e na compensação emocional decorrente de medos, desejos e tristezas. Por isso, as artes

passaram a integrar a profunda biologia humana, elevando o homem aos níveis mais avançados de cognição e emoção.

3.3.5 A Consiliência co-evolutiva de E. O. Wilson

Referindo-se ao surgimento da arte no âmago do aspecto cultural, o biólogo E. O. Wilson (1999) também defendeu que a co-evolução gene-cultura pode ter sido o processo subjacente pelo qual o cérebro evoluiu e as artes se originaram, estabelecendo o meio mais coerente com as descobertas conjuntas das ciências do cérebro, psicologia e biologia evolucionista.

Segundo Wilson, a cultura é uma criação emergente da coletividade de mentes e cada mente por sua vez, é uma criação do cérebro humano geneticamente estruturado. Consequentemente, genes e cultura estão indissociavelmente ligados, ainda que essa ligação seja flexível em um grau ainda desconhecido. De modo abreviado, os genes determinariam as leis epigenéticas, correspondentes a vias neurais e padrões regulares de desenvolvimento cognitivo para a integração própria de cada mente. A mente, então, se desenvolveria absorvendo partes da cultura existente e disponível, com seleções dirigidas através das regras epigenéticas herdadas pelo cérebro individual.

As disposições para criar e desfrutar de enredos narrativos sob a perspectiva da co-evolução gene-cultura são vistas como resultado de uma cultura imaginativa. Desenvolver o poder de criar mundos virtuais imaginativos deve ter representado algum valor adaptativo aos antepassados humanos, do contrário, as capacidades de cultura imaginativa não seriam agora universais. Da mesma forma, o comportamento artístico não apareceria espontaneamente em todas as crianças com desenvolvimento normal. Além de que, os seres humanos não demonstrariam aptidões cognitivas especificamente orientadas para a produção e recepção da arte, como, por exemplo, organizar sons em sequências rítmica e emocionalmente expressivas, construir projetos visuais a fim de produzirem distintos estados de atenção contemplativa ou produzir narrativas ficcionais para excitar empatia na audiência.

O darwinista literário Joseph Carrol (2009) explanou a hipótese de Wilson como focada nas habilidades que mais diferenciam a espécie humana: a inteligência extremamente alta, a língua e a cultura. O valor adaptativo da alta inteligência seria a de fornecer meios para a flexibilidade comportamental e a geração de planos com base em representações mentais de relações complexas, participando de empreendimentos coletivos que exigem representações mentais compartilhadas, para produção de soluções inovadoras para problemas de adaptação. A flexibilidade comportamental se apresenta por meio de percepções, inferências e relações causais em uma matriz infinitamente diversa de possibilidades combinatórias.

Assumindo que não houve tempo suficiente para a hereditariedade humana lidar com a imensidão de novas possibilidades contingentes reveladas pela inteligência, as artes teriam preenchido esta lacuna. Assim, foi suposto que as capacidades cognitivas humanas evoluíram especificamente para fins de geração de flexibilidade adaptativa. Nesse cenário alternativo, as disposições para produzir e consumir obras de imaginação co-evoluíram com a alta inteligência, fornecendo uma grande capacidade simbólica habilitada à previsão, retrospectão e a perscrutação de outras mentes, a fim de entreter cursos alternativos de ação.

As narrativas se caracterizariam, portanto, como um dos principais meios para a formação da experiência e, em última análise, para dirigir o comportamento. A constatação de que os seres humanos constituem uma espécie linguisticamente adepta de contar histórias parece apontar para uma das mais discrepantes peculiaridades da espécie.

3.3.6 Especializações inferenciais precursoras da criatividade imaginativa

Sugerindo que as especializações inferenciais são precursoras da criatividade imaginativa, o antropólogo cognitivo Pascal Boyer (2007) considerou a imaginação em termos de produtos criativos, tais como religião, literatura e as artes. Em sua perspectiva, faz mais sentido focar em um conceito de imaginação auxiliar na produção de representações, tais como

prever o que as pessoas vão dizer, projetar a representação de uma pessoa ausente e quais aspectos de um ambiente é potencialmente perigoso. Estes exemplos sugeririam não a existência de uma faculdade de imaginação, mas um sistema inferencial especializado na mente humana.

A resposta intuitiva de Boyer a como a imaginação funciona é que a imaginação trabalha suspendendo alguns princípios de normalmente condicionam os processos inferenciais, e sua evolução é creditada à condição de permitir que os organismos transcendessem os limites do aqui e agora para criar objetos e técnicas inteiramente novos. Desse modo, a imaginação não seria apenas produtora de fantasias criativas, mas estaria envolvida também na produção de representações altamente estáveis e razoavelmente previsíveis de situações possíveis.

A partir da observação do comportamento infantil, o autor explicou que elas geralmente se engajam em fingimentos tomando um objeto comum, como uma caixa de plástico, e o transformando em um objeto inacessível, como um caminhão, ou um boneco em uma pessoa. As crianças também se comportam imitando animais e, posteriormente, fingem papéis sociais, agindo como médicos, professores, pais, etc.

Outro caso notável é visto na criação frequente de amigos imaginários. Entre 3 e 10 anos, muitas crianças se envolvem em relações com pessoas ou animais imaginários, às vezes derivados de histórias, desenhos animados ou do folclore cultural, com as quais brincam e conversam. Chama a atenção também que os relacionamentos de longo prazo com seres imaginários não indiquem confusão entre fantasia e realidade, ao contrário, as crianças demonstram consciência de que seus companheiros invisíveis não se enquadram conforme seus familiares e amigos reais.

Para Boyer, a característica da imaginação humana espontânea é menos surpreendente se entendida como a capacidade para leitura da mente, orientada para interpretar outros agentes ou o próprio comportamento em termos de objetivos, crenças, memórias e inferências. A TdM seria, então, de grande vantagem evolutiva, dada a dependência humana de interação social. Os seres humanos vivem em um nicho cognitivo, na medida em que, mais do que qualquer outra espécie, dependem de informações, especialmente

aquelas fornecidas por outros seres humanos e sobre outros seres humanos. Essa dependência parece acarretar que são fundamentais as disposições mentais a fim de manter representações ricas e flexíveis a respeito dos outros, de seus objetivos e de seus estados mentais.

Possivelmente, a maioria dos pensamentos sobre outras pessoas ocorram em sua ausência. Memórias do que as pessoas fazem ou falam, bem como as expectativas, medos e esperanças expressas por elas, são temas constantes de pensamentos e reflexões. Por isso, semelhantemente aos assuntos prediletos da fofoca social, a TdM permitiria criar representações e executar inferências sociais sobre os indivíduos.

Do ponto de vista evolutivo, o gasto de tempo e energia com pessoas imaginárias, ao invés de com pessoas reais, poderia ser considerado útil, dadas as restrições de interações sociais reais. Além disso, em quaisquer situações nos deparamos com uma gama de ações possíveis tanto dos outros, como de nosso próprio comportamento. Isso requer que as reações devam não apenas ser rápidas, mas também adequadas, devido ao custo potencial da má gestão das relações sociais serem enormes para os seres humanos, tendo em conta sua dependência em matéria de cooperação para a sobrevivência.

Visto que o que cada ator faz ou diz pode transmitir várias intenções, havendo várias respostas possíveis, uma maneira de contornar eventuais obstáculos sociais seria estar preparado com um catálogo de possíveis cenários de interação. Tais cenários seriam construídos quando o outro agente não está por perto, o que permitiria inferências lentas e implícitas, em comparação com os cenários explícitos de interação real, facilitando a computação de respostas adequadas. Após serem elaboradas e armazenadas na memória, as inferências podem ser rapidamente ativadas em interação real fornecendo um guia intuitivo para o comportamento adequado.

Assim, a relação com um amigo imaginário tende a ser estável, para que a criança consiga calcular as reações do companheiro, tendo em conta não apenas sua personalidade, mas também eventos passados em seu relacionamento. Além disso, amigos imaginários parecem ser frequentemente utilizados para fornecer um ponto de vista alternativo sobre eventuais situações, constituindo também uma forma de treinamento para o

desenvolvimento social da mente, ajudando a construir as capacidades sociais necessárias.

Outro fenômeno considerado por Boyer como marcante está na observação de que a ficção literária (oral ou escrita) tende a se concentrar em um número limitado de temas recorrentes, apesar de enormes diferenças culturais e históricas. Apesar das variantes, as narrativas de outras culturas tendem a ser de fácil compreensão e apreciação, em contraste com outros domínios da cultura, como música, comida ou roupa. A principal razão seria a facilidade em serem identificados temas, gêneros e artifícios retóricos muito semelhantes. A causa das narrativas serem sobre um pequeno catálogo de temas e situações seria a proximidade que eles mantêm com preocupações evolutivas, como proteção contra predadores (ou pseudo-predadores como o Lobo Mau), investimento em relações parentais adequadas com parentes e não-parentes, os custos da interação de órfãos e padrastos, o custo da identidade cultural na escolha do companheiro, etc.

Outra das características universais da ficção seria a construção de personagens, por da imaginação de agentes cujas personalidades são estáveis o suficiente para fornecer uma fonte de expectativas e inferências ao longo de uma narrativa. Isso parece sugerir que a criação e o consumo de histórias é um exercício de psicologia intuitiva especulativa, sendo valiosa por sua função pedagógica. A função pedagógica se explicaria em termos do fornecimento de um extenso catálogo de pessoas e situações, em combinações que são variadas e complexas o suficiente para fornecer futuros cenários interativos, bem como meios para dar sentido às interações passadas.

3.4 Algumas evidências empíricas

Ao estudarem o autismo e demais déficits cognitivos relacionados (como a síndrome de Asperger), cientistas cognitivos e filósofos da mente têm debatido a influência da capacidade de leitura da mente na estruturação da comunicação e da interação. O trabalho de Baron-Cohen, Leslie e Frith (1986) reforçou que o conceito de TdM especifica um mecanismo subjacente a um

aspecto fundamental das habilidades sociais: ser capaz de conceber estados mentais, ou seja, saber o que outras pessoas sabem, querem, sentem ou acreditam. Os autores afirmaram que a TdM é impossível sem a capacidade de formar 'representações de segunda ordem', e a ausência desta capacidade levaria aos aspectos da inaptidão social.

Os autores demonstraram que além de suas desvantagens sociais, crianças portadoras de autismo demonstram dificuldade em jogos de fingimento que exijam engajamento ficcional ou de simulação. Os autores concluíram que as crianças autistas não empregam a TdM por não representarem estados mentais alheios.

Afetando aproximadamente entre 4-15 crianças a cada 10 mil, o autismo foi assinalado por Baron-Cohen como a mais grave das condições psiquiátricas da infância. Embora a síndrome possa ser controlada por intermédio de intervenções educativas e terapêuticas, ela continua sendo um transtorno ao longo da vida, sendo, ainda, altamente hereditária. Seus principais sintomas se manifestam nos primeiros anos de vida e incluem profundo comprometimento do desenvolvimento social e comunicativo e falta de flexibilidade para a ação, imaginação, e fingimento. Consequentemente, os autistas demonstram falta de interesse em conteúdos ficcionais em narrativas.

A ficção representa um desafio para as pessoas com autismo porque em muitos aspectos exige o mesmo tipo de leitura da mente necessária na comunicação humana regular, a inferência do estado mental a partir do comportamento. Isto aponta para a correlação entre a TdM e a falta de interesse pela ficcionalidade e por narrativas. Um argumento possível é que os mecanismos cognitivos para processar informações sobre os pensamentos e sentimentos humanos estão em constante alerta, verificando o ambiente e as pistas que fornecem as condições de input cognitivo. Supostamente, as obras de ficção conseguem burlar estes mecanismos, levando à crença de agentes e enredos verdadeiros.

Como resultado, sujeitos autistas são incapazes de imputar crenças aos outros, apresentando desvantagens em prever o comportamento de outras pessoas. Partindo de alguns pressupostos da Teoria da Relevância, em trabalho posterior Baron-Cohen (1988) assumiu que os fatores ligados ao

autismo estavam indiscutivelmente ligados a déficits na competência pragmática. Considerando a pragmática como parte da competência social, estes dois déficits deveriam estar relacionados. Em trabalho similar com autistas, Happé (s/d) afirmou que “a criança pode demonstrar sua deficiência em imaginação pela total ausência de brincadeiras de faz-de-conta. Ao invés de fingir que está lavando ou dando uma batida com um carrinho de brinquedo, a criança pode passar horas girando as rodas, fixamente concentrada”.

Baron-Cohen sublinhou que a investigação atual sugere fortemente que o mau funcionamento da parte do cérebro que permite TdM pode ser a causa do autismo, levando em conta o efeito sobre suas habilidades para socialização e comunicação. Também devido à inibição da imaginação, a TdM parece sugerir um fundamento essencial para a capacidade de simulação mental, ou fingimento, o comportamento mais evidentemente ligado à imaginação e ao pensamento criativo. De maneira semelhante, representar um objeto irreal necessariamente requer fingimento, ou a assunção de que de se manter um estado mental falso em relação a um objeto. A dependência do pensamento criativo para com a TdM também pode ser evidenciada pela capacidade de produzir representações de coisas irreais. Novamente, crianças autistas parecem possuir um déficit na representação de objetos irreais, como desenhar animais imaginários.

Em resumo, a posse de uma teoria da mente parece ser um requisito essencial para jogos imaginativos e pensamento criativo, que parece ser um pré-requisito essencial para a exploração e mapeamento de espaços conceituais. Segundo a pesquisa de Baron-Cohen, quando a TdM é prejudicada, como é em vários graus no caso de autismo e esquizofrenia, não só os engajamentos ficcionais são interrompidos, como a própria capacidade de comunicação.

Além das pesquisas realizadas com crianças, a recente pesquisa de Randi (2011), entre alunos de ensino superior, indicou que jogos de simulação podem alcançar modos de ensino mais efetivos. Aplicando como ferramenta didática o RPG¹⁶, um sistema de jogo cooperativo onde os participantes têm objetivos comuns e precisam atuar em grupo para alcançá-los, Randi avaliou

¹⁶ *Role Playing Game*, ou jogo de interpretação de personagens.

em médio prazo a retenção dos conteúdos ensinados. Para comparar a média de desempenho dos alunos, as turmas foram divididas de forma que, enquanto metade dos alunos participou da aula com uso do RPG, a outra metade participou de uma aula expositiva “tradicional”. Os alunos participantes das aulas com o uso do RPG sentiram-se mais seguros em responder questões sobre os temas lecionados. Além disso, a análise dos mapas conceituais, construídos pelos alunos antes e depois das aulas, apontou para a incorporação de novos conceitos ao repertório de conhecimento dos alunos, havendo uma significativa melhoria na forma como os conceitos foram correlacionados nos mapas.

Os indícios vistos nesses conjuntos de dados fornecem uma considerável implicação ao estudo da ficcionalidade. Inicialmente, o conceito de TdM parece constituir a propriedade que viabiliza a literatura tal como hoje a conhecemos. O processo interpretativo de dar sentido ao que lemos parece se fundamentar em nossa capacidade modelar personagens com potencial de uma variedade de pensamentos, sentimentos e desejos, e, em seguida, olhar para as pistas que nos permitem inferir seus sentimentos e prever suas ações.

A incompletude e a incerteza dessas interpretações nos ajudam individualmente a conviver uns com os outros. Se dedicássemos esforços a fim de descobrir o que as pessoas ao nosso redor estão realmente pensando, nos tornaríamos sobrecarregados com todas as interpretações possíveis e seríamos incapazes de qualquer tomada de ação. Assim, a TdM parece constituir uma adaptação que evoluiu com a finalidade de lidarmos com a possibilidade de leituras precipitadas e constantes equívocos sociais (ZUNSHINE, 2003/2008).

Peter Carruthers (2006) se referiu à capacidade de fingir como um mecanismo ‘gerador de suposição’, um sistema de memória de trabalho composto por uma “caixa de mundos possíveis”, a qual contém representações parciais de mundos possíveis, e um ‘sistema de suposições’, o qual contém inferências geradas por meio das crenças do indivíduo. O aparato gerador de suposição da interação entre mundos possíveis e os sistemas de inferência está envolvido na fantasia, na novela escrita e leitura de romance, no raciocínio hipotético sobre possíveis cursos de ação. Fantasiar, ler romances e fazer

ensaios mentais de ações pode envolver os sistemas motivacionais a ponto de originar emoções reais. Por exemplo, uma cena de sexo explícito pode gerar excitação, uma cena de insultos pode gerar irritação, uma cena de perigos pode gerar medo, e assim por diante, levando à experimentação de uma gama de emoções durante as experiências ficcionais.

Uma ideia semelhante ao mecanismo gerador de suposição, sugerido por Carruthers, é a ideia de um aparato simulador (FERREIRA, *et al*, 2012), em que os ensaios mentais produzem uma enciclopédia de possibilidades de ação e suas possíveis relações causais, fornecendo um leque para a tomada de decisão. Tais ensaios, de acordo com as atuais pesquisas, tendem a ser viabilizados pela capacidade vinculada a TdM.

3.5 EPÍTOME

A controvérsia no que diz respeito às origens evolutivas da ficcionalidade – quer por design evolutivo funcional e gradual, equilíbrio pontuado saltacional e exaptativo, adaptação dual em co-evolução gene e cultura, ou, ainda, por um processo mal adaptativo, apenas para estimular produtos realmente adaptativos – parece sugerir duas considerações: por um lado, a falta de consenso inviabiliza assumir qualquer uma das hipóteses como a correta, cabendo aos especialistas em estudos evolutivos dar continuidade às pesquisas; Por outro lado, se há consenso no que diz respeito à função ficcional, emergente de um processo de retroalimentação da TdM, a fim de suposições inferenciais sobre estados alheios e de si mesma, então parece ser adequado assumir este consenso como um avanço na compreensão do fenômeno ficcional.

É bem possível – terrivelmente provável, poderíamos dizer – que sempre aprenderemos mais sobre a vida humana e a personalidade humana por meio dos romances do que pela psicologia científica.

Noam Chomsky¹⁷

Mas rejeita as fábulas profanas e de velhas caducas
I Timóteo 4: 7¹⁸

IV DESFECHO: uma modelação relevantista

Uma parcela considerável das pesquisas anteriormente mencionadas, sobre a relação da ficcionalidade com a TdM, estão ancoradas ou fazem menção ao modelo da Teoria da Relevância (SPERBER e WILSON, 1986/1995) como pressuposto investigativo para a comunicação e a cognição humana¹⁹. A partir dessa aproximação, a TR pode ser uma ferramenta vantajosa para a observação da comunicação ficcional, uma vez que pressupõe a TdM como metarrepresentação (a representação de uma representação/representação de segunda ordem).

A ficção, por sua vez, é geralmente entendida como uma relação de segunda ordem para com o mundo real, através de uma lógica de representação: personagens, eventos, lugares, etc. (WALSH, 2007). Nesse contexto, a abordagem pragmática relevantista para a questão da ficcionalidade, mais especificamente sobre o uso comunicativo da linguagem, pode ser vantajosa por se direcionar à explicação dos processos envolvidos no fenômeno ficcional, ao invés de se direcionar aos seus produtos.

A vantagem de uma investida investigativa nos processos da comunicação ficcional é que ela tende a minimizar as controvérsias sobre as qualidades gerais das obras ou dos autores em si, visando modestamente a lançar luz sobre os princípios intrínsecos ao comportamento comunicativo.

A invocação ao modelo teórico da Relevância se dá por ao menos três motivações metodológicas. Primeiramente pelo reconhecimento de sua compatibilidade com a assunção de uma perspectiva naturalística da

¹⁷ Chomsky (1988).

¹⁸ Bíblia Sagrada, versão Almeida (1969).

¹⁹ Ver Tomasello (2003; 2008), Baron-Cohen (1988), HAPÉ (s/d), Tooby e Cosmides (2001), Boyd (2001; 2005), Boyer (2007).

comunicação humana. Em segundo, por advogar em favor de uma pragmática subjacente à cognição, contrariando a tradição linguística que compreende a pragmática como secundária e dedicada aos componentes assistemáticos da linguagem. Finalmente, por fornecer um quadro teórico testado e bem sucedido ao longo de mais de 25 anos, culminando em um programa de investigação da linguística científica sobre a interface comunicação-cognição.²⁰

Já sobre o enigma da comunicação ficcional, como proposto por Searle (1975) e retomado por Walsh (2007), o problema teórico suscitado é o de que se a lógica da representação narrativa não estabelece uma distinção defensável entre ficção e não-ficção, então o foco de atenção teórica pode ser deslocado da narração fictícia como um ato referencial para um ato de comunicação.

Contrastando com a formulação referencial de Searle, a ficcionalidade, em um quadro comunicativo, reside em uma maneira de usar a linguagem, e sua distinção consiste no conjunto retórico invocado por essa utilização. Então, a distinção entre a narrativa X narratividade em geral poderia ser mais bem explicada em termos funcionais e retóricos, ao invés de termos formais, considerando que as qualidades formais fortemente associadas à ficção não fornecem as condições necessárias e suficientes para a comunicação ficcional.

Portanto, como resposta a um dos questionamentos de Searle, o segundo desenvolvido neste trabalho, “a respeito do que possibilita a um autor usar as palavras literalmente sem se comprometer com seus significados literais” (SEARLE, 1975, p. 249), a alternativa teórico-relevante propõe a noção de ‘efeitos poéticos’. Tais efeitos resultam do enfraquecimento semântico das expressões, um modo de comunicação fraca que permite a isenção da intenção comunicativa, culminando em uma maneira peculiar de se alcançar a relevância. Esta maneira é expressa em termos da manifestação de um largo leque de implicaturas fracas, de modo que as elocuições que carregam este efeito criam uma mutualidade afetiva em vez de cognitiva, recaindo sobre o ouvinte/leitor a responsabilidade da interpretação do significado.

²⁰ Ver Campos e Rauen (2008).

4.1 O segundo questionamento searleano e a caracterização do uso da linguagem

A indagação searleana recém mencionada também foi expressa da seguinte maneira: afinal, como é possível a comunicação ficcional narrativa, uma vez que as mensagens são transmitidas pelo texto, mas não estão no texto? Embasado na Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1962), a resposta sugerida por Searle foi a de que falar ou escrever em uma determinada língua significa realizar atos de fala de um tipo específico chamado 'atos ilocutórios'.

Esses atos incluem fazer interrogações, afirmações, exclamações, usar o modo imperativo, fazer promessas, pedir desculpas, agradecer, etc. A partir disso, o filósofo assumiu que há um conjunto sistemático de relações entre o significado das palavras e as frases que proferimos com os atos ilocutórios que realizamos ao proferir aquelas palavras e frases. O resultado a que se chegou foi um aparente paradoxo, considerado um ponto decisivo ao problema.

Segundo Searle, a literatura se expressa por via de asserções, e as asserções são definidas pelas regras constitutivas da atividade de assertiva. Contudo, qual tipo de ato ilocutório poderia a literatura realizar? Como poderia ser uma asserção, visto que não observa quaisquer regras peculiares das asserções? Se o significado das frases proferidas é determinado pelas regras linguísticas ligadas aos elementos da frase, sendo tais regras a determinação da locução literal da frase como assertiva, deveria ocorrer a locução literal da frase, logo, uma asserção; mas ao mesmo tempo não poderia ser uma asserção, visto não observar as regras específicas e constitutivas das asserções.

Segundo Searle, o problema identificado implica na impossibilidade de fruição na obra ficcional sem a aprendizagem de um conjunto novo de significados para todas as palavras e outros elementos contidos na obra. De algum modo, o falante de qualquer língua teria de aprender a língua novamente do princípio, uma vez que toda a frase teria ao mesmo tempo um significado ficcional e um não ficcional.

A solução elaborada por Searle a esse impasse foi demonstrada a partir da seguinte análise: entre duas ocorrências distintas como uma manchete de

jornal e um trecho literário, as ocorrências de palavras são bastante literais, sendo que ambos os autores falam (escrevem) literalmente. A diferença poderia ser explicada em termos de assertivos desde que enquadrado no tipo de ato ilocutório que obedece a determinadas regras semânticas e pragmáticas muito específicas:

- a) A regra essencial: o autor de uma asserção compromete-se com a verdade da proposição expressa.
- b) As regras preparatórias: quem fala tem de estar em condições de apresentar indícios ou razões a favor da verdade da proposição expressa.
- c) A proposição expressa não pode ser obviamente verdadeira tanto para quem fala como para o ouvinte no contexto da locução.
- d) A regra da sinceridade: quem fala compromete-se com a crença na verdade da proposição expressa.

Partindo da suposta relação sistemática entre o significado das palavras proferidas e dos atos de falas realizados, Searle considerou útil pensar que estas são regras verticais que correlacionam palavras (ou frases) com o mundo, estabelecendo conexões entre a linguagem e a realidade. O que tornaria possível a ficção, portanto, seria um conjunto de convenções extralinguísticas, não semânticas além da ligação estabelecida entre as palavras e o mundo. Assim, as convenções do discurso ficcional poderiam ser pensadas como um conjunto de convenções horizontais que rompem as ligações estabelecidas pelas regras verticais, suspendendo as exigências normais estabelecidas por estas regras.

As convenções horizontais não seriam regras de significado, componentes da competência semântica do falante, ao contrário, as ilocuções fingidas que constituem uma obra de ficção seriam possíveis pela existência de um conjunto de convenções que suspendem a operação normal das regras que relacionam os atos ilocutórios ao mundo. Tais convenções não seriam regras de significado, tampouco a linguagem estaria em paridade com os usos linguísticos ilocutórios, antes seria parasitário deles.

De outro modo, para podermos explicar a comunicação ficcional pelos termos de Searle, teríamos de admitir que os elementos tipicamente demarcados como literários, tais como metáforas, alusões, ironia, parábolas, etc., são parasitas da linguagem ordinária. Contudo, esta ideia é contestável na medida em que há argumentos favoráveis ao extremo oposto: ao invés de parasitários, estes recursos podem ser constitutivos da própria estrutura da linguagem, talvez da própria estrutura da mente humana (LAKOFF e JOHNSON, 1980; TURNER, 1996; PINKER, 2008).

Ademais, ainda que admitíssemos o posicionamento searleano, de limitar a comunicação ficcional à característica proposicional da linguagem, o resultado seria de uma noção comunicativa dependente somente das estruturas gramaticais da língua, sejam elas da ordem sintática ou semântica. Em princípio, esta noção se demonstra equivocada, ao considerarmos o consenso entre a comunidade linguística de que o aspecto comunicativo excede os parâmetros do elemento estrutural da linguagem.

Como ponto de partida para uma resposta alternativa àquela fornecida por Searle, sobre a comunicação ficcional, um procedimento inicial vantajoso é o esclarecimento de que a linguagem pode ser estudada em suas diferentes propriedades, em dependência do enfoque a ser considerado. Entre as principais constituições da linguagem podem ser mencionadas as suas características finalistas, sintáticas e proposicionais, sendo que:

a linguagem é finalista porque há na fala humana uma intenção definida de levar a cabo alguma coisa para outra pessoa, alterando o comportamento desta pessoa; ii) é sintática pelo fato de que uma expressão oral é resultado de uma organização interna, estrutura e coerência; iii) e proposicional por transmitir informação (CHOMSKY, 1968, p. 89).

A questão a ser respondida sobre a comunicação ficcional foi explanada por Searle do ponto de vista proposicional, limitando o aspecto comunicativo aos termos semânticos de valor de verdade. Um modo alternativo de se responder a questão pode ser sugerido de um ponto de vista da pragmática,

disciplina dedicada à investigação da primeira característica das três anteriormente mencionadas na definição de Chomsky, a propriedade finalista da linguagem.

Em suas observações sobre pragmática e literatura, Dascal (2006) explicou que o “nicho ontológico” da pragmática é a investigação dos princípios regentes da comunicação de intenções comunicativas. Enquanto a semântica se dedica ao significado das elocuções e das sentenças, é tarefa da pragmática estudar o significado do falante ou do autor, ou os usos que dispomos para a produção, transmissão e interpretação do significado. Deste modo, embora a pragmática deva considerar o significado das elocuções e das sentenças, tal quais outros conteúdos codificados, esses elementos se apresentam ao estudo pragmático como recursos passíveis de manipulação contextual. Se referindo à pesquisa pertinente às estruturas semânticas, sintáticas e às demais estruturas semióticas socialmente codificadas, Dascal ressaltou que:

...o papel que representam, para a pragmática, é o de “recursos” a serem explorados e colocados em uso, em um determinado *contexto* e *co-texto*, com o objetivo de produzir e transmitir com sucesso o significado pretendido. Tomar um recurso como esse como o objeto da pesquisa é legítimo. Mas deve-se ter em mente que os resultados de tal pesquisa podem somente ser parciais enquanto explicações sobre o significado de qualquer trecho de um discurso. Uma leitura puramente semântica de um texto, por exemplo, irá sem dúvida revelar as escolhas semânticas feitas pelo seu autor; mas revelar o significado que o autor pretendeu transmitir por meio dessas escolhas é uma tarefa da leitura pragmática. (DASCAL, 2006, p. 295).

Como já comentado no capítulo um, não raramente, a comunicação humana apresenta certa discrepância em relação às propriedades estruturais da linguagem, expondo os falantes a frequentes insucessos no compartilhamento de informações. Tal fato chega a conduzir alguns linguistas à dúvida de como é possível compreender a comunicação ordinária, havendo mesmo aqueles que admitem a comunicação como um fenômeno “milagroso”, não somente no caso ficcional, mas mesmo em eventos comunicativos triviais,

como uma simples conversação entre duas pessoas tão diferentes ontogeneticamente.

Assim, cabe à pragmática explicar os princípios utilizados pelos falantes em suas trocas comunicativas, considerando inclusive o uso de elementos extralinguísticos. Para tanto, se, semelhantemente a Sperber e Wilson (1995/2001), admitirmos as gramáticas gerativas como os melhores modelos descritivos das linguagens naturais, então admitimos também que a gramática realiza a ligação entre as representações fonéticas e as representações semânticas. No entanto, a gramática não liga necessariamente as representações semânticas das frases aos pensamentos dos falantes veiculados pelas elocuções.

A distinção das elocuções, em relação às frases, é que elas possuem uma variedade de propriedades extralinguísticas. A gramática extrai as propriedades puramente linguísticas das elocuções descrevendo sua estrutura frasal. As elocuções, todavia, apresentam propriedades não linguísticas que ultrapassam as representações semânticas descritíveis pelas gramáticas, como, por exemplo, a hora e o local da enunciação ou a identidade e as intenções dos falantes.

Do ponto de vista da estrutura gramatical, não há má formação frasal, cada sentença é bem definida, e o falante não as confunde em sua língua materna ao fazer uso de sua competência linguística para selecionar intuitivamente as sentenças ideais. No entanto, do ponto de vista comunicativo, não havendo pareamento entre forma gramatical e o conteúdo comunicativo, tem de ser explicado como os falantes lidam com alguns dos fenômenos linguísticos abundantes não só em eventos de comunicação ficcional, mas também na própria comunicação diária. De outro modo, se do ponto de vista estrutural as sentenças não estão sujeitas à má formação, do ponto de vista da elocução a linguagem é repleta de ambiguidades, indeterminações referenciais e vagezas.

De igual modo, a gramática não tem por objetivo descrever como um ouvinte, ao fazer uso de informações não linguísticas, determina as intenções que o falante tem em mente. Enquanto tais fenômenos podem ser

desconsiderados pelas teorias gramaticais, cabe à pesquisa pragmática fornecer fundamentos teóricos adequados à interpretação das elocuções.

Conforme a proposta de Sperber e Wilson (1995) os sistemas inferenciais impõem importantes restrições sobre o sistema de representações conceituais, sendo que estas representações têm de ter propriedades lógicas, para a geração de implicaturas, de contradição umas das outras e de aplicação de regras dedutivas. As propriedades lógicas das representações conceituais são chamadas *formas lógicas*, sendo por intermédio delas que as representações conceituais se inserem nos processos lógicos, viabilizando as implicações e contradições.

A forma lógica pode ser definida como uma fórmula para a boa formação, um conjunto estruturado de constituintes que passa por operações lógicas formais determinadas por sua estrutura. As operações lógicas preservam os valores de verdade, de modo em que uma dedução derivada da representação verdadeira P dá origem a uma representação verdadeira Q. Para que uma representação seja processada logicamente é necessário apenas que ela esteja bem formada.²¹

Contudo, para constituir uma representação passível de verificação como verdadeira ou falsa, é necessário que ela esteja também semanticamente completa, que represente um estado de coisas verdadeiro ou falso no mundo real ou em mundos possíveis. Assim, uma forma lógica é proposicional desde que semanticamente completa, do contrário, pode ser considerada não proposicional, como em “ele entregou algo a alguém”. Como ‘ele’, ‘algo’ e ‘alguém’ não representam conceitos bem definidos, apenas demarcando lugares a ser ocupados por conceitos, a frase não é nem verdadeira nem falsa (SPERBER e WILSON, 2001).

A título de exemplificação, tomemos as seguintes ocorrências:

Ambiguidades

- a) fonética: a Maria Flores X amaria flores; vi ela X viela; quero a mala X quero amá-la; antes de a manhã X antes de amanhã.

²¹ Para uma explanação detalhada, ver Santos (2009).

- b) lexical: João e Maria estão no banco da praça;
- c) estrutural: Pedro viu a Maria com um binóculo.
- d) lexical e estrutural: Tomei a bebida do João.
- e) lexical, estrutural e fonética: Tomarei a bebida do João antes de a manhã.

Indeterminação referencial

De modo geral, pode ser representada pela classe dos pronomes pessoais, cuja função referencial tende a ser resolvida somente através de apontamentos no mundo, em dependência contextual.

- a) Voltei.
- b) Eu a beije!
- c) Você sabe quem é ela?
- d) Ele é dos nossos ou faz parte daqueles?!
- e) Entreguei a aliança a Maria e a esqueci...

Vagueza

- a) Logo volto.
- b) Este é melhor que aquele.
- c) Amanhã será melhor que hoje

Então, novamente, se assumirmos com as gramáticas gerativas que para os falantes estes conteúdos representam diferentes sentenças estruturalmente bem formadas, resta fornecer alguma explicação de como os falantes selecionam tais conteúdos quando utilizados em elocuções comunicativas. De início, estas formas representam importantes papéis cognitivos, primeiro por potencializarem o armazenamento na memória

conceitual como esquemas de suposições, e por geraram um sistema de entrada de dados linguísticos que podem ser completados pelo ouvinte até que forme a proposição pretendida pelo falante (SPERBER e WILSON, 2001).

Sob a perspectiva da TR, deve haver algum mecanismo de relevância que opera heurísticamente²², como que por meio de uma função, sobre o conteúdo da elocução mais o contexto. Ao discorrer sobre a fruição artística, uma boa definição acerca do mecanismo de relevância para a interpretação comunicativa foi elaborada por Steven Pinker:

...Algumas das partes são anômalas a princípio e, ao decifrar essa anomalia, descobrimos por nós mesmos os modos inteligentes como o artista moldou as diferentes partes do veículo de sua arte para fazer a mesma coisa ao mesmo tempo. Nós nos perguntamos: por que surgiu de repente um vento uivante? Por que a mulher tem uma mancha verde na face? Por que uma canção de amor está falando em tons musicais? Ao resolver as charadas, o público é induzido a prestar atenção a uma parte normalmente não saliente do meio de comunicação, reforçando-se o efeito desejado. A mente reflexivamente interpreta as palavras e os gestos das outras pessoas fazendo o que for preciso para torná-las sensatas e verdadeiras. Se as palavras forem vagas ou incongruentes, caridosamente ela completa as premissas que faltam ou muda para um novo referencial no qual as palavras tenham sentido. Sem esse "princípio da relevância", a própria linguagem seria impossível (PINKER, 1998, p. 577).

4.2 A intenção de Grice: o significado dos significados.

O quadro teórico formulado pelo filósofo Herbert Paul Grice pode ser compreendido como um dos mais prestigiados esquemas para a característica finalista da linguagem, conforme mencionou Chomsky. A função finalista – de que há na fala humana uma intenção definida de levar alguma coisa para outra pessoa, alterando o comportamento desta pessoa – foi definida por Grice (1957) como “um querer dizer”.

A formulação griceana é um deslocamento do significado da sentença para o significado do falante, influenciando os estudos pragmáticos à

²² Ver também Dascal (1983/2011).

investigação de quais processos psicológicos guiam o falante em suas interações comunicativas. O filósofo analisou que a divergência entre lógicos e teóricos do discurso derivava de uma distinção até então não observada entre o dito e o comunicado, passando a considerar a imparidade de significação entre o que um falante pretende comunicar e o significado da sentença utilizada para a expressão de sua intenção. Para tratar da questão da significação, Grice distinguiu dois níveis de significado, o natural e o não-natural.

O significado natural consistiria em uma correlação factual entre eventos. Como no exemplo:

aquelas manchas querem dizer sarampo. Aquelas manchas, para mim, não querem dizer nada, mas para o médico queriam dizer sarampo – não se pode dizer “aquelas manchas querem dizer sarampo, mas ele não tem sarampo”. Em contrapartida, uma observação como “o Carlos não podia passar sem a sua cara metade”, queria dizer que Carlos achava sua mulher indispensável, e neste caso, é demonstrável uma ocorrência de significado não-natural (GRICE, 1957, p. 377).

Nos termos da teoria inferencial de Grice, a análise do significado como “querer-dizer” parte de que:

- Para significar algo (querer dizer) com a elocução x , o falante F deve ter a intenção de que a elocução de x por F produza certa resposta r numa audiência A ;
- A audiência A reconheça a intenção;
- O reconhecimento, por A , da intenção, constitua ao menos parte da razão de A para produzir a resposta r .

Em trabalho posterior, Grice (1975) supôs que enquanto dois indivíduos estão dialogando, deve haver algum princípio regente para a comunicação, o qual foi denominado Princípio da Cooperação (PC). Reformulando uma ideia anteriormente proposta por Kant (1781), Grice sugeriu a existência de quatro

máximas conversacionais, subjacentes ao seu Princípio de Cooperação e inerentes ao ato comunicativo. Estas máximas foram ordenadas como:

Máxima da Qualidade: Faça sua contribuição verdadeira.

- Não diga o que você acredita ser falso;
- Não diga o que não tem evidência adequada.

Máximas da Quantidade:

- Faça sua contribuição tão informativa quanto necessário
- Não a faça mais informativa que o necessário

Máxima da Relação:

- Seja relevante, diga somente o que convém à situação.

Máximas de Modo:

- Seja claro. Evite obscuridade na expressão.
- Evite a ambigüidade;
- Seja breve. Evite a prolixidade inútil.
- Seja ordenado.

Desde que não violadas, cada uma destas máximas favoreceria um modelo de conversação sem mal-entendidos, instituindo uma forma referencial para a boa comunicação. Este processo foi descrito pelo seguinte axioma: “Dê a sua contribuição conversacional tal como requerida, na altura em que ocorre, pelo propósito ou direção aceite da troca verbal na qual você está envolvido” (GRICE, 1975).

Observando que o dito (enunciado semântico) é muitas vezes incoerente com a intencionalidade comunicativa pretendida pelo falante, Grice evidenciou a abundância das implicaturas na comunicação. Em outras palavras, a contribuição desta teoria é a explicitação de que o significado pretendido pelo falante vai muito além daquilo que ele diz, e que aquilo que ele insinua, sugere ou indica, a ‘implicatura’, não é compreendido pelo ouvinte por meio de decodificação do significado linguístico, mas por vias inferenciais.

Deste modo, a ‘implicatura’ tende a contrastar com o ‘dito’, mas a soma destas propriedades é o que leva à plenitude do significado não-natural e, portanto, daquilo que é comunicado. Como o significado não-natural envolve a intenção do comunicador, Grice postulou que a linguagem é um instrumento de comunicação que o falante utiliza para compartilhar suas intenções, sendo através da intencionalidade do falante, somada à competência inferencial do ouvinte, a efetuação do processo daquilo que é dito e daquilo que é comunicado.

A teoria griceana apresentou um empreendimento de explicitação de conteúdos implícitos, em que, como explicado por Dascal (2006), trata-se de uma forma comunicativa na qual a lógica empregada não é baseada no modo padrão de uma sentença “Se P, então P”, mas em um processo em que “Se P, então Q”.

Contudo, Grice admitiu estar preocupado com a possibilidade de suas máximas conversacionais serem redutíveis a uma única super máxima, à Máxima de Relevância. O filósofo alertou também que:

Estabeleci minhas máximas como se este propósito fosse uma troca de informações maximamente efetiva; esta especificação, naturalmente, é demasiado estreita e o esquema tem que ser generalizado para abranger propósitos gerais, tais como influenciar ou dirigir as ações dos outros...Como um dos meus princípios declarados é ver a fala como um caso especial ou variedade do comportamento intencional, ou melhor, racional, pode ser interessante notar que as expectativas específicas ou presunções correlacionadas com algumas das máximas precedentes têm seus paralelos na esfera das transações que não são diálogos (GRICE, 1975, p.88).

Ademais, as diversas formas narrativas são por excelência estruturas comunicativas que violam os pressupostos griceanos, sendo que a maioria das análises de gêneros narrativos fundamentadas em Grice aponta para a quebra constante de suas máximas (FERREIRA, 2009). Como observaram Tooby e Cosmides (2001), em episódios de comunicação ficcional as restrições griceanas para se atingir a eficiência comunicativa são radicalmente violadas. Além disto, em relação à Máxima de Qualidade, a ficção não é

intencionalmente destinada a ser interpretada como literalmente verdadeira. Em relação à Máxima de quantidade, a ficção exprime uma quantidade de informações excessivas, como nos casos das descrições literárias, ou informações insuficientes, como nos gêneros de suspense. Em relação à Máxima de Modo, a ficção é, em geral, indiscriminadamente obscura, ambígua, prolixa e desordenada.

Estes dados parecem conduzir um pragmaticista na linha de Grice a se questionar se, afinal, a única máxima não violável em comunicação ficcional, e de modo geral, seria a Máxima de Relevância. Marcelo Dascal (1977) foi quem primeiro explorou a possibilidade do pensamento griceano ser fundamentado apenas nesta máxima²³. Posteriormente, Sperber e Wilson levaram a cabo o empreendimento de uma formulação teórica esquemática baseada no conceito de relevância.

4.3 A Teoria da Relevância como resposta às questões griceanas

A Teoria da Relevância é uma formulação com vistas a solucionar detalhadamente uma das afirmações nucleares da pragmática griceana a de que a comunicação humana tem por característica elementar a expressão e o reconhecimento intencional. Como explicado anteriormente, no capítulo I, o modelo inferencial de comunicação é uma alternativa ao modelo de código, cuja formulação clássica prevê a existência de um código, por sua vez utilizado por um comunicador que codifica uma mensagem pretendida dentro de um sinal, que, por sua vez, é decodificado pelo receptor por meio de uma cópia idêntica do código.

Em contrapartida, o modelo inferencial prevê que um comunicador fornece alguma evidência de sua intenção de comunicar certo significado, que é inferido pela audiência com base na evidência fornecida. Assim, uma elocução é entendida como um componente de evidência para a codificação linguística, um dos *inputs* para o processo inferencial que produz o significado no falante. Por isso, o objetivo da pragmática inferencial, mais especificamente

²³ Ver Campos (2008).

o do modelo relevantista, é explicar como o ouvinte infere o significado do falante com base nas evidências fornecidas.

Segundo Sperber e Wilson (1995), o princípio de relevância opera em um nível automático de modo que os comunicadores e o público não precisam conhecer o princípio de relevância para comunicar, tanto quanto não precisam saber do princípio da genética para se reproduzirem. Comunicadores não seguem o princípio de relevância, já que eles não poderiam violá-lo, mesmo que quisessem. O princípio de relevância aplica-se sem exceção.

4.3.1 Relevância e cognição

Segundo Wilson e Sperber (2005) a afirmação central da TR é a de que expectativas de relevância são precisas e previsíveis o suficiente para guiar o ouvinte na direção do significado do falante. A relevância pode ser compreendida como uma propriedade potencial não só de elocuições, mas também de pensamentos, memórias e conclusões inferenciais, de modo que qualquer estímulo externo ou representação interna que fornece um *input* para processos cognitivos é potencialmente relevante a um indivíduo. Os enunciados geram expectativas de relevância porque a busca pela relevância é uma característica básica da cognição humana.

Um *input*, como enunciados, visões, sons, memórias, etc., se torna relevante quando conectado a uma informação anteriormente disponível, *background*, resultando em conclusões que interessem ao indivíduo, como para responder questões que possuía em mente, aumentar seu conhecimento em dado assunto, esclarecer alguma dúvida, confirmar suspeitas ou corrigir falsas crenças, incluindo o fortalecimento, a revisão ou o abandono das suposições disponíveis.

Um *input* será relevante quando, durante o processamento cognitivo em um contexto de suposições disponíveis, for capaz de produzir um efeito cognitivo positivo, isto é, alguma vantagem no processamento representacional do indivíduo, como uma conclusão verdadeira, por exemplo. Considerando que o efeito positivo mais vantajoso atingido pelo estímulo é a implicação

contextual, derivada de uma conclusão dedutível a partir da soma dos estímulos mais o contexto, o *input* é relevante para um indivíduo se, e somente se, seu processamento produzir efeitos cognitivos positivos.

Frente à abundância de *inputs* potencialmente relevantes, não é possível investir atenção em todos, e, diante dos inúmeros estímulos competidores, não é somente um que pode atingir algum grau de relevância, contudo, algum obterá maior grau que os demais estímulos alternativos disponíveis. Em contextos idênticos, quanto maior o valor das conclusões alcançadas pelo processamento de um *input*, mais relevante ele será, portanto, quanto maiores os efeitos cognitivos positivos alcançados pelo processamento de um *input*, maior será a relevância, se tratado, então, de uma questão de graus.

Deste modo, quanto maior for o esforço requerido da percepção, da memória ou da inferência, menor será a recompensa pelo processamento do *input*, acarretando em menor dedicação de atenção. Consequentemente, em contextos idênticos, quanto maior o esforço de processamento, menos relevante será o *input*. Com isto, a propriedade da relevância pode ser compreendida como uma função de efeitos e esforços, calculada em termos de efeitos cognitivos e esforços de processamento. Postula-se que:

- a) Em contextos idênticos, quanto maiores forem os efeitos cognitivos positivos alcançados pelo processamento de um *input*, maior será a relevância do *input* para o indivíduo nessa situação.
- b) Em contextos idênticos, quanto maior for o esforço de processamento despendido, menor será a relevância do *input* para um indivíduo nessa situação.

Com esta caracterização de relevância, assume-se que diante do objetivo de maximizar a relevância dos *inputs*, o processamento cognitivo decorre da capacidade de fazer mais eficientemente o uso dos recursos de processamento disponíveis.

A afirmação é a de que os seres humanos tendem automaticamente a maximização da relevância, em decorrência de como nossos sistemas cognitivos se desenvolveram evolutivamente. As constantes pressões seletivas na direção do aumento de eficiência resultaram em mecanismos perceptuais

que tendem automaticamente à escolha de estímulos potencialmente relevantes, enquanto nossos mecanismos de recuperação de memória tendem automaticamente a ativar suposições potenciais, sendo, ainda, que nossos mecanismos inferenciais tendem a processá-los de modo mais eficiente. Esta tendência humana é descrita como o Primeiro Princípio de Relevância, sob o qual se afirma que a cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância.

4.3.2 Relevância e comunicação

A TR concebe que há uma tendência universal da cognição humana para a maximização da relevância, permitindo, em alguma medida, a predição e a manipulação de estados mentais alheios. Em posse de algum conhecimento sobre a tendência das escolhas do interlocutor sobre os *inputs* considerados mais relevantes, o falante é capaz de produzir estímulos compatíveis com a capacidade de processamento do interlocutor, levando sua atenção a maximizar um estímulo útil para que, em um conjunto apropriado de suposições contextuais, ele se dirija a uma conclusão pretendida.

A TR se caracteriza, portanto, como um modelo comunicativo ostensivo-inferencial, que pode ser definido da seguinte maneira:

A pessoa que comunica produz um estímulo que torna mutuamente manifesto à pessoa que comunica e aos receptores que a pessoa que comunica tenciona, por meio deste estímulo, tornar manifesto ou mais manifesto aos receptores um conjunto de suposição (SPERBER e WILSON, 2001, p. 112).

A comunicação ostensivo-inferencial é dividida em dois níveis de intencionalidade:

- a) intenção informativa – intenção de informar algo a uma audiência;
- b) intenção comunicativa – intenção de informar uma intenção informativa a uma audiência.

Sobre estas definições é que a compreensão comunicativa pode ser explicada em termos relevantistas, como será abaixo explanada.

4.3.3 Compreensão à luz da Relevância

Do ponto de vista da TR, a compreensão é alcançada quando satisfeita a intenção comunicativa, isto, é, quando a audiência reconhece a intenção informativa do comunicador. O procedimento comunicativo ostensivo-inferencial envolve o uso de um estímulo ostensivo direcionado à atração da atenção do ouvinte e direcioná-lo no significado do comunicador. A condução dos estímulos ostensivos às expectativas de relevância decorre do Princípio Cognitivo de Relevância, cujo estímulo ostensivo é projetado para atrair a atenção da audiência, dada a tendência cognitiva para maximizar a relevância. Deste modo, a audiência somente dedicará atenção a um estímulo que presumivelmente seja relevante o suficiente para valer o esforço de processamento.

Outra base para a compreensão é guiada pelo Segundo Princípio de Relevância ou Princípio Comunicativo. Este princípio aplicado à comunicação ostensivo-inferencial prevê que todo estímulo ostensivo comunica a presunção de sua própria relevância ótima. O Princípio Comunicativo de Relevância e a noção de relevância ótima são centrais na TR, através do postulado de que o uso de um estímulo ostensivo cria uma presunção de relevância de modo que um estímulo ostensivo é otimamente relevante se, e somente se:

- a) é relevante o suficiente para merecer esforço de processamento da audiência;
- b) é o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do comunicador.

Como exposto em detalhes pelos autores:

a compreensão verbal começa com a recuperação de um significado da sentença codificado linguisticamente, que pode

ser enriquecido contextualmente em uma variedade de formas para gerar o significado pleno do falante. Pode haver ambiguidades e ambivalências referenciais para resolver, elipses para interpretar, e outras indeterminâncias de conteúdo explícito para tratar. Pode haver implicaturas para identificar, indeterminâncias ilocucionárias para resolver, metáforas e ironias para interpretar. Tudo isso requer um conjunto apropriado de suposições contextuais, que o ouvinte também deve suprir. O Princípio Comunicativo de Relevância e a definição de relevância ótima sugerem um procedimento prático para desempenhar essas subtarefas e construir uma hipótese sobre o significado do falante. O ouvinte deveria tomar um significado linguístico decodificado; seguindo um percurso de menor esforço, ele o enriqueceria em um nível explícito e o complementaria em um nível implícito até uma interpretação resultante encontrar sua expectativa de relevância (WILSON e SPERBER, 2005, p. 232).

Sob este procedimento, a compreensão à luz da Relevância pode ser definida como:

- a) Siga um caminho de menor esforço no cômputo de efeitos cognitivos: teste hipóteses interpretativas (desambiguações, resolução de referências, implicaturas, etc.) em ordem de acessibilidade.
- b) Pare quando suas expectativas de relevância forem satisfeitas.

Assim, quando um ouvinte segue o caminho de menor esforço, ele chega a uma interpretação que satisfaz suas expectativas de relevância que, na ausência de evidências contrárias, é a hipótese mais plausível sobre o significado do falante. Uma vez que a compreensão é um processo de inferência não-demonstrativo, essa hipótese pode ser falsa, contudo, é a melhor que um ouvinte racional poderia formular.

Ainda segundo Wilson e Sperber (2005), o ouvinte não decodifica primeiramente a forma lógica para, em seguida, construir uma explicatura, para, na sequência, selecionar um contexto apropriado, e, finalmente, derivar um conjunto de conclusões implicadas. Antes, a compreensão se caracteriza como um processo simultâneo (*on-line*), sendo que as hipóteses sobre a explicaturas, premissas implicadas e as conclusões implicadas são geradas

paralelamente, a partir do *background* de expectativas que podem ser revisadas ou elaboradas a partir das elocuções.

O modelo relevantista considera, então, que para a análise de alguns fenômenos linguísticos abundantes nas narrativas, como os recursos metafóricos, hiperbólicos e de vagueza referencial, a consideração das máximas griceanas deve ser abandonada. Para tanto, os autores argumentam que tais fenômenos são melhores visualizados como subprodutos das expectativas de relevância, constituindo vias alternativas para a obtenção de relevância. Deste modo, a compreensão de uma elocução como literal, vaga, ou metafórica dependerá do ajustamento mútuo do contexto e dos efeitos cognitivos, de modo a satisfazer a expectativa geral de relevância (WILSON e SPERBER, 2005). Os autores ilustraram sua argumentação através do seguinte exemplo:

- a) Peter: O que você acha do último romance de Martin?
- b) Mary: Ele me faz dormir.

Os autores afirmam que conforme o quadro teórico griceano, a elocução de Mary em (b) teria três distintas interpretações, podendo ser uma asserção literal, uma hipérbole ou uma metáfora. Peter teria de testar as possíveis interpretações partindo da hipótese assertiva e somente no caso da constatação da violação de alguma das máximas é que passaria à interpretação figurada. No entanto, eles argumentam que as interpretações literais não são necessariamente testadas e rejeitadas antes que interpretações figuradas sejam consideradas.

Tipicamente, usos vagos e, particularmente, usos metafóricos, comunicam um conjunto de implicaturas fracas. Por exemplo, uma expressão como “João é quadrado” pode produzir as implicaturas de que João é convicto de seus pensamentos, não muda de opinião facilmente ou é um homem de princípios, e assim por diante. Nenhuma dessas possibilidades é necessariamente requerida para a compreensão da elocução, mas sem tais implicaturas o enunciado não faz sentido.

Contrariamente, se a palavra ‘quadrado’ é compreendida como expressando o conceito de ‘quadrado’ (figura geométrica quadrilátera) combinado com a informação contextual suficiente para produzir essas implicações, então o próprio conceito de quadrado exibirá alguma indeterminação ou incerteza, e o enunciado como um todo exibirá uma fraqueza correspondente de explicatura.

Uma vez que expressões vagas e metafóricas exibem tipicamente as incertezas interpretativas, a abordagem da Relevância fornece uma ferramenta útil, ao distinguir implicaturas fortes e fracas. Esta distinção pode lançar luz sobre a variedade de formas pelas quais os enunciados alcançam relevância. As implicaturas fortes podem ser compreendidas, por exemplo, nas práticas da tipologia injuntiva, como manuais de instruções, receitas culinárias e legislações.

Já as implicaturas fracas alcançam relevância por sugerirem um vasto conjunto de implicações possíveis, cada uma das quais é uma implicatura fraca. Conjuntos de implicaturas fracas são típicos dos usos poéticos da linguagem, sendo caracterizados pelos teóricos relevantistas como ‘efeitos poéticos’ (SPERBER e WILSON, 1995; PILKINGTON, 2000).

4.4 Efeitos poéticos: modelando a comunicação ficcional

Em seus comentários sobre as análises de Grice, Sperber e Wilson (1995) revisaram sua suposição geral de que a metáfora, a hipérbole e a ironia deveriam ter tratamentos paralelos. No quadro teórico griceano, o tratamento da ironia verbal é semelhante ao tratamento da metáfora e da hipérbole, constituindo uma clara violação da máxima de veracidade. A única distinção estaria no tipo de implicatura transmitida, em que a metáfora implicaria um símile baseada no que foi dito, a hipérbole implicaria em um enfraquecimento do que foi dito, e ironia implicaria o oposto do que foi dito.

Em oposição, a proposta da TR é a de que a ironia verbal, a hipérbole ou a metáfora não envolvem um procedimento especial além dos já utilizados para o processamento básico da linguagem, isto é, o uso interpretativo, ou uma

forma mais específica, a interpretação ecóica. O enunciado ecóico é definido como um recurso para se obter relevância por vias da expressão do falante como do ponto de vista que ele atribui tacitamente ao outro. Um enunciado pode ser interpretativamente usado para metarrepresentar outro enunciado ou pensamento de conteúdo semelhante. Suponha um contexto em que João e Maria discutem a última obra da aula de literatura:

1. João – é um ótimo livro.
2. Maria – a) (afirmativamente) é um ótimo livro.
 b) (duvidosamente) é um ótimo livro?
 c) (ironicamente) é um ótimo livro!

Em (2a) o enunciado ecóico de Maria indica sua concordância com João, ao passo que em (2b) indica o questionamento de Maria à afirmação de João, e em (2c) o enunciado indica a oposição de Maria à afirmação de João. Assim, as possíveis interpretações de João à resposta ecóica de Maria poderiam ser:

3. a) Maria considera que é um ótimo livro.
 b) Maria considera questionável que seja um ótimo livro.
 c) Maria não considera que seja um ótimo livro.

A atitude proposicional expressa em (1) ‘é um ótimo livro’ impõe a João o esforço de processamento além do exigido pelo enunciado. João terá de atribuir a Maria a atitude que ela, por sua vez, atribui ao enunciado. Se admitirmos esse processo de compreensão baseado na habilidade atributiva de intenções informativas e comunicativas, a interpretação de cada enunciado, e não somente dos recursos poéticos, parece exigir um alto grau de capacidade metarrepresentacional.

Em complemento a esta linha de pensamento, as considerações de Candria (2011) contestaram a ideia do valor da ficcionalidade residir na diferença de sua linguagem em relação a que usamos na comunicação diária.

Tal diferença parece ser insustentável devido à abundância dos elementos da linguagem literária nas situações comunicativas do dia-a-dia.

A linguagem literária não é de todo autônoma, não havendo elementos nas obras literárias que não possam ser explorados na linguagem ordinária. Um poema, por exemplo, é escrito e lido pelo valor derivado de seus efeitos poéticos, obtendo sucesso na medida em que comunica tais efeitos. Um poema não é obscuro deliberadamente, apenas para transformar a interpretação em um problema (PILKINGTON, 1991). Uma evidência que tem sido observada é alguns textos não-literários, como anúncios, propagandas e manchetes, muitas vezes exploram os mesmos recursos que os poetas usam para produzir determinados efeitos²⁴.

Como já visto no exemplo do próprio Searle, é bem aceita a noção de que os efeitos estéticos surgem da violação das normas particulares da linguagem, garantidos nos valores do texto em si. Todavia, este ponto de vista pode não ser adequado devido ao processo avaliativo e apreciativo não ocorrerem no texto *per se*, mas na mente do leitor. Na perspectiva da TR, os efeitos estéticos surgem como o resultado de esforços do leitor na recuperação da intenção do autor, por vias de explorações contextuais que suportem a sua interpretação da intenção do autor.

Isto sugere que o leitor tem um papel central na avaliação de um texto, ainda que isto não acarrete que qualquer leitor possa avaliar a qualidade ou literariedade textual. Esta não é uma tarefa fácil, especialmente para o leitor não familiarizado com as convenções particulares de cada leitura. O leitor, o texto ou a linguagem não desempenham sozinhos os critérios para avaliação de uma obra. Entre tais critérios podem ser incluídos fatores como emoções, sentimentos, atitudes ou impressões experimentadas durante a fruição.

A sugestão da TR para os recursos estilísticos, vista na noção de 'efeitos poéticos', é a da geração de efeitos peculiares que conseguem a maior parte de sua relevância através de um largo leque de implicaturas fracas, de modo que as elocuções que carregam tais efeitos criam uma mutualidade afetiva em vez de cognitiva. Por esta via, o efeito poético emerge do enfraquecimento

²⁴ Ver, por exemplo, Silveira e Feltes (1999), Campos (2008).

semântico, resultando em uma busca peculiar de se alcançar a relevância (SPERBER e WILSON, 2001).

Efeitos poéticos constituem, portanto, respostas emocionais, atitudes avaliativas e impressões despertadas no leitor, fugindo ao apelo exclusivo às propriedades formais e estruturais do texto, passando a constituir um processo universal de experiência estética. Tal processo decorre em função das representações mentais, em menor ou maior escala, serem passíveis ao processamento dos *inputs* fornecidos por estes recursos linguístico-literários.

Deste modo, sob a noção dos efeitos poéticos, a resposta alternativa oferecida pela TR ao que diferencia a linguagem narrativa das outras formas de comunicação humana é vista em termos de processamento mental do leitor para a interpretação da intenção do autor. O leque de implicaturas fracas gerado pelos efeitos poéticos condiciona o leitor a explorar e decidir quais destas implicaturas fracas são consistentes com os princípios da relevância, cabendo ao leitor considerar os efeitos contextuais que permeiam a obra e o autor.

Ao contrário de outros atos de comunicação em que o comunicador tende a minimizar o esforço público para processamento de informação, os efeitos poéticos aumentam o custo do processamento de informações, aparentemente violando os princípios da relevância e fornecendo informações irrelevantes. No entanto, o que ocorre é que estes efeitos oferecem diferentes tipos de relevância para seu leitor da seguinte forma: o autor, por um lado, aumenta o custo de processamento da informação, mas, por outro lado, obtém do leitor um efeito cognitivo ainda mais rico.

A ação de incitar maior esforço cognitivo produz efeitos contextuais por meio das expressões não-literais. Estas expressões condicionam o leitor a uma maior responsabilidade no processo interpretativo, com vistas à recuperação da intenção do autor. O autor, por sua vez, está parcialmente descomprometido com os efeitos de suas expressões, tendo condições, em caso de questionamento, de autenticá-las ou de negá-las, atribuindo-as exclusivamente à interpretação do leitor.

O autor fornece apenas manifestações implícitas de sua intenção. Ele pode transmitir uma gama muito maior de informação, como sobre suas ações

e intenções, do que poderia transmitir através da produção de informações evidentes. Pode-se supor que o autor usa expressões não-literais por constituírem os enunciados mais relevantes para a produção deste tipo de implicatura fraca. Já o leitor tende a se apegar ao princípio de relevância ótima, em que as expressões mais relevantes são compatíveis com suas preferências e capacidade de comunicação, para interpretar a intenção pretendida. Para tanto, o leitor continuamente procura vestígios que lhe darão acesso às suposições contextuais, a fim de derivar implicações contextuais.

Deste modo, sob a ótica da TR, as figuras retóricas e os efeitos poéticos, que permeiam a literatura ficcional, incentivam a exploração do contexto poético em qual foi construída uma atmosfera de intimidade mutuamente manifesta entre autor e leitor. O autor estimula o leitor a responder às suas ideias com um repertório mais refinado de estados afetivos. Como explicaram Sperber e Wilson, os efeitos poéticos podem ser abarcados então na ideia de "criar impressões comuns ao invés de conhecimento comum, em conformidade com as experiências particulares do ouvintes/leitores" (SPERBER e WILSON, 2001, p. 332).

Se aceitas as premissas até aqui explanadas, podemos prosseguir na formulação de uma explicação alternativa para a comunicação ficcional, a partir da perspectiva relevantista. Como visto, a TR se concentra em como são efetuadas as interpretações via contexto, a partir das marcas linguísticas que conduzem a interpretação. Cada enunciado tem uma variedade de interpretações possíveis, todas compatíveis com a informação linguisticamente codificada. O ouvinte/leitor é equipado de habilidade para avaliar as possíveis interpretações e selecionar uma única, de modo que, tendo encontrado a que considerar satisfatória, poderá parar sua busca.

Consistindo os enunciados em conjuntos de suposições, a interpretação é requerida sob o esforço de avaliar muitos significados apresentados por diferentes graus de relevância. Conforme a TR, o autor produz um texto (um enunciado) que fornece evidências para um conjunto de pressupostos (proposicionais, não-proposicionais, sentimentos, impressões e assim por diante), do qual o leitor reconhecerá a intenção pretendida.

O procedimento do leitor é o de aceitar ou não as premissas do autor como verdadeiras ou possivelmente verdadeiras, enquadrando-as em seu repertório cognitivo, conforme conhecimentos mutuamente compartilhados, armazenados na memória enciclopédica ou recentemente acessados. Assim, a comunicação será bem sucedida se o leitor reconhecer a intenção do autor, cujo papel é o de fornecer evidências para o significado pretendido a partir de seu procedimento ostensivo, em soma com alguma responsabilidade por parte do leitor, para a (re) construção da interpretação.

Cada enunciado é um estímulo que tem por objetivo concorrer a atenção do leitor, o que gera a expectativa de relevância. O critério para avaliação de hipóteses sobre o enunciado é construído em torno dessa expectativa. Na comunicação, há uma expectativa de relevância precisa e potente o suficiente para que, se o leitor encontrar uma interpretação que o satisfaça, é essa que tende a ser selecionada. Pode ocorrer de o leitor selecionar uma interpretação oposta àquela pretendida pelo escritor, como nos casos de interpretação deliberada, ou “superinterpretação”, para emprestar um termo de Eco (1993). Isto pode ocorrer quando as evidências linguísticas do escritor são negligenciadas, sendo que a falha em identificar corretamente o enunciado em contexto pode resultar em interpretações inaceitáveis.

Um esclarecimento auxiliar pode ser visto no trabalho de Furlong (2007), que defende a distinção entre implicações e implicaturas como favorável à compreensão da interpretação irrestrita no tratamento textual. Semelhante à distinção entre significado natural e não-natural, sugerida por Grice, as implicações e implicaturas podem ser explicadas do seguinte modo: a formação de nuvens no céu implica chuva, ao mesmo tempo que os raios implicam perigo. No entanto, essas ‘implicações’ não estão relacionadas a intenções comunicativas por parte das nuvens ou dos raios. Elas são deduções resultantes do processamento de informações em um dado contexto. Não há ato comunicativo em que a árvore intencione ostentar uma informação, mas apenas um fenômeno que o ser humano processa.

Um texto, contudo, é diferente: ele é a expressão de um significado não-natural. Ainda que derive algumas implicações, o texto é um ato comunicativo intencional. Consequentemente, não fornece apenas implicações, mas também

implicaturas. Estas implicaturas são utilizadas pelo leitor para supor os diferentes graus de informação a serem recuperadas para se identificar a intenção do autor. O texto fornece evidência não apenas para a interpretação, mas também para o contexto que produz essa interpretação. Por isso, a TR propõe que o contexto fornecido para a interpretação é pretendido pelo comunicador, sendo tal contexto o elemento que permitirá ao ouvinte/leitor obter a interpretação pretendida. Deste ponto de vista da função contextual em que um texto é lido, o leitor repousa na evidência explicitamente fornecida pelo texto e por uma ampla variedade de outros recursos.

Desse modo, os textos constituiriam sempre um conteúdo intencional, não sendo tratados como objetos da natureza, passíveis da completa determinação hermenêutica do leitor. Se assim ocorrer, o que é hipoteticamente plausível, então os enunciados e os textos estarão sendo tratados como um fenômeno e não como comunicação. Não há necessariamente o comprometimento de que o ouvinte/leitor vise uma hipótese interpretativa idêntica à do escritor, mas a afirmação da TR é a de que o autor fornece ao leitor alguma evidência necessária para construir o contexto que irá produzir a interpretação pretendida.

Ao derivar a interpretação por meio de suposições linguísticas e contextuais, os leitores tendem a permanecer em constante processamento inferencial, a fim de avaliar as sutilezas comunicativas. Quanto maior for o repertório depositado na memória enciclopédica do leitor, mais facilmente poderá distinguir entre personagens, eventos e lugares fictícios, podendo inferir, ou atribuir, a intenção pretendida com aquelas referências.

O trabalho de Walsh (2007) oferece uma boa noção a respeito da comunicação ficcional. Segundo o autor, podemos entender que a relevância surge nos mundos ficcionais em dois aspectos: o primeiro e mais estreito se dá em uma dimensão interna ao mundo ficcional em questão; o segundo é externo, com preocupações como verossimilhança e pertinência dos mundos ficcionais para o leitor. Ambas as dimensões partilham a característica da incompletude, uma problemática conhecida para a teoria de mundos ficcionais: uma obra de ficção não pode especificar completamente um mundo, nem mesmo fornecer uma base suficiente para um amplo processo inferencial,

restando sempre lacunas e indeterminações na construção interpretativa dos mundos.

Esta declaração parece invocar uma premissa indispensável para a compreensão da ficção: não podemos começar a avaliar até mesmo os níveis mais explícitos e literais do discurso ficcional sem assumir conjuntamente um contexto, o qual constituirá o complemento para tratar o problema da incompletude.

O ponto de encontro do leitor com uma ficção não é determinado pelo que é possível inferir, mas por aquilo que vale a pena inferir. Em outras palavras, o leitor não prossegue no raciocínio inferencial além do ponto em que os elementos da narrativa deixam de ser relevantes para um contexto específico de interpretação. Sendo este limite uma delimitação pragmática, a noção contextual pode ajudar a esclarecer a comunicação ficcional de modo mais eficiente que em termos referenciais.

Como explicado no início deste capítulo, a questão da comunicação ficcional se apresenta como um problema para uma teoria linguística referencial, como na linha de Searle (1975). Mais promissora que a proposta de Searle, foi elaboração do modelo de implicatura conversacional de Grice, em que as condições comunicativas podem ser exploradas pela observação de algumas máximas conversacionais que, desde que observadas, formam uma base para a comunicação bem sucedida.

O Modelo griceano de implicatura conversacional foi desenvolvido a partir do reconhecimento do fato de que o modelo de código da linguagem não era suficiente para dar conta de comunicação e precisava ser complementado com um modelo inferencial. Assim, a abordagem griceana permitiu uma concepção em que a interpretação dos atos de fala pudesse ser flexibilizada através da complementação inferencial e implicatural.

Contudo, seu modelo foi absorvido no quadro geral da teoria dos atos de fala, de modo que enquanto para Grice o papel de inferência se fazia fundamental para a comunicação, na Teoria dos Atos de Fala ela estava subordinada ao significado literal. O resultado foi a adequação das inferências ao modelo comunicativo de códigos, passando a ser compreendida a sua

função como um mecanismo para traduzir a locução literal dos atos de fala problemáticos em uma forma proposicional mais adequada (WALSH, 2007).

Já no quadro alternativo da TR, a inferência não é um componente complementar da comunicação, mas o seu núcleo. Segundo a explicação oferecida por Mercier e Sperber (2011) a inferência pode ser definida como a produção de novas representações mentais com base em representações previamente realizadas. Exemplos de inferências podem ser vistos na produção de novas crenças com base na crença anterior, a produção de expectativas sobre a base da percepção, ou planejamento com base de preferências e crenças. A inferência é um ingrediente básico de qualquer sistema cognitivo, não precisando ser deliberado ou consciente. Um processo inferencial, portanto, é explicado como *output* de uma representação que necessariamente ou probabilisticamente já possuía uma entrada representacional.

A função de um processo inferencial é aumentar e corrigir as informações disponíveis ao sistema cognitivo. As inferências intuitivas feitas por seres humanos não são apenas sobre objetos comuns e eventos, mas também operações sobre as representações de tais objetos ou eventos, uma representação de ordem superior: representações de representações. A capacidade de representar representações pelo procedimento inferencial é uma capacidade metarrepresentacional.

Os humanos utilizam a capacidade metarrepresentacional para cálculos inferenciais intuitivos, com vistas à compreensão de si mesmos e dos outros, possuindo também um mecanismo para representar as representações verbais fazer inferências intuitivas sobre elas. Este mecanismo pragmático se demonstra essencial para a compreensão do significado comunicado contextualmente.

Deste modo, pelo procedimento em que o comportamento é ostensivo do ponto de vista do comunicador, e inferencial do ponto de vista do ouvinte/leitor, o comportamento ostensivo significa tornar manifesta a intenção de comunicar algo. Algo é manifesto se estiver disponível para percepção ou inferência, e o conjunto de fatos ou suposições manifestas a um indivíduo em um determinado momento constitui o ambiente cognitivo deste indivíduo.

Para que a comunicação seja possível, o comunicador e o ouvinte/leitor devem ter algum ambiente cognitivo compartilhado, devendo ser manifesto o próprio fato de que este ambiente é partilhado. Assim, todos os pressupostos manifestos no ambiente cognitivo são entendidos como 'mutuamente manifestos', sendo que o comportamento ostensivo-inferencial possui a vantagem de ser comunicativo, com o benefício de não precisar codificar todas as mensagens pretendidas.

Em conseqüência, na TR a noção de explicatura e implicatura superam a distinção convencional de conteúdos explícitos e implícitos, passando a ser compreendida como uma questão de graus. Desta forma, a inferência não é apenas confinada à derivação de implicaturas, mas se torna irreduzivelmente parte da explicatura, não apenas na resolução de ambiguidades no código linguístico ou de problemas de referência, mas também enriquecendo e aperfeiçoando o significado codificado.

Deste modo, de acordo com Walsh (2007), a principal colaboração da TR para os propósitos da compreensão ficcional é o avanço na ideia de que para fins comunicativos o critério da verdade proposicional é uma consideração subordinada ao critério contextual. Enquanto Grice reiterou sua visão do status privilegiado da Máxima de Qualidade, na perspectiva relevantista a informação falsa não é um tipo inferior de informação, ela não é informação, já que os ouvintes esperam receber informações verdadeiras.

Diante da abundância de informações não verdadeiras, as expectativas são a de serem obtidas informações relevantes, por serem verdadeiras. No entanto, a expectativa de relevância é gerada em torno de que a informação seja verdadeira, ao invés de ser literalmente expressa no sentido convencional. Para a TR, então, a literalidade não é uma norma, mas um caso limite, sendo a noção de significado literal desvinculada de qualquer presunção de literalidade na comunicação. Em outras palavras, um enunciado pode ser definido como literal desde que possua a mesma forma proposicional ou alguma similaridade com o pensamento do falante, todavia, não há nenhuma razão para se pensar que a expressão mais relevante é sempre a mais literal.

Ainda em conformidade com Walsh, os falantes pretendem a relevância ótima, não a verdade literal. Um pressuposto pode ser tomado como

verdadeiro, mas qualquer pressuposto é, em maior ou menor grau, produto de inferência, sendo que a verdade de uma suposição não precisa depender da verdade codificada em um enunciado, ou em seu significado literal. A partir de uma perspectiva da teoria da relevância, a compreensão da linguagem figurada (como toda a linguagem) é entendida como um processo inferencial de preencher o código linguístico até relevância máxima ser obtida.

Critérios de verdade entram neste processo apenas na medida em que a veracidade é uma condição dos efeitos particulares contextuais envolvidos. A decodificação linguística não é uma parte do processo de compreensão como algo que precede o verdadeiro trabalho de compreensão, mas algo que fornece um contributo para a parte principal da compreensão do processo. Critérios de verdade são aplicáveis à comunicação de sucesso apenas no sentido em que a saída do processo inferencial deve qualificar a informação.

Para um indivíduo, a relevância é uma medida de benefício cognitivo de melhoria no conhecimento. De uma forma mais específica, o benefício cognitivo pode ser atingido por uma ampla gama de efeitos cognitivos, independente da literalidade ou não dos enunciados. Assim, a melhoria do conhecimento necessário para um efeito cognitivo positivo pode ser o produto acumulado de muitos efeitos cognitivos, muitas hipóteses fracamente manifestas, resultantes do processo de compreensão, sem necessariamente dependerem da verdade proposicional como entrada para esse processo.

A fruição ficcional pode proporcionar uma visão da própria vida, através de alguma forma de pensamento analógico. Se apenas as entradas verdadeiras fossem relevantes, teríamos de admitir a ficcionalidade como irrelevante. Contudo, a obra como um todo é canalizada através da noção um tanto vaga de alguma forma de pensamento analógico, gerando um benefício cognitivo e aumento do conhecimento.

Pode parecer que a ficcionalidade seja emergente de enunciados de pouca relevância intrínseca. Então a comunicação dos enunciados ficcionais não seria relevante por não serem informativos, exceto em relação à estrutura e coesão interna da narrativa ou do mundo ficcional em questão, incitando no máximo alguma relevância indireta. Assim, o processo de relevância seria

auxiliar a um processo interpretativo mais geral ao longo do texto, por vias do pensamento analógico.

Porém, como sugerido por Walsh, a ficcionalidade pode ser compreendida de outro modo, não como um problema de não-veracidade, mas de relevância. Ao invés de qualquer expectativa de veracidade, são as expectativas de relevância que impulsionam o leitor a buscar um contexto interpretativo apropriado. Partindo de uma expressão claramente falsa, as avaliações de verdade só entram em jogo em decorrência do processo inferencial e de geração de implicaturas.

A TR viabiliza uma visão em que a ficcionalidade não é um quadro separado da comunicação ordinária, mas é vista como uma suposição contextual em que, por meio da compreensão de um enunciado fictício, a suposição ficcional é em si evidente. O principal efeito contextual desta suposição é subordinar implicaturas que dependem de veracidade literal das quais podem ser alcançadas formas de relevância difusas e cumulativas. Com isso, a ficção não visa alcançar relevância de modo geral, mas de modo gradual, através do processamento analógico, derivando implicações de acordo com interesses cognitivos e valoração pessoal.

Portanto, o investimento de esforço interpretativo no processo de leitura ficcional exige um esforço permanente de relevância. A força da narrativa ficcional depende de premissas levadas adiante, enriquecidas, modificadas e reavaliadas durante o processo de leitura. Com a seleção das informações mais relevantes, a compreensão ficcional é viabilizada por suposições realizadas pela capacidade de acessar um ambiente cognitivo mútuo, em que é permitida a assunção de ficcionalidade em si mesma.

Neste ambiente cognitivo, os efeitos contextuais que constituem a relevância podem ser produzidos por novas hipóteses e suposições. Assim, o leitor pode encontrar relevância na construção de algumas das hipóteses sutis sobre a motivação psicológica necessária para compreender o comportamento de um personagem X, de suas intenções e desejos.

A coerência narrativa prevê que esses efeitos sejam baseados em pressupostos mais evidentes, de um tipo que se relaciona com a ideia familiar do que é verdade na ficção. Essas suposições têm o estatuto informativo

independentemente do valor de verdade literal da palavra, porque a sua validade é contextual, ao invés de referencial, ainda que não exclua a possibilidade de que alguns pressupostos disponibilizados sejam referenciais, como, por exemplo, no caso de um romance histórico.

A noção de verdade na ficção não implica, portanto, um quadro ontológico, mas uma qualificação contextual em que os pressupostos fornecem as informações relativas a um contexto de pressupostos anteriores. De modo geral, o leitor não tenta resolver a referência dos enunciados fictícios por saber previamente que, na ausência de qualquer evidência contrária, o valor de verdade literal será de pouca relevância. Até mesmo porque isto não compromete a coerência da narrativa ficcional, já que a resolução referencial não é necessária para que seja somente então possível a co-referência, como no caso em que um personagem X não costuma ser confundido com um personagem Y.

A compreensão da narrativa ficcional progride através de mais hipóteses formadas sobre os pressupostos anteriormente manifestos, sendo que o mundo ficcional pode ser estabelecido porque a relevância dos pressupostos anteriores se torna uma base contextual para maximizar sua própria relevância. Novamente, a relevância é orientada pela inferência pragmática, não necessitando recorrer ao mundo referencial ou denotativo.

Um simples “era uma vez”, como frase inaugural de uma ficção, alcança seus efeitos dentro de um contexto relativamente simples. As inferências disponíveis a partir de aí tendem a buscar muitas outras informações além do enunciado em si. O desenvolvimento da narrativa subsequente irá levar adiante o investimento de esforço interpretativo já realizado, sendo que os efeitos atingidos pelo processo de relevância fornecerão suposições contextuais para novas inferências e novas derivações.

De fato, as inferências irão variar de leitura para a leitura, conforme o ambiente cognitivo e as escolhas interpretativas de cada leitor, já que os fatores contextuais agirão sobre as expectativas específicas de relevância em cada caso. Contudo, em todos os casos há a tendência de serem satisfeitas essas expectativas, de acordo com a predileção de algumas inferências, já que a natureza pragmática do processo de compreensão é raramente rígida. Logo,

pode-se admitir que a relevância não tenha por objetivo gerar melhores interpretações, mas apenas permite a geração das suposições ficcionais, protegendo a lógica do enunciado fictício de ser considerado irrelevante e, conseqüentemente, de serem investidas inferências em entradas lógicas em completa desordem de representação.

Em contraste com as propostas referencialistas, uma teoria pragmática da ficcionalidade não requer qualquer distanciamento do discurso fictício de contexto no mundo real. Não há necessidade de um princípio mínimo que forneça a base para os elementos da narrativa, pois esta função é preenchida por suposições contextuais. Estas suposições não fazem parte de um mundo ficcional, mas das situações comunicativas.

Por esses apontamentos, a ficcionalidade pode ser mais bem entendida como um recurso comunicativo, ao invés de uma categoria ontológica enquadrada em algum limite parasitário da linguagem. A ficcionalidade não é nem um limite entre mundos, nem um quadro desassociado do autor, mas uma suposição contextual dada ao leitor, sendo tal suposição contextual o elemento condutor para a maximização da relevância.

A conclusão é a de que a ficcionalidade opera como que por uma orientação retórica, uma expectativa de que a relevância do discurso será mais rentável quando não dependente de implicaturas resolúveis somente por inferências bem sucedidas, mas sim pela derivação de uma grande variedade de implicaturas mais fracas, de acordo com a capacidade atributiva do leitor. Estas implicaturas mais fracas produzem cumulativamente efeitos afetivos e avaliativos que não sofrem de qualquer grau de insuficiência de referência literal, mas que constituem um benefício cognitivo, uma melhoria no conhecimento.

Com isto, não se exclui a possibilidade de serem acessadas informações factuais por intermédio das informações ficcionais. O conhecimento oferecido pela ficção, no entanto, não é primariamente um conhecimento específico do que é (ou era), mas de como pode ser, de como se pode dar sentido aos assuntos humanos logicamente, valorativamente e emocionalmente. A ficcionalidade não se limita ao valor da ficção para a melhoria do conhecimento. Todavia, por meio da comunicação, ela pode oferecer diferentes

benefícios cognitivos, inclusive para a resolução das suposições contextuais da ficcionalidade em si mesma.

Além de que, como observado por Zunshine (2003), em nosso empenho diário para compreender os outros, temos que nos contentar com interpretações parciais e especulativas, sendo que quanto mais diferente de nós é o outro, mais especulativa é a interpretação. A incompletude e a incerteza dessas interpretações nos ajudam individualmente a conviver uns com os outros. Se dedicássemos esforços a fim de descobrir o que as pessoas ao nosso redor estão realmente pensando, nos tornaríamos sobrecarregados com todas as interpretações possíveis e seríamos incapazes de qualquer tomada de ação.

Uma hipótese que aqui permanecerá pendente, mas vale ser mencionada, é a do trabalho recente de Csibra (2010), reforçada por Reboul (2010). O que Csibra apontou foi que quando alguém se dirige a outro em uma língua estrangeira desconhecida, o ouvinte reconhece que o falante tem uma intenção comunicativa, ainda que seja incapaz de identificar a intenção informativa. Isto pode significar que algumas ostensões podem ser especializadas para codificar a existência de uma intenção comunicativa de forma independente de qualquer intenção informativa específica.

Talvez os efeitos poéticos, abundantemente utilizados na comunicação ficcional, tenham adquirido um grau de eficiência comunicativa autônomo, descartando a necessidade de recorrer à intenção informativa, saltando direto para a intenção comunicativa. Essa possibilidade se demonstraria plausível com algum tipo de experimento que explicitasse como o leitor poderia inferir a intenção de um autor sem, no entanto, entender as informações fornecidas.

4.5 EPÍTOME

Observada da ótica referencial, a comunicação ficcional fornece um elemento um tanto “excêntrico” aos estudos linguísticos, sendo autêntica a postura de Searle quando conferiu à comunicação ficcional o status de parasitária das condições normais da linguagem. Todavia, do enfoque adotado neste trabalho, pode-se descartar a hipótese parasitária concebida por Searle, sugerindo a forma da comunicação ficcional como “hospedeira” da própria função comunicativa da linguagem. Enquanto Searle compreende a comunicação ficcional partindo da utilização de códigos linguísticos passíveis de abertura sígnica, este trabalho supõe que, em meio a tantos estímulos concorrentes, a codificação não é uma grandeza da qual se partir, mas a uma grandeza a ser atingida.

A ficção é a verdade dentro da mentira.

Stephen King

Que aprendem sempre e jamais podem chegar ao conhecimento da verdade

II Timóteo 3:7²⁵

V EPÍLOGO

Este estudo se debruçou sobre duas das principais incógnitas que envolvem a ficcionalidade, como destacadas por Searle (1975) e Boyer (2007), e investigadas por cientistas cognitivos de diversas especializações, tais como linguística, antropologia, arqueologia, psicologia, etologia, biologia e neurociência. Tais questões apontaram os seguintes problemas: o primeiro remetendo à motivação para a ficção, quais fatores evolutivos teriam sido responsáveis pela disposição humana à ficcionalidade, sendo pertinente às disciplinas que transitam entre os estudos evolutivos; já o segundo problema aponta para a questão da comunicação ficcional, demarcada mais no campo das ciências da linguagem, mais especificamente na interface linguístico-pragmática.

Embora as pesquisas dedicadas a tais questões tenham avançado consideravelmente nos últimos anos, principalmente após o advento da Revolução Cognitiva, datada da década de 1950, o fato é que ainda não possuímos respostas de todo satisfatórias às perguntas suscitadas do início ao fim deste trabalho. Ambas as questões intrínsecas à ficcionalidade, tanto a evolutiva quanto a comunicativa, continuam intrigando os estudiosos. Temos, no entanto, hipóteses refinadas a respeito de tais fenômenos, motivando o empenho contínuo a fim de maiores esclarecimentos.

A modesta colaboração deste trabalho para a pesquisa concernente ao objeto ficcional foi a de atender ao critério de delimitação de um objeto passível de formulações teóricas. Não restrito à apresentação do que se tem veiculado na bibliografia especializada, o trabalho apresentou algumas posturas

²⁵ Bíblia Sagrada, versão Almeida (1969).

consideráveis úteis à explanação e teorização da ficção. Após delimitar as questões a serem respondidas, foram primeiramente expostas as principais adversidades à tentativa de uma investida natural sobre o fenômeno ficcional, sendo analisados e repensados alguns dos principais argumentos contrários ao enquadramento deste trabalho: o problema ontológico, o modelo social *standard* e a teoria semiótica. Como respostas alternativas, a sugestão foi a adoção da ontologia naturalista, do modelo mental modular massivo e da perspectiva da pragmática cognitiva, fundamentos que operando em conjunto facilitariam a naturalização da ficcionalidade.

O segundo momento do trabalho foi dedicado às principais hipóteses concorrentes à explicação da evolução da capacidade ficcional. Após apresentar alguns vestígios arqueológicos que embasam uma considerável parcela das formulações sobre a origem das artes, seguiu-se para as hipóteses específicas para a ficcionalidade. Após descrever as hipóteses sugeridas por algumas vertentes evolucionistas, observou-se que elas não são consensuais no tocante à origem evolutiva da capacidade ficcional. No entanto, invariavelmente, as hipóteses apontam a um mesmo mecanismo subjacente à ficcionalidade: a noção de TdM, definida como uma capacidade de conceber estados mentais tanto os alheios quanto de si mesmo, tais como a intenção, a crença, o desejo e o sentimento. Sobre a relação direta entre a TdM e a ficcionalidade, foram apresentadas evidências identificadas em pesquisas com autistas, com neonatos e com estudantes de ensino superior, o que permitiu o arrazoamento da TdM como um mecanismo de retroalimentação para a geração ficcional.

O último capítulo do trabalho foi dedicado à segunda questão previamente levantada, teorizando sobre a comunicação ficcional. Após expor a visão referencialista da linguagem, estendida ao fenômeno comunicativo, buscou-se evidenciar o enquadramento do objeto comunicativo em um quadro mais adequado às condições de uso, visto na abordagem pragmática, contrastada com o limite proposicional da linguagem. Uma vez admita a TdM como o mecanismo adjacente à capacidade ficcional, optou-se pela formulação teórico-relevante, visto que, sob a noção de metarrepresentação, a TR pressupõe a TdM como premente a qualquer evento comunicativo humano.

Supondo a plausibilidade da intrincada relação funcional-comunicativa da ficcionalidade como emergentes da TdM, foi proposta uma modelação da comunicação ficcional em termos representativos e inferenciais. A vantagem deste modelo é que a ficção não precisa ser compreendida como parasitária da linguagem padrão, como do ponto de vista referencial, tampouco depende das propriedades formais das veiculações, tanto escrita como orais, das narrativas ficcionais, ao contrário, passam a ser compreendidas como dependentes da psicologia dos indivíduos. Em consequência, a interpretação de um ato comunicativo como verdadeiro ou ficcional não será embasada nas propriedades estruturais fornecidas, mas por uma heurística contexto-sensitiva composta pelas evidências fornecidas pelo comunicador/autor, por um contexto, por um repertório de conhecimentos, por um conjunto de suposições mutuamente manifestas e pela inferenciação do ouvinte/leitor.

A formulação deste trabalho foi assentada na hipótese de a ficção e de a comunicação estarem condicionadas a uma dimensão representativa de segunda ordem: a ficção foi explanada como uma relação lógica de segunda ordem para com o mundo real, enquanto a comunicação foi definida como uma intenção informativa de segunda ordem, uma intenção de informar sobre uma informação. Contudo, convém destacar que a ficcionalidade não está restrita a níveis de segunda ordem de representação.

Conforme a hipótese deste trabalho, podemos pensar em uma obra shakespeariana, Hamlet, por exemplo. Então haverá os seguintes níveis: Shakespeare possuía uma representação mental. Ao manifestá-la, a representação mental que Shakespeare tinha de Hamlet passou a ser uma representação pública, agora a representação de uma representação. Os leitores, ao acessarem a representação pública de Shakespeare, irão metarrepresentar sua representação, em uma dimensão de segunda ordem. Contudo, quando Hamlet for encenado ou adaptado ao cinema, insurgirá uma nova dimensão, atingindo um terceiro nível, isto é, a da representação que o roteirista tem da representação de Shakespeare. Após o espetáculo, um crítico pode elaborar a sua representação de como o roteirista representou a representação de Shakespeare, o que resulta em uma dimensão de quarta ordem.

Esta análise apresenta as mesmas implicações à crítica literária. Quando um leitor se debruça sobre o trabalho de um crítico, o que está a fazer é representar a representação do crítico sobre a representação de um autor. Ainda que minimamente, esta explicação pode lançar luz sobre o motivo das análises realizadas pelos estudiosos literários não serem sempre compatíveis entre eles mesmos ou com os demais leitores. Também pode esclarecer algo sobre as idiossincrasias interpretativas que costumam permear as discussões em torno da arte ficcional.

Contudo, convém destacar que diante da cogitação de uma possível recursividade de nível ilimitado para estas representações, experiências apontaram que nossa arquitetura cognitiva pode constranger a proliferação de narrativas que envolvam níveis excessivos. Os experimentos apontaram que os participantes tiveram poucos problemas com raciocínio causal e de leitura da mente nos casos em que a interpretação narrativa envolvia eventos do tipo 'A deu origem a B, que resultou em C, que por sua vez causou D', oscilando entre 5-10% até o quarto nível. Já a partir da quinta ordem representativa, as falhas interpretativas aumentaram para 60%, sugerindo que as pessoas têm dificuldades no processamento de representações que ultrapassem o quarto nível (ZUNSHINE, 2003/2006).

Entre as considerações cabíveis à conclusão deste trabalho, considera-se que três devam ser bem esclarecidas. A primeira delas é pertinente ao estágio que aqui está a se concluir: como predito na introdução, este trabalho concebeu como meta a modesta proposta de uma adequação teórica para a pesquisa da ficcionalidade. Com esta limitação, as formulações aqui propostas podem não se apresentar de toda vantajosas, havendo muito ainda a ser refletido e muito a se desobscurecer. Em razão da própria caracterização do trabalho, em se tratando de uma dissertação de mestrado, algumas ambições conceituais e maior rigor metodológico tiveram de ser abandonados. Contudo, parece estar delineada uma proposta programática para pesquisas mais aprofundadas.

A segunda consideração é derivada da conclusão acima: tendo em mãos a programática para o aprofundamento de tais pesquisas, parece ser indispensável a transposição do modo teórico rumo a formulação de

procedimentos experimentais, a fim de que os testes empíricos sirvam para reavaliar as conjecturas do trabalho. Por hora, parece ser possível somente a replicação dos poucos dados linguísticos empregados, sendo que mesmo estes poucos dados podem ter sido precipitadamente manejados.

Por fim, a última consideração é a de que os fenômenos observados pelos homens de ciência podem ser aproveitados para benefício do próprio fazer científico. Então, pesquisas como as sobre cooperação, conhecimento intersubjetivo, cultura material, conhecimento cumulativo, dialética cumulativa, entre outras, referidas ao longo deste trabalho, talvez possam alimentar a esperança de maiores esclarecimentos sobre aquilo que hoje não podemos compreender, restando a nós a especulação teórica. Tal esperança pode ser depositada sobre nossas duvidas relativas à linguagem, à comunicação, à cultura, à própria ciência e, obviamente, à ficcionalidade, com isto, esperando eu mesmo não ter escrito uma obra de ficção, vista a tendência *homo fabulans*.

6. REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

ASIMOV, Isaac. O Bardo Imortal. In: _____. *Antologia do Conto*. Caminho Editorial: São Paulo, 1993.

AUERBACH, Erick. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words: the William James lectures*. Delivered at Harvard University in 1955, 2nd. Ed. London: Harvard University Press, 1962.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

BARASH, David P.; BARASH, Nanelle R. *Os Ovários de Mme. Bovary: um olhar darwiniano sobre a literatura*. Relume Dumará Editor, 2006.

BARKOW, Jerome H.; COSMIDES, Leda; TOOBY, John. *The adapted mind: evolutionary psychology and the generation of culture*. MIT Press, 1992.

BARON-COHEN, Simon. Social and pragmatic deficits in autism: cognitive or affective?. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, vol. 18, No. 3, 1988.

BARON-COHEN, Simon; LESLIE, Alan M.; FRITH, Uta. Does the autistic child have a “theory of mind”? *Cognition*, 21 (1985) 37–46.

BENFATTI, Maurício. *Falando em música... um ensaio sobre o papel dos fenômenos linguísticos em uma epidemiologia de representações musicais*. Curitiba, 2010. Dissertação de mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná.

BÍBLIA SAGRADA, antigo e novo testamento. ALMEIDA, João Ferreira de. Edição Revista e Atualizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

BOAS, Franz. 1938, *A mente do ser primitivo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BORGES, Jorge Luís. Sobre o rigor na ciência. In: _____. *História universal da infâmia*. Trad. de José Bento, Assírio e Alvim, 1982, 117.

BORGES NETO, José. *Ensaio de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. *Imre Lakatos e a metodologia dos programas de investigação científica*. 2008. Disponível em: <http://people.ufpr.br/~borges/publicacoes/para_download/Lakatos.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.

BOYD, Brian. Jane, meet Charles: literature, evolution, and human nature. *Philosophy and Literature* 22.1 (1998) 1-30

_____. *On the origin of stories*. Cambridge: The Belknap Press, 2009.

BOYER, Pascal. Cognitive architecture of the imagination. *Proceedings of the British Academy* 147, 239–258, 2007.

CAMPOS, Jorge. *A relevância da pragmática na pragmática da relevância*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

CAMPOS, Jorge; RAUEN, Fábio José. *Tópicos em teoria da relevância*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

CANDRIA, Mytha. The value of relevance theory in literary analysis. Prosiding Seminar Nasional: Membangun masyarakat Indonesia dalam perspektif budaya. 2011. p. 197-213.

CARROL, Joseph. The adaptive function of literature and the other arts. 2009. Disponível em: <<http://onthehuman.org/2009/06/the-adaptive-function-of-literature-and-the-other-arts/>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

CLOTTE, Jean. *A mais bela história do homem: de com a terra se tornou humana*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

CHOMSKY, Noam. *Estruturas sintáticas*. São Paulo: Martins Fontes, 1957.

_____. *Linguística cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista* (1966). Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. *Linguagem e mente* (1968). São Paulo: Editora Unesp, 2009.

_____. *Diálogos com Mitsou Ronat*, São Paulo: Cultrix, 1985.

_____. *Language and problems of knowledge: the Managua lectures*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1988.

CSIBRA, Gergely. 2010. Recognizing communicative intentions in infancy. *Mind and Language* 25: 141–186.

DAMÁSIO, Antonio R. *E o cérebro criou o homem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. Editora Hemus, 1859.

DASCAL, Marcelo. *Conhecimento, linguagem, ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

_____. Epistemologia, Controvérsias e Pragmática. *Revista da SBHC*, n. 12, p. 73-98, 1994.

_____. *Interpretação e compreensão*. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

_____. *Pragmática e filosofia da mente I: o pensamento na linguagem*. Curitiba: Editora da UFPR, 2012.

DASCAL, Marcelo; BORGES NETO, José. De que trata a linguística, afinal?. In: *Histoire Épistémologie Langage*. Tome 13, fascicule 1, 1991. pp. 13-50.

DAWKINS, R. *O gene egoísta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DISSANAYAKE, Ellen. The arts after Darwin: does art have an origin and adaptive function? In: ZIJLMANS, K.; VAN DAMME, W. (2008). *World Art Studies: Exploring Concepts and Approaches*, pp. 241-263. Amsterdam: Valiz.

DURKHEIM, Emile, *As regras do método sociológico* (1895). Lisboa: Editorial Presença, 1989.

DUTTON, Denis. *Arte e instinto: beleza, prazer e evolução humana*. Lisboa: Temas & Debates, 2010.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *A ideia de cultura*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. *Tratado geral de semiótica*. 4ª ed. Perspectiva, 2002.

_____. *Obra aberta: forma e indeterminações nas poéticas contemporâneas*. 9ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2008.

EINSTEIN, Albert. *Annalen der Physik*. 18, 639 (1905).

_____. *Como vejo o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FERREIRA, Rodrigo Bueno. *Análise das parábolas de Cristo sob uma perspectiva pragmático-literária*. Curitiba, 2009. Monografia apresentada ao Curso de Letras da Universidade Tuiuti do Paraná.

FERREIRA, Rodrigo Bueno; MAZUROSKI, Aristeu; BENFATTI, Maurício. Fatores pragmáticos na cognição retórica: a ficção como aparato simulador na tomada de decisão. Simpósio Internacional Linguagens e Culturas: Homenagem aos 40 anos dos programas de pós-graduação em Linguística, Literatura e Inglês da UFSC, 2012. p. 1-17. *Anais*.

FODOR, Jerry. *The modularity of mind: an essay on faculty psychology*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1983.

FOLEY, Robert. *Os humanos antes da humanidade: uma perspectiva evolucionista*. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.

FOUCAULT, Michel. A linguagem ao infinito (1963). In: _____. *Ditos e escritos III - Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *A arqueologia do saber* (1969). Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. *Linguagem ao infinito: ditos e escritos*. 2 ed. v. 3. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FURLONG, Anne. A modest proposal: linguistics and literary studies. *Canadian Journal of Applied Linguistics*, v. 10, n. 3, 2007.

GAMBOA, Ricardo Martínez. Poética cognitiva: ciencias naturales vs. ciencias sociales en teoría literária. Disponível em: <http://www.aparte.cl/poetica_cognitiva.html>. Acesso em: 23 out. 2012.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia* (2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *A interpretação das culturas* (1973). Rio de Janeiro: LCT, 2008.

GONÇALVES, Rodrigo T. Chomsky e o aspecto criativo da linguagem. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Ano 5, n. 8, março de 2007.

GOULD, Stephen Jay; VRBA, Elizabeth. Exaptation – a missing term in the science of form. *Paleobiology*, 8(1), pp. 4-15, 1982.

GRICE, Herbert Paul. Meaning. *Philosophical Review*, 67, p. 377-88, 1957.

_____. *Lógica e conversação* (1975). DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos metodológicos da linguística: pragmática*. Campinas: Ed. Unicamp, 1982.

_____. *Querer dizer* (1957). In: LIMA, J. P. de (Org.). *Linguagem e acção: da filosofia analítica à lingüística pragmática*. Lisboa: Apaginastantas, 1983.

HAPPÉ, F. *Compreendendo mentes e metáforas: revelações sobre o estudo da linguagem figurada no autismo*. Disponível em: <www.ama.org.br/happe-l.htm>. Acesso em: 14 out. 2012.

HOLLAND, Eva Beatriz. *Qorpo-Santo e o teatro das relações: antropologia, literatura e loucura*. Curitiba, 2012. Dissertação de mestrado ao Programa de Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná.

ILARI, Rodolfo. O estruturalismo lingüístico: alguns caminhos. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna C. (Org.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3. p. 53-92.

INGOLD, Tim. From the transmission of representations to the education of attention. In: WHITEHOUSE, H. (ed.). *The debated mind: evolutionary psychology versus ethnography*. Oxford: Berg, 2001, p. 113-153.

JABLONKA, Eva; LAMB, Marion. *Evolução em quatro dimensões: dna, comportamento e a história da vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2002.

KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. [S.l.]: Editora Perspectiva, 1962.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: EDUC, 2002.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos* (1979). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LONGINO. *Do sublime*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LYONS, John. *Linguagem e lingüística*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

MATTOSO CÂMARA Jr, Joaquim. *História da linguística*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1975.

MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

MERCIER, Hugo; SPERBER, Dan. Why do humans reason? Arguments for an argumentative theory. *Behavioral and brain sciences*, 34, 57 – 111, 2011.

MITHEN, Steven. *A pré-história da mente: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

_____. *Creativity in human evolution and prehistory*. London and New York: Routledge, 1998.

NEVES, Walter. E no princípio... era o macaco! *Estudos avançados*, v.20 n.58. 2006.

NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luís Beethoven. *O Povo de Luzia – em busca dos primeiros americanos*. São Paulo: Editora Globo, 2008.

NÖTH, Winfried. *Panorama da semiótica: de Platão a Peirce*. São Paulo: Annablume, 1995.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. *Semântica formal: uma breve introdução*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

ORIGGI, Gloria; SPERBER, Dan. Evolution, communication and the proper function of language. In: CARRUTHERS, P.; CHAMBERLAIN, A. *Evolution and the human mind: language, modularity and social cognition*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2000, pp. 140–169.

PIATTELLI-PALMARINI, Massimo (Org.). *Teorias da linguagem, teorias da aprendizagem: o debate entre Jean Piaget e Noam Chomsky*. São Paulo: Cultrix, 1983.

PILKINGTON, Adrian. *Poetic effects: a relevance theory perspective*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000.

PINKER, Steven. *Como a mente funciona*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. Toward a consilient study of literature. *Philosophy and Literature*, v. 31, n. 1, pp. 162-178, 2007.

PLATÃO. *A república*. São Paulo: Escala Educacional, 2003.

POPPER, Karl. *Conjecturas e refutações*. Brasília: Editora da UnB, 1980.

PREMACK, David; WOODRUFF, Gui. Does the chimpanzee have a theory of mind? *Behavior Brain Sciences*, 1978, 515–526.

RANDI, Marco Antonio Ferreira. *Criação, aplicação e avaliação de aulas com jogos cooperativos do tipo RPG para o ensino de biologia celular*. Campinas, 2011. Tese de doutorado apresentado ao Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas.

REBOUL, Anne. Cooperation and competition in apes and humans: a comparative and pragmatic approach to human uniqueness. *Pragmatics and Cognition*, 18:2 (2010), 423–441.

RENZI, Lorenzo. *Introducción a la filología románica*. Madrid: Editorial Gredos, 1982.

RICHERSON, Peter; BOYD, Rob. *Not by genes alone: how culture transformed human evolution*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

RIDLEY, Matt. *Nature via nurture: genes, experience and what make us human*. New York: Harper Colins Publisher, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral* (1916). 26 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

SANTOS, Sebastião Lourenço. *A interpretação da piada na perspectiva da teoria da relevância*. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2009.

SCHNAIDERMAN, Bóris. *A Poética de Maiakovski*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

SEARLE, John. The logical status of fictional discourse. *New Literary History*, v. 6, n. 2, 1975, pp. 319-332.

SHANNON, Claude; WEAVER, Warren. *The mathematical theory of communication*. Urbana: University of Illinois Press, 1949.

SILVEIRA, Jane Rita Caetano; FELTES, Heloísa de Moraes. *Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

SPERBER, Dan. *Explaining Culture: a naturalistic approach*. Oxford: Blackwell, 1996.

_____. Modularity and relevance: how can a massively modular mind be flexible and contextsensitive?, In: CARRUTHERS, P.; LAURENCE, S.; STICH, S. *The innate mind: structure and content*. 2005.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: communication and cognition*. Oxford: Blackwell, 1986.

_____. *Relevance: communication and cognition*. Oxford: Blackwell, 2 ed., 1995.

_____. *Relevância: comunicação e cognição*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2001.

TAVARES, Henio Último da Cunha. *Teoria Literária*. 11 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1996.

TOLKIEN, John. R. R. *Sobre histórias de fadas* (1964). 2. ed. São Paulo: Conrad, 2010.

TOMASELLO, Michael. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TOOBY, John; COSMIDES, Leda. Does beauty build adapted minds? Toward an evolutionary theory of aesthetics, fiction and the arts. *SubStance*, 94/95, v. 30, n.1, 6-27, 2001.

TURNER, Mark. *The literary mind*. New York: Oxford University Press, 1996.

WALSH, Richard. *The rhetoric of fictionality: narrative theory and the Idea of fiction*. Columbus: The Ohio State University Press, 2007.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WERNER, Dennis. *Uma introdução às culturas humanas: comida, sexo, magia e outros assuntos antropológicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

_____. *O pensamento de animais e intelectuais: evolução e epistemologia*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

_____. *Sexo, símbolo e solidariedade: ensaios de psicologia evolucionista*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

WILSON, Deirdre. Metarepresentation in linguistic communication. In: SPERBER, Dan. *Metarepresentation: a multidisciplinary perspective*. New York: Oxford University Press, 2000, pp. 411-448.

WILSON, Deirdre; SPERBER, Dan. Teoria da relevância. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 5, n. esp., pp. 221-269, 2005.

WILSON, Edward O. *A unidade do conhecimento: consiliência*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. 1953. *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 1998.

ZUNSHINE, Lisa. *Why we read fiction: theory of mind and the novel*. Columbus: Ohio State University Press, 2006.

_____. Theory of mind and fictions of embodied transparency. *Narrative*, v.16, n. 1, January 2008, pp. 65-92.